



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

RELATÓRIO DE VISITA DE INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PENAIIS DO ESPÍRITO SANTO

Período: 07 a 14 de agosto de 2020

**Conselheiro GUSTAVO EMELAU MARCHIORI
Conselheiro DIEGO MANTOVANELI DO MONTE**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Sumário

INTRODUÇÃO	4
1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA PRISIONAL.....	8
2. SUPERLOTAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL	9
3. IMPACTO DA COVID-19 NO SISTEMA PRISIONAL	11
4. DIÁLOGO COM ATORES DA EXECUÇÃO PENAL	12
5. INSPEÇÕES	13
6. SUGESTÕES / RECOMENDAÇÕES	14
A todos participantes	14
À Secretaria de Justiça do Espírito Santo.....	14
Ao GMF.....	14
Ao GMF e à Secretaria de Justiça	15
Ao Juízo da Execução Penal de Colatina	15
Ao Ministério Público - Barra de São Francisco e Colatina	15
Ao Conselho da Comunidade de Colatina	16
À OAB	16
Ao Juízo da Execução Penal da Comarca de Barra de São Francisco	17
À Defensoria Pública	17
Conselho Penitenciário Estadual do Espírito Santo.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
ANEXO 1 – RESUMO DOS DIÁLOGOS COM ATORES DA EXECUÇÃO PENAL.....	23
Juízo da Execução Penal da Comarca de Colatina	23
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional – GMF.....	26
Secretário de Estado da Justiça.....	27
Ministério Público - Colatina	30
Ministério Público - Barra de São Francisco	31
Conselho da Comunidade de Colatina.....	33
OAB – Comissão Criminal do Sistema Prisional	35
Juízo da Execução Penal da Comarca de Barra de São Francisco	37



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Núcleo da Defensoria Pública do Espírito Santo	39
Conselho Penitenciário Estadual do Espírito Santo.....	40
ANEXO 2 - RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO.....	43
Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte ES.....	43
Centro de Detenção Provisória de Colatina	71
Centro Prisional Feminino de Colatina	95
Penitenciária de Segurança Média de Colatina	122
Penitenciária Semiaberta Masculina de Colatina	146
Penitenciária de Barra de São Francisco.....	170



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

INTRODUÇÃO

O presente relatório discorre sobre a visita (virtual) de inspeção realizada em estabelecimentos prisionais do estado do Espírito Santo, entre os dias 07 e 14 de agosto do ano de 2020, nas cidades de Barra de São Francisco, Colatina e São Domingos do Norte, integrantes da Seção Judiciária de Colatina, conforme as normas da Constituição da República, do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e da legislação ordinária sobre execução penal, assim como as diretrizes de política penitenciária traçadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Por meio da Portaria Nº 02, de 16 de julho de 2020, o Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no uso de suas atribuições legais, instituiu os Conselheiros Gustavo Emelau Marchiori e Diego Mantovaneli Do Monte para realizarem a referida inspeção.

Necessário, entretanto, contextualizar a motivação da inspeção ter sido realizada apenas naquela Seção Judiciária e, também, de modo exclusivamente virtual.

É que, nos autos do Processo SEI nº 00734.000851/2017-24 em trâmite no Ministério da Justiça e Segurança Pública, em data de 08 de julho do corrente ano, fora disponibilizado acesso externo ao Conselheiro Gustavo Emelau Marchiori, então único Conselheiro designado para as inspeções no Estado do Espírito Santo, de decisão proferida pela Justiça Federal (Vara Federal da Seção Judiciária de Colatina-ES) nos autos da Execução Provisória de Sentença nº 2014.50.05.000186-9 (relativa a originária Ação Civil Pública nº 0000705-74.2010.4.02.5005), na qual foram condenados a União Federal e o Estado do Espírito Santo, a *“adotarem medidas para fiscalização periódica dos estabelecimentos prisionais na área de jurisdição da Subseção de Colatina/ES, bem como cessarem o recolhimento de presos acima da capacidade da Unidade Prisional de Barra de São Francisco e procederem a adequações físicas necessárias nesse estabelecimento”*.

Compulsando os autos acima referidos, constatou-se ainda que, em remessa necessária



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

julgada em 10 de novembro de 2015, por acórdão da lavra do e. Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro, ficou consignado, na Ação Civil Pública, na parte referente às inspeções: ***“9. Fiscalização dos estabelecimentos prisionais: embora não haja a fixação legal da periodicidade para a realização de inspeção dos presídios pelos CNPCP e DEPEN, a questão poderia ser resolvida por ato infralegal, que viesse a regulamentar o disposto nos arts. 64, VIII, e 72, II, da LEP. Desse modo, a indicação de prazo pelo Judiciário não viola o princípio da reserva legal. Reforma parcial da sentença para determinar a fiscalização pelos CNPCP e DEPEN nos presídios situados na área de jurisdição da Subseção de Colatina a cada 2 (dois) anos, conforme o parâmetro de periodicidade informado pela União Federal”.***

Desta feita, a fim de dar cumprimento a r. determinação da Justiça Federal, por despacho exarado em 16 de julho do corrente ano, o Conselheiro Gustavo Emelau Marchiori sugeriu, *ad referendum* do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que a inspeção ocorresse na primeira quinzena do mês de agosto de 2020, porém, de modo eminentemente virtual, dada a declaração de PANDEMIA pela COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS, ainda no mês de março deste ano, sem previsão de restabelecimento da situação de normalidade, fato que, aliás, perdura até os dias atuais.

Assim, e considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 que declarou “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN)” em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), bem como toda a dificuldade de logística existente, pela suspensão temporária de voos e impossibilidade de hospedagem no local das inspeções, sem contar na restrição de acesso às Unidades Prisionais, para fins de evitar contágio aos policiais penais (agentes prisionais) e toda a população carcerária, as visitas foram realizadas de maneira virtual, com o conhecimento prévio das autoridades públicas locais e gestores das unidades prisionais.

Vale ressaltar que, em 06 de agosto de 2020, em reunião ordinária virtual nº 464, realizada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, à unanimidade, fora referendada a inspeção realizada pelo meio remoto, conforme consta da respectiva Ata disponível no sítio <https://www.in.gov.br/web/dou/-/ata-da-464-reuniao-ordinaria-realizada-em-6-de-agosto-de-2020-276156014>.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Evidente que a inspeção teve que seguir roteiro próprio, dadas as vicissitudes, motivo pelo qual o cronograma contou com duas etapas: **1ª. Entrevista com todos os atores envolvidos na execução penal da Seção Judiciária inspecionada, a saber:** a) Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional – GMF do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (representantes: Des. Fernando Zardini Antônio e Juíza Giseli Souza de Oliveira); b) Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo – SEJUS (representante: Secretário Luiz Carlos de Carvalho Cruz); c) Juízes Corregedores das Varas de Execuções Penais de Colatina e Barra de São Francisco (representantes: Juiz André Guasti e Roberta Holanda de Almeida); d) Promotores de Justiça das Varas de Execuções Penais de Colatina e Barra de São Francisco (representantes: Promotor de Justiça Sérgio Seidel e Promotor de Justiça Luiz Carlos Vargas); e) Conselho Penitenciário Estadual do Espírito Santo (representante: Presidente Ulisses Reisen de Oliveira); f) Núcleo de Execução Penal da Defensoria Pública com atuação na Seção Judiciária (representantes: Dr(a)s: Bruno Augusto de Novaes Fernandes; Fernanda Marinho de Melo Magalhães; Mariana Farias Dutra Portes e Renata Rodrigues de Pádua); g) OAB – Comissão de Advocacia Criminal e Políticas Penitenciárias (representante: Dra. Thaiz de Souza); h) Conselho da Comunidade da comarca de Colatina (representante: Pastor Rogério). **2ª. Oitiva de presos remotamente e conversa também remota com gestores das Unidades Prisionais inspecionadas e respectivos chefes de segurança, a saber:** a) CDPSDN – Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte (representantes: Diretor Rui Ohnesorge e Chefe de Segurança Faviano Ribeiro Rosa); b) CDPCOL – Centro de Detenção Provisória (representantes: Diretor Alexandre Magno Amaral Ferreira e Chefe de Segurança Rubens dos Santos); c) CPFCOL – Centro Prisional Feminino (representantes: Diretora Maria Aparecida de F. de Albuquerque e Chefe de Segurança Fernanda Aquina Lievore); d) PSMCOL – Penitenciária Semiaberta Masculina (representantes: Diretor Anderson Silvestre e Chefe de Segurança Thiago José Soares); e) PSMECOL – Penitenciária de Segurança Média (representantes: Diretor Mário Giurizatto e Chefe de Segurança Antônio Manuel Lievore); f) PRBSF – Penitenciária de Barra de São Francisco (representantes: Diretor Makssuel Delevidove e Chefe de Segurança Maxwell de Sá).

Como a presença física não se fez possível, optou-se por encaminhar os relatórios previamente aos respectivos gestores que, sob os alertas inerentes a falsidade, devolveram respondidos, não se tendo como precisar, na data da inspeção, a veracidade das respostas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Procurou-se, então, confrontar as respostas pelos gestores com as respostas dadas pelos próprios apenados ouvidos e corroborar as mesmas com as fotografias solicitadas por endereço eletrônico representativas da situação atual de cada um dos setores questionados e com as versões apresentadas pelas autoridades locais.

A presente inspeção procurou, pois, avaliar a atuação dos gestores das unidades prisionais visitadas, assim como dos órgãos do poder público estadual no gerenciamento do sistema prisional do estado do Espírito Santo, com ênfase em aspectos de **infraestrutura, pessoal e assistência ao condenado, especialmente porque permeada a ação civil pública já mencionada, de omissões do Estado e de órgãos fiscalizadores, por período considerável de tempo.**

Única e exclusivamente para facilitar àqueles que a este relatório tiverem acesso, os resumos das entrevistas e as constatações serão incluídas nos tópicos integrantes de cada Unidade vistoriada, com conclusões finais gerais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA PRISIONAL

A Secretaria de Estado da Justiça – Sejus é o órgão do governo estadual responsável pela coordenação, articulação, planejamento, implantação e controle da política penitenciária estadual, compreendendo a administração dos estabelecimentos penais que compõem o sistema penitenciário capixaba.

Encontram-se vinculados à Sejus o Conselho Penitenciário Estadual, Conselho Gestor do Fundo de Trabalho Penitenciário e o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

2. SUPERLOTAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

As inspeções realizadas em estabelecimentos prisionais do estado do Espírito Santo, entre os dias 07 e 14 de agosto de 2020, nas cidades de São Domingos do Norte, Colatina, Barra de São Francisco constataram ser a superlotação das unidades prisionais um dos maiores, se não o maior, problema a ser enfrentado pela Secretaria de Estado da Justiça.

Entre possíveis causas para a superlotação no estado do Espírito Santo, comuns aos demais estados da Federação, destacam-se a **reduzida criação de vagas no sistema prisional, o elevado tempo de julgamento dos presos provisórios** e, em menor grau, **o baixo alcance das atividades educacionais e de trabalho nas unidades prisionais que promovem a remição da pena**.

Como consequência, pode-se elencar a possível fragilização dos procedimentos operacionais, gerando insegurança para os agentes, terceirizados, visitantes e internos; a dificuldade para a separação de presos condenados e provisórios segundo a gravidade do delito, em conformidade com a Lei 7.210/84; e a submissão às condições degradantes de acomodação.

De acordo com o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen, dados de 27/08/2020), o estado do Espírito Santo detém 23.470 pessoas presas/internadas, para um número de 13.784 vagas, o que corresponde a uma relação de 1,70 presos por cada vaga em presídios.

Para as unidades visitadas verificou-se uma capacidade total de 1.585 vagas prisionais, abrigando 2.487 presos/internos, o que corresponde a uma relação **de 1,56 presos por cada vaga existente**.

A tabela abaixo apresenta a capacidade total de cada unidade e a lotação total apresentada nas datas das visitas (salienta-se que os números informados no dia da inspeção e os que constam nos relatórios podem variar, considerando que a entrada e saída de presos é diária nas unidades):

ESTABELECIMENTO PRISIONAL	CAPACIDADE	LOTAÇÃO	RELAÇÃO PERCENTUAL
Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte	228	322	141,23

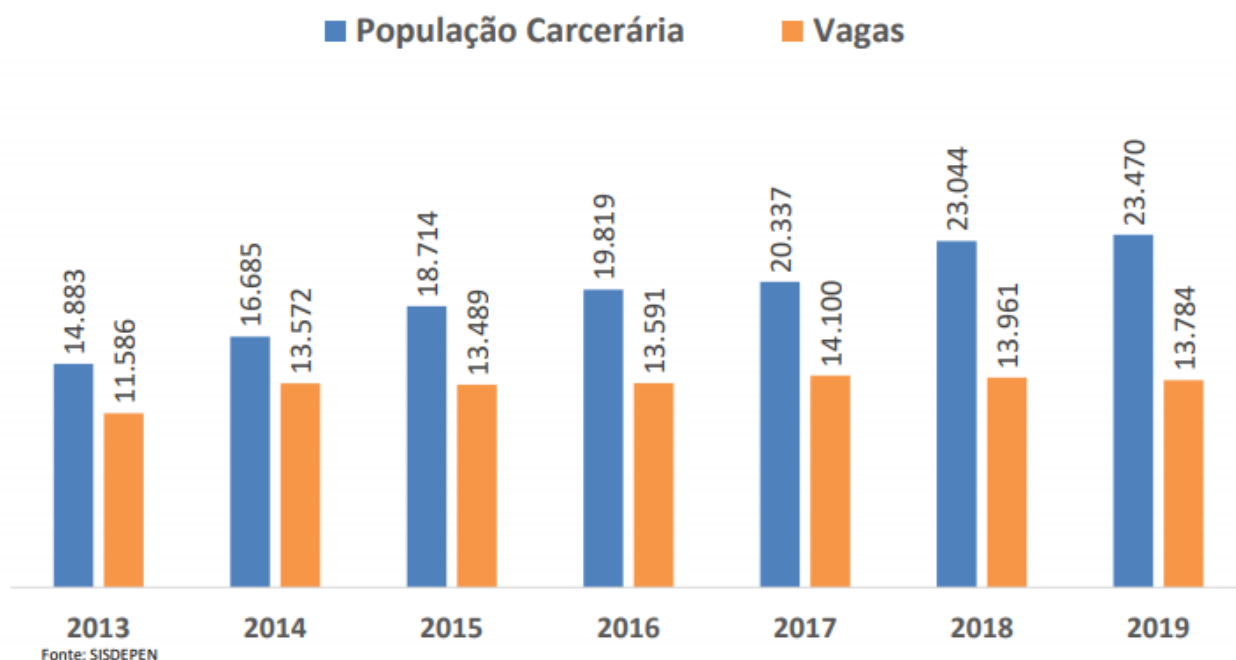


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Centro de Detenção Provisória de Colatina	535	770	143,93
Centro Prisional Feminino de Colatina	366	325	88,80
Penitenciária Semiaberta Masculina de Colatina	96	284	295,83
Penitenciária de Segurança Média de Colatina	264	555	210,23
Penitenciária de Barra de São Francisco	96	231	240,62

A evolução da população carcerária no sistema prisional do Espírito Santo e a evolução no quantitativo de vagas nos últimos anos podem ser observadas no gráfico a seguir:

Evolução do total de presos X total de vagas – Espírito Santo



Por último, de acordo com os dados do Sisdepen de dezembro de 2019, a população prisional do ES é de **23.470 presos e internos** no sistema prisional do estado, sendo que destes, 4.917 exercem atividades educacionais formais (20,95%) e 4.933 (21,01%) exercem atividades de trabalho. Verificando-se, portanto, que a maioria dos presos e internos não estuda nem trabalha, deixando, assim, de obter o benefício da remição da pena.




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

3. IMPACTO DA COVID-19 NO SISTEMA PRISIONAL

A seguir, dados coletados pelo Departamento Penitenciário Nacional juntos ao estado sobre o impacto da Covid-19 no sistema prisional.

- Taxa de infecção = $\frac{\text{nº de infectados}}{\text{nº de pessoas}} \times 100$
- Taxa de letalidade = $\frac{\text{nº de óbitos}}{\text{nº de infectados}} \times 100$
- Taxa de mortalidade = $\frac{\text{nº de óbitos}}{\text{nº de pessoas}} \times 1000$

	População Prisional	Presos confirmados	Óbitos de Presos	Taxa de Infecção (Presos)	Taxa de letalidade (Presos)	Taxa de mortalidade (Presos)	Testagem
	23.427	1.883	5	8,04%	0,27%	0,21	Não informado
Brasil	748.009	24.880	110	3,33%	0,44%	0,15	76.350
Representação em relação a população prisional brasileira	3,13%	7,57%	4,55%	141,65% Maior	39,94% Menor	45,13% Maior	*****

Dados do dia 17/09/2020

<http://depen.gov.br/DEPEN>



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

4. DIÁLOGO COM ATORES DA EXECUÇÃO PENAL

Antes da realização das inspeções das unidades prisionais, os Conselheiros estabeleceram diálogo com os atores da execução penal do Estado do Espírito Santo: quais sejam: Secretaria de Estado de Justiça, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional – GMF do TJES, Juiz da Execução Penal de Colatina, Ministério Público, OAB-ES, Defensoria Pública, Conselho Penitenciário e Conselho da Comunidade. Os resumos dos diálogos estão no **Anexo 1** deste documento, e as recomendações/sugestões aos atores estão no capítulo 6.

Cronograma de Entrevistas

03.08 / 08 h	VEP Colatina	Juiz André Guasti Motta
03.08 / 10 h	Ministério Público - Colatina e B. de São Francisco	Promotores Sérgio Seidel e Luiz Carlos Vargas
04.08 / 08 h	OAB/ES – Comissão de Advocacia Criminal e Políticas Penitenciárias	Dra. Thaiz de Souza
04.08 / 10 h	Conselho da Comunidade - Colatina	Presidente Pastor Rogério
05.08 / 08 h	Defensoria Pública Colatina Coordenação de Execução Penal	Bruno Augusto de Novaes Fernandes / Fernanda Marinho de Melo Magalhães / Mariana Farias Dutra Portes / Renata Rodrigues de Pádua
05.08 / 10 h	Secretaria de Justiça / GMF	Secretário Dr. Luiz Carlos Cruz / Des. Fernando Zardini Antônio
06.08 / 08 h	VEP Barra de São Francisco	Juíza Roberta Holanda de Almeida
14.08 / 10 h	Conselho Penitenciário Estadual	Pres. Ulisses Reisen de Oliveira



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

5. INSPEÇÕES

Conforme mencionado, as inspeções ocorreram de modo virtual tendo em vista as limitações impostas pela pandemia da Covid-19. Ocorreram inspeções em unidades prisionais das comarcas de São Domingos do Norte, Colatina e Barra de São Francisco.

Foram utilizados os relatórios com base no Modelo de Relatório Padrão aprovado no âmbito do Acordo de Cooperação Nº 17/2011 - Melhoria do Sistema Penitenciário, para uso do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Os relatórios foram preenchidos e enviados pelos diretores das unidades prisionais, foram transcritos e dispostos no **Anexo 2** deste documento.

Cronograma das inspeções virtuais de 07 a 14 de agosto

Dia/Horário	Unidade Prisional	Diretor / Chefe de Segurança
07.08 / 08 h	CDPSDN – Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte	Rui Ohnesorge / Fabiano Ribeiro Rosa
10.08 / 08 h	CDPCOL – Centro de Detenção Provisória	Alexandre Magno Amaral Ferreira / Rubens dos Santos
11.08 / 08 h	CPFCOL – Centro Prisional Feminino	Maria Aparecida de F. de Albuquerque / Fernanda Aquina Lievore
12.08 / 08 h	PSMCOL – Penitenciária Semiaberta Masculina	Anderson Silvestre / Thiago José Soares
13.08 / 08 h	PSMECOL – Penitenciária de Segurança Média	Mario Giurizatto / Antônio Manuel Lievore
14.08 / 08 h	PRBSF – Penitenciária de Barra de São Francisco	Makssuel Delevidove / Maxwell de Sá



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

6. SUGESTÕES / RECOMENDAÇÕES

Com base nos relatórios das unidades e nas visitas de inspeção realizadas nas comarcas de Barra de São Francisco, Colatina e São Domingos do Norte, e visando dialogar institucionalmente, no intuito de adequar e aprimorar as condições de detenção aos parâmetros elencados na Constituição Federal/88, normativas internacionais de Direitos Humanos e na Lei de Execução Penal, serão apresentadas a seguir sugestões e recomendações aos órgãos responsáveis.

A todos participantes

- a) Que utilizem o sítio do Departamento Penitenciário Nacional para acompanhar a execução de recursos do Fundo Penitenciário Nacional repassados ao estado, bem como a execução de obras e convênios.
 - http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgmor/obras_estados/obras/obras_band_eiras_estados
 - <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYmM0NmU0NjgtNTMxZC00ZDIILmY2EtNTRlNGI2N2I4MGFkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>
 - <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/relatorio-de-execucao-orcamentaria-funpen>
- b) Que utilizem o sítio do Departamento Penitenciário Nacional para acompanhar a divulgação de boas práticas.
 - <https://www.gov.br/depen/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas>

À Secretaria de Justiça do Espírito Santo

- a) Criação das Gerências de Execuções Penais dentro do Sistema Prisional para gestão de processos e realização de pedidos diretamente no processo, pois a Defensoria Pública não possui núcleo de atendimento local, mas apenas na Capital do Estado.

Ao GMF

- a) Ajuste do sistema de destinação de verbas aos Conselhos das Comunidades, seguindo



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

orientação de fomento pelo CNJ, especialmente para propiciar a manutenção com despesas básicas dos órgãos existentes no Estado do Espírito Santo.

Ao GMF e à Secretaria de Justiça

- a) Melhor conhecimento sobre o Fundo Rotativo existente no estado e briga pelo ajuste dele aos moldes do utilizado no estado de Santa Catarina, por exemplo, com descentralização dos recursos e desvinculação dos demais fundos estaduais, da questão da PANDEMIA, já que não se trata de vinculação lógica;
- b) Verificação da distribuição dos Juízes de execuções penais pelo Estado, dado o acúmulo de varas constatado durante a inspeção;
- c) Verificação do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente aquelas que preveem julgamento de processos mais antigos - especial atenção aqui aos processos do Tribunal do Júri, já que constatada a existência de parcela considerável de pessoas presas há bastante tempo aguardando julgamento dos processos.

Ao Juízo da Execução Penal de Colatina

- a) Melhor conhecimento sobre o Fundo Rotativo existente no estado e diligências pelo ajuste dele aos moldes do utilizado no estado de Santa Catarina, por exemplo, com descentralização dos recursos e desvinculação da questão da PANDEMIA;
- b) Possibilidade de realização de reunião com as autoridades envolvidas (especialmente Ministério Público e Secretaria de Justiça) para análise de viabilidade de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para solucionar definitivamente o problema do alvará do Corpo de Bombeiros, pois inexistente nas Unidades de Colatina(ES).

Ao Ministério Público - Barra de São Francisco e Colatina

- a) Verificar a situação atual do Fundo Rotativo já existente para adaptação das necessidades locais, especialmente melhoria do sistema prisional, especialmente desvinculação dele dos outros fundos para tratamento da COVID;
- b) Fomentar a geração de trabalho do preso internamente, remunerado, e não só de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

manutenção da Unidade Prisional, de forma a qualificar o preso e prepará-lo para o trabalho na saída e gerar dinheiro para sua manutenção fora do Ergástulo;

- c) Verificação da possibilidade de realização de Termos de Ajustamento de Conduta em suas respectivas comarcas para solução dos problemas sanitário e de incêndio;

Ao Conselho da Comunidade de Colatina

- a) Dar maior publicidade dos afazeres do Conselho a sociedade, para maior apoio e participação das entidades, inclusive com utilização das redes sociais, que são gratuitas, se possível;
- b) Propor a criação de um contato mais abreviado com os membros do Poder Judiciário e Ministério Público para aproximação e integração na solução dos problemas do sistema prisional;
- c) Criação da identificação funcional para que cada conselheiro que vá fiscalizar seja devidamente identificado e possa realizar seu trabalho;
- d) Consultar o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária disponível no site do DEPEN para embasar suas atitudes;
- e) Encaminhar sugestões e denúncias ao canal da Ouvidoria Nacional informando os problemas para que sejam resolvidas algumas questões pendentes e relatadas;
- f) Verificar a disponibilidade que alguém do Conselho de Contabilidade possa prestar serviço voluntário, já que se trata de entidade civil sem fins lucrativos;
- g) Cadastrar o Conselho em todos os cadastros nacionais e atualizar sempre que necessário.

À OAB

- a) Fomento a participação da OAB no Conselho da Comunidade, já que pela LEP tem assento efetivo no Órgão;
- b) Que a OAB acompanhe os valores que são repassados ao Estado para as políticas públicas via DEPEN;
- c) Fomento da Nota Técnica nº 28 que trata do trabalho do preso no sistema prisional;
- d) Que a OAB acompanhe a questão do Fundo Rotativo no estado do Espírito Santo, como



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

forma de suprir a demanda do próprio sistema prisional.

Ao Juízo da Execução Penal da Comarca de Barra de São Francisco

- a) Fomento junto a Unidade Prisional da Nota Técnica nº 28 sobre o trabalho do preso, inclusive, se necessário, realizando contato com a SEJUS para viabilidade de instalação de empresas por chamamento público, mesmo de fora da cidade de Barra de São Francisco, por exemplo, vindo se instalar na região;
- b) Diligências acerca da questão do Fundo Rotativo e forma de gerenciamento dele para que o dinheiro seja revertido a própria Unidade Prisional;
- c) Incentivo a promoção e criação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas – CPMAs para cuidar as medidas alternativas a prisão na região de Colatina;
- d) Análise da possibilidade de utilização de ferramentas eletrônicas de fiscalização do regime aberto, como o Google Drive, de forma a evitar o encarceramento e o cometimento de novos crimes;
- e) Fomento a criação da gerência de execuções penais dentro das Unidades Prisionais respectivas, especialmente para suprir a carência da atuação da Defensoria Pública no Estado.

À Defensoria Pública

- a) Necessidade de atuar junto ao Defensor Público Geral pela participação mais efetiva da Defensoria Pública, especialmente nas regiões mais delicadas, como é o caso de Colatina;
- b) Fomento da divulgação da Nota Técnica nº 28 acerca do trabalho do preso.

Conselho Penitenciário Estadual do Espírito Santo

- a) Avaliar a importância de o Conselho Penitenciário Estadual cobrar a questão do Fundo Rotativo, tanto a descentralização quanto a desvinculação do fundo do COVID atualmente formado como solução aos problemas enfrentados em todo o estado;
- b) Fomento da divulgação da Nota Técnica nº 28 acerca do trabalho do preso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como brevemente relatado na introdução, a principal motivação desta inspeção, e especialmente sua realização de forma mais ágil possível e de maneira virtual, foi de dar total cumprimento à determinação judicial advinda do Cumprimento Provisório de Sentença nº 0000186-60.2014.4.02.5005, originada da Ação Civil Pública nº 2010.50.05.000705-2, na qual se impôs a periodicidade máxima de 2 (dois) anos ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para realização de inspeção na Seção Judiciária de Colatina(ES).

Importante pontuar que, ao compulsar a inicial dos autos daquela ação civil pública, percebe-se que o problema central apresentado pelo Ministério Público Federal (MPF) naquela demanda já era, em 2008, a superlotação carcerária na região de Colatina, interior do Estado do Espírito Santo, fato que teria legitimado inclusive mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça e determinação de diversas diligências ou providências aos órgãos envolvidos, não supridas até o momento da interposição daquela causa, pelo menos.

A situação, frise-se, não era pontual de Colatina, já que indicava o próprio MPF, à época, que o índice de superlotação em todo o Estado Capixaba atingia preocupantes 195% (cento e noventa e cinco por cento). Todavia, em uma Unidade específica daquela região de Colatina, mesmo após todas as denúncias e problemas relatados teria superado os “343% (trezentos e quarenta e três por cento) a demonstrar o agravamento progressivo da situação”.

Afora o problema da superlotação, a deficiência estrutural das Unidades existentes, constatada em perícia realizada naquela demanda, indicava a completa impossibilidade de manutenção do *status quo* a justificar a intervenção judicial, sob pena de sanções até mesmo internacionais, pela omissão, pois o caso ascendeu à Genebra, na Suíça. Vários outros aspectos foram pontuados, como falta de assistência material, acomodações mínimas, higiene básica, falta de individualização da pena, etc.

A primeira constatação é a de que, devido ao transcurso de mais de 12 (doze) anos da época da inspeção originária, evidentemente muita coisa mudou, e para melhor, em relação à situação vivenciada naquela oportunidade. Infelizmente, entretanto, ainda pesa sobre o estado a



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

questão da superlotação, não sendo diferente na Seção Judiciária de Colatina, cujos índices superam em 5 (cinco) das 6 (seis) unidades os 140% (cento e quarenta por cento), chegando na pior e mais crítica da região (PSMECOL) a quase 300% (trezentos por cento). E, com ela, todos os demais problemas exsurtem quase que atrelados, como a falta de material de higiene, alimentação condizente e atendimento mínimo de saúde, sem contar no atendimento jurídico e social da população presa.

Como a inspeção não pôde se dar de forma preferencial, tais constatações se deram por intermédio dos mecanismos existentes de fiscalização remota, aliado às entrevistas com as autoridades locais e estaduais, além de oitiva de parcela dos presos, por amostragem.

A oitiva do Conselho Penitenciário Estadual do Espírito Santo, inclusive, foi de extrema importância nesta contextualização, valendo citar a fala do ilustre representante da Defensoria Pública naquele órgão, Dr. Geraldo Elias de Azevedo, um dos mais antigos do estado na função e com extremo conhecimento de causa. Disse sua excelência, inclusive, que acreditava ter ocorrido “perda de objeto” da ação civil pública devido ao transcurso do prazo, especialmente em relação aos fatos lá delineados, mas que persistem alguns dos problemas, notadamente a superlotação e falta de condições dignas de cumprimento de pena em algumas Unidades, em menor intensidade. No mesmo caminho, foram as declarações do Dr. Carlos Vinícius Soares Cabeleira, representante do Ministério Público Federal, ao relatar que a situação de Colatina(ES) nem era a pior daquele estado à época, e que fora substancialmente modificada com algumas atitudes tomadas pelo Poder Executivo.

Tocante a superlotação, verificamos que a fala com o Secretário de Justiça do Espírito Santo, Dr. Luiz Carlos Cruz, trouxe certa esperança de que dias melhores virão, especialmente com a previsão de construção, ainda este ano, de mais cerca de 1000 (mil) vagas naquela região, mais precisamente nos municípios de São Mateus e Linhares, a abarcar presos oriundos de Colatina e “desafogar” um pouco aqueles índices.

Relatou sua Excelência, o Secretário, fato publicamente constatado nas notícias retiradas de periódicos locais, empréstimo junto ao BID para financiar projetos de modernização do Sistema Prisional do Espírito Santo, em fase adiantada de captação, demonstrando que efetivamente a Secretaria de Justiça e o Estado estão preocupados efetivamente com a situação carcerária regional, podendo ser consultado, por exemplo, no sítio



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

<https://atenasnoticias.com.br/espírito-santo-e-o-unico-a-receber-financiamento-do-bid-na-area-do-sistema-prisional/>.

A nosso sentir, entretanto, mesmo com a demora na solução da questão principal da superlotação, vários outros problemas pontuais que foram constatados no Sistema Penitenciário Capixaba poderiam e deveriam ser melhorados, desde logo, vez que independem de qualquer aporte financeiro. Elas vão, desde a intervenção do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (GMF), órgão máximo da Execução no Estado, até a necessária e efetiva participação dos órgãos locais de execução penal, com participação social, como é o caso dos Conselhos da Comunidade, passando por uma especial atenção à Defensoria Pública, muito carente e pouco expressiva em termos de atendimento presencial, assim como total mudança de percepção do Tribunal de Justiça do Espírito Santo quanto a designação de juízes específicos para as Varas de Execuções Penais sem a cumulação exagerada de varas e constatada durante as entrevistas.

Para resolver os problemas inerentes a estruturação das Unidades Prisionais já existentes, imperiosa que seja dada total atenção ao Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário reformulado pela Lei Complementar nº 920, de 20 de setembro de 2019, com sua imediata desvinculação dos demais fundos relacionados no Decreto de Calamidade Pública aprovado pela assembleia legislativa para uso exclusivo no sistema e não da PANDEMIA. Justifica-se porque já existe empresa contratada pelo Estado para suprir a saúde do sistema prisional - INVISIA, a qual detém obrigação de zelar pela saúde dos apenados e não está fazendo a contento, conforme inúmeras reclamações dos órgãos envolvidos e dos próprios apenados.

Afora isso, sugere-se um “mutirão” dos órgãos que atuam na execução penal daquele estado para mitigar as consequências da superlotação e deficiência estrutural, criando melhor atendimento e orientação na área jurídica e social, esta última, inclusive, com maior e efetiva participação social.

Essencial essa espécie de “mutirão” ou “força-tarefa”, como se queira atribuir a nomenclatura, a fim de solucionar um problema sério encontrado que é o tempo de duração do processo, já que se constatou inúmeros casos de pessoas presas há mais de 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos aguardando julgamento, especialmente em processos de competência do tribunal do júri, o que retarda a transferência a local de cumprimento definitivo de pena e, conseqüentemente, mitiga



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

os direitos aos condenados atribuídos, como visita da família, trabalho, entre outras atividades.

A Vara de Execuções Penais de Barra de São Francisco não possui Juiz(a) Titular, estando a Dra. Roberta Holanda, substituta, cumulando aquela unidade com mais outras inúmeras, em total prejuízo ao desempenho do melhor trabalho necessário, inclusive de acompanhamento do próprio cumprimento da pena (fomento ao trabalho, etc.) e não só dos benefícios da execução. Da mesma forma, o Juiz Titular da Vara de Colatina até cerca de 1 (um) ano cumulava outras várias Unidades Judiciárias, também não podendo se debruçar sobre os assuntos que permeiam a execução e trazem grande insatisfação e problemas internos.

A instalação imediata de Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs) no interior do estado também se faz essencial para acompanhamento das demandas alternativas e orientações para evitar a elevação do encarceramento, pois somente em Vitória existe hoje tal serviço. No mesmo sentido, essencial que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo intervenha no sentido de criar condições financeiras aos Conselhos da Comunidade para que, mediante plano de trabalho, possam auxiliar no acompanhamento efetivo do cumprimento da pena e apoio aos familiares, podendo valer-se das verbas de transações penais para tal desiderato.

Impossível pensar em melhorar a execução penal sem dar melhor tratamento a Defensoria Pública, já que, a par do baixíssimo número de servidores a atender todo o Estado, especialmente na área da execução penal, não há núcleo ativo e atuante na região de Colatina, prejudicando, tanto o atendimento presencial, quanto a participação em audiências, tendo ambos os magistrados reclamado da ausência nas audiências de justificação e acompanhamento processual regular.

A Promotoria de Justiça de ambas as Comarcas é essencial também na resolução de dois problemas seríssimos encontrados durante a inspeção virtual, quais sejam, a ausência de alvará do corpo de bombeiros e a questão ambiental, dada a existência de sistema de esgoto não tratado nas proximidades do maior complexo (que abriga três das quatro unidades prisionais de Colatina-ES). Embora a SEJUS tenha assinalado estar tratando desta questão há algum tempo, demonstrou possuir dificuldade de que a própria empresa de saneamento local, *sponte sua*, possa resolver o problema. Talvez um Termo de Ajustamento de Conduta e comunicação ao Ministério Público responsável pela fiscalização dos contratos públicos sirva de aceleração da solução definitiva dessas problemáticas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Finalmente, essencial que os magistrados das Varas de Execuções Penais locais das comarcas envolvidas se debrucem de corpo e alma nas questões que dependem de suas intervenções. Fomentar e integrar a participação social, representada pelos Conselhos da Comunidade, com aproximação a este importante Órgão da Execução Penal previsto no artigo 61, VII, da Lei nº 7.210/84; Elaborar as Portarias, dando o “start” necessário para a busca de parcerias para mitigação do problema da falta de trabalho; Conversa com a SEJUS e empresas locais para fomentar as parcerias na busca pelo atendimento da Nota Técnica nº 28 do Ministério da Justiça, voltada a melhorar a oferta de trabalho no sistema prisional local (especialmente porque é ínfima a parcela de apenados que trabalham no Sistema Prisional de Colatina, sendo menor ainda o número de apenados remunerados); Fiscalizar mais diretamente as contratações realizadas envolvendo as terceirizações de parte dos serviços das Unidades Prisionais, como alimentação e saúde, dado o elevado número de reclamações relativos a ambos os atendimentos.

Concluindo, vários encaminhamentos foram dados durante as entrevistas a cada um dos órgãos envolvidos, justamente nos pontos que traçamos até aqui, mas fica a conclusão de que, pelo menos nas questões tratadas na ação civil pública, a realidade encontrada diverge bastante daquela apresentada no ano de 2008, muito tendo o Estado do Espírito Santo realizado para minorar as consequências daqueles que se encontram encarcerados, valendo citar a terceirização de serviços de alimentação e saúde, reformas de unidades prisionais, construção de algumas unidade, inclusive em fase final de conclusão (São Mateus e Linhares), bem como busca de recursos junto ao BID para maior modernização ainda do Sistema Prisional Capixaba.

Essencial, entretanto, que a unidade mais crítica da região - PSMECOL - seja **imediatamente** remodelada e reestruturada, a fim de fazer cessar toda a sorte de problemas encontrados, constantes de documentação anexada ao presente SEI, fatos que vêm sendo apurados de perto pelas autoridades locais, especialmente pelo Juiz da Execução Penal da comarca de Colatina.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ANEXO 1 – RESUMO DOS DIÁLOGOS COM ATORES DA EXECUÇÃO PENAL

Juízo da Execução Penal da Comarca de Colatina

O Magistrado, Dr. André Guasti Motta, mostrou-se bastante atento ao Sistema Prisional e indicou, no início da entrevista, que não tinha ainda pleno conhecimento de algumas situações, devido ao fato de ter assumido recentemente a Execução Penal – cerca de 1 (um) ano antes o início da PANDEMIA.

Principiou falando sobre as Unidades Prisionais de Colatina dizendo que existe bom exemplo, como é o caso da Centro Prisional Feminino de Colatina (CPFCOL), que não se encontra superlotado e tem boa estrutura, mas que, em geral, o Sistema Prisional de Colatina apresenta muitos problemas, especialmente estruturais. Citou a Penitenciária Semiaberto Masculina de Colatina (PSMCOL) como sendo a pior da região, seja pela superlotação, seja pela carência de servidores.

Falou que as Unidades Prisionais de Colatina tiveram muitos casos de COVID-19, o que dificultou a sua ida presencial durante o período de PANDEMIA, fato que confronta as informações que foram prestadas pela Secretaria de Justiça e também com os dados obtidos nos órgãos de controle, a indicar, sem absoluta certeza, mas com grande probabilidade, a “subnotificação” dos casos ou, até mesmo, a ausência de testagem.

Seguiu sendo questionado sobre os maiores problemas encontrados durante as inspeções presenciais, destacando a deficiência estrutural, como já disse anteriormente, além da superlotação e a falta de servidores. Disse que já constou de relatório a questão das vagas, mas isso não foi resolvido a contento ainda pelo Estado.

Relatou a existência de terceirização dos setores de alimentação e saúde nas quatro unidades prisionais de Colatina, sendo que cada uma das casas penais possui setor próprio de saúde, relativamente bem estruturado, enquanto a alimentação é confeccionada em apenas uma, Penitenciária de Segurança Média de Colatina (PSMECOL) e distribuída entre as demais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Na cozinha, trabalham presos contratados pela terceirizada e nos setores de saúde existem equipes próprias com médico, enfermeiro, dentista, psicólogo, os quais são responsáveis pela elaboração da Comissão Técnica de Classificação (CTC).

Várias reclamações acontecem, segundo o magistrado, todas naturais ao Sistema Prisional, tanto em relação a alimentação, especialmente a pouca quantidade, quanto em relação a saúde, esta última mais voltada a ausência de medicamentos. Em todas elas, fiscaliza e pratica os atos necessários e possíveis para solução dos problemas, sendo que eles então são resolvidos pelas respectivas empresas. Disse não ter constatado alimentação estragada, uma das reclamações feitas por detentos. São 5 (cinco) alimentações diárias fornecidas, quais sejam: café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e ceia.

Quanto ao semiaberto, calcanhar de Aquiles do Sistema Prisional de Colatina, relatou que a unidade possui capacidade projetada de 96 (noventa e seis) vagas e já chegou a ter 433 (quatrocentos e trinta e três) detentos, sua maior ocupação, estando na data da entrevista (03.08.2020), devido a algumas intervenções feitas pelo Poder Judiciário, com 254 (duzentos e cinquenta e quatro) apenados. Lá sim a ausência de servidores e deficiência estrutural é extremamente complicada e gera problemas constantes. Elogiou o Diretor Silvestre que estava à frente daquele complexo e relatou que o ideal seria a interdição total daquela Unidade Prisional, porém, isso “implodiria” o Sistema Prisional de Colatina.

Questionado pelo Conselheiro Diego sobre a existência de Centrais de Penas e Medida Alternativas – CPMA, na comarca de Colatina, respondeu negativamente, dizendo que somente na Capital do Estado é que existe a Central, bem estruturada e destinada apenas aos detentos daquela localidade. Inclusive isso seria o motivo de ter regulamentado por Portaria a concessão de prisões domiciliares para alguns detentos do regime semiaberto, nos termos da Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal, sendo que cerca de 80 (oitenta) apenados estariam em gozo de tal benefício, com monitoração eletrônica.

Os presos do regime semiaberto que ainda permaneceram e que possuem trabalho externo apenas pernoitam na Unidade Prisional, já os demais, permanecem o dia inteiro na casa. A fiscalização dos presos do regime semiaberto que estão em trabalho externo é feita pela própria equipe da Unidade Prisional em rondas, enquanto os presos em monitoramento eletrônico são fiscalizados pela central estadual respectiva.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Informou que repassou à Polícia Militar o acesso ao sistema SEEU para que a fiscalização pudesse ser efetuada e tem gerado efeito positivo, especialmente porque os policiais militares consultam e realizam o BU (boletim unificado) dando conta do descumprimento, remetendo ao Juiz da Execução Penal para ciência e providências.

Suas inspeções são mensais e regulares e informa que, devido ao acúmulo de serviços a que estava sujeito, em algumas delas não conseguiu falar pessoalmente com presos, mas sempre esteve no Complexo para verificar a estrutura e conversar com os gestores. As primeiras inspeções realizadas quando assumiu a Unidade, entretanto, segundo o magistrado, foram bem completas.

Durante a PANDEMIA teve que realizar presencialmente uma única inspeção na Penitenciária de Segurança Média de Colatina (PSMECOL), devido a um motim ocorrido, tendo feito levantamento bem completo da situação, instaurado procedimento respectivo de apuração, o qual findou sem responsabilizações de agentes por eventuais abusos, mas que gerou a oitiva de cerca de 20 a 30 presos e agentes prisionais.

Como todas as demais Unidades possuem já sistema de videoconferência, inclusive com possibilidade de oitiva totalmente isenta, sem a presença de agentes prisionais nas respectivas salas, indicou que irá fazer com mais frequência esse tipo de procedimento para ganhar tempo e qualidade.

Ao final, questionado pelo Conselheiro Gustavo para que apontasse os três principais problemas, na sua visão, do sistema prisional de Colatina, sem hesitar respondeu que eram: 1º) a Penitenciária de Segurança Média de Colatina (PSMECOL), especialmente pela má estruturação, ausência de câmeras de videomonitoramento, e carência de servidores; 2º) a superlotação em todas as Unidades Prisionais, com exceção da unidade feminina, que é a melhor estruturada; 3º) a estrutura das celas em geral, que são muito úmidas e com péssimas estruturas.

Finalmente, relatou dois problemas seríssimos, o primeiro que, embora exista esgoto lançado no rio pelo Complexo, adotou a prudência de solicitar a SANEAR (agência de saneamento da cidade) laudo de potabilidade da água, a qual foi claro ao indicar que a água é efetivamente potável e, o segundo, a ausência de alvará de bombeiros em todas as Unidades Prisionais de Colatina.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional – GMF

O Desembargador Fernando Zardini Antônio relata que assumiu o GMF em 2015 pelo quinto constitucional, pelo Ministério Público, sendo convidado para supervisionar então as varas criminais e de execução penal, hoje agregando também as varas de violências domésticas.

As denúncias chegam ao GMF por diversos mecanismos, via de regra pela Coordenadoria do GMF que foi criada e todas são apuradas e encaminhadas aos órgãos respectivos, estando tudo devidamente registrado.

Quanto aos esclarecimentos em relação ao município de Colatina, disse que o Juiz André Guasti era a pessoa adequada para prestar os maiores esclarecimentos a respeito, por ser o corregedor das Unidades.

Nos aspectos gerais, disse que foi criado Comitê para acompanhar a situação especialmente da PANDEMIA, integrado por vários órgãos.

Dr. André Guasti, que participou da conversa apresentou novamente os problemas já relatados, especialmente superlotação e deficiência estrutural e de pessoal. Concordou que a Unidade de Segurança Média é efetivamente a que apresenta maiores problemas, mas, em contrapartida, é a que mais é fiscalizada e foi descoberto sistema de corrupção de servidores que foram inclusive afastados, sendo que o subdiretor e chefe de segurança de outras Unidades chegaram a ser presos. Relatou ter conhecimento de “disputa política” naquela Unidade, inclusive acirrada pelo motim ocorrido, com denúncias das mais variadas, fatos todos em apuração e investigação e de conhecimento da Secretaria de Justiça. Relata ter informações de crimes praticados por pessoas naquela Unidade, inclusive por advogados, ainda em caráter sigiloso.

Novamente referiu sobre o Presídio Feminino ser referência no estado e exemplo a ser seguido.

Disse que todas as denúncias recebidas sobre torturas e maus tratos foram apuradas, mas nenhuma delas gerou responsabilização, porque faltavam provas efetivas. Somente as questões de corrupção da Unidade de Segurança Média foram devidamente apuradas e geraram.

Desembargador Fernando colocou-se à disposição para tratar o tema do Fundo Rotativo e desvinculação do Fundo pela COVID-19 e pediu cópia da Resolução Conjunta do TJSC sobre as transações penais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Secretário de Estado da Justiça

O Secretário Luiz Carlos de Carvalho Cruz é Oficial de Marinha da Reserva e Delegado de Polícia Federal ainda na ativa, com dezessete anos de atividades, cedido ao Espírito Santo, tendo conhecido o sistema de segurança de vários países.

Relatou não ser novidade os problemas de Colatina, sendo que eles existem e são grandes, mas as amarras são enormes no serviço público, o que dificulta a solução desses problemas. Disse ter visitado a Unidade de Ribeirão das Neves, mas pontuou que embora lá tudo funcione pela parceria existente, especialmente que dispensa procedimentos licitatórios, o custo elevado do preso naquele sistema, superior a cinco mil reais, não é o ideal, pois no Espírito Santo o custo médio de manutenção do preso é de cerca de mil e oitocentos reais e, segundo o Secretário, o sistema capixaba não deixa nada a desejar em relação ao mineiro.

Criticou a posição do CNJ de impedir a realização de audiências de custódia por sistema de videoconferência, dificultando o uso de ferramentas de tecnologia que dão maior efetivamente ao sistema público.

Encontra no Espírito Santo um dos melhores sistemas prisionais do País, relatando que é um dos poucos estados em que as Unidades Prisionais são geridas pelo Estado e não pelas facções criminosas (reconhecendo a existência de facções com vinculações de outros estados).

O Governador, desde a campanha já indicava que o Sistema Prisional do Espírito Santo era uma bomba relógio, com média de ingresso de 1500 presos/ano, fato que restou agravado recentemente, mas um Comitê Interinstitucional foi criado e está possibilitando a adoção de alternativas ao encarceramento, como tornozeleira eletrônica. De 21.01.2019 a 31.12.2019 teve uma redução de cerca de 120 presos do sistema prisional graças a essa mudança de paradigma.

Falou do trabalho que vem sendo desenvolvido com o Banco de Desenvolvimento Mundial pelo estado de captação de 100 milhões de dólares para implementação efetiva da Lei de Execuções Penais com produção de renda e reeducação efetiva. A ideia é criar cinco polos de classificação dos presos: extremo pior - vermelho (faccionado) e extrema melhor - azul (criminoso circunstancial – culposos, passionais). Entre eles, estariam os presos de classificação verde (criminoso sem violência e via de regra patrimonial), amarelo (oportunistas) e laranja (está em fase de migração



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

e mudança de postura e passa de uma faixa a outra).

Problema de superlotação em Colatina é muito grave, pois passava de 400% em janeiro de 2019 e hoje está ainda acima de 300%. A solução será dada com a construção de novas estruturas, especialmente com dinheiro do BID.

Falando do Fundo Rotativo, mostrou ter conhecimento da criação e modelagem dada este ano por Decreto, indicando que ele seria um excelente alternativa e objeto do escritório social.

Foram chamados para participar de uma audiência numa ação civil pública por problemas sérios ambientais em Colatina, no saneamento da PSMECOL, já que cercada de esgoto, tendo recebido dois milhões de reais para tratar do problema, pois a empresa pública SANEAR foi chamada e disse que não tem condições de resolver o problema. Frisou que ela é empresa a ser contratada por ser pública e da cidade, sem licitação, mas a própria empresa disse não ter condições de cumprir esse trabalho, fazendo que com o estado pensasse em comprar equipamentos para solucionar por conta. Em Vitória relatou ter o mesmo problema e a mesma dificuldade com a empresa de saneamento da capital, a qual não consegue resolver o problema.

Disse que o Sistema Prisional tem o melhor sistema de saúde básico no Espírito Santo, melhor do que prestado ao cidadão comum.

Ainda em 2020 tem projeto de 400 (quatrocentas) vagas em São Mateus para desafogar Colatina e São Domingos do Norte, relatando que parte dele estará entregue até dezembro/2020, assim como outras 480 vagas até dezembro também em outros locais e mais 120 vagas em outro local, chegando a quase 1000 (mil) vagas só este ano.

Farão por módulos custando em torno de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) a vaga, preço muito abaixo dos R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) das vagas então criadas. Mas, pela burocracia isso gera muito problema e desconfiança

Falou sobre o problema político existente nas nomeações dos cargos de direção, fato que seria resolvido com a criação da Polícia Penal, já que os cargos deveriam então ser ocupados por pessoas qualificadas com livre nomeação dentro do quadro efetivo. Isso foi falado especialmente porque em ano eleitoral existem pressões para nomeações e o governo do Estado é formado por uma coligação de 16 partidos. Haverá, pois, troca, mas certamente com essa liberdade de nomeação.

Questionado sobre a existência de *Body Scan* – equipamento de fiscalização para



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

substituir as revistas vexatórias e sobre os alvarás do corpo de bombeiros, referiu que em 2018 ao diagnosticar o sistema prisional constatou que das 35 unidades regionais, nenhuma tinha sequer um plano de combate a incêndio. Assim que tomou posse criou um normativo para elaborar os planos e implementar as medidas de combate a incêndio. No dia da fala, disse que tinha 32 projetos aprovados e mais de 20 unidades já com alvará, isso em cerca de um ano e meio de trabalho.

Também quanto a questão ambiental, cerca de 20 unidades hoje já possuem licenciamento, que antes não existia, como é o caso do esgoto, por trabalho da Secretaria.

Reconhece os problemas ambientais e de alvarás dos bombeiros, mas acredita que em no máximo quatro anos, durante sua gestão, resolverá todos esses problemas.

Quanto as transações penais e destinação aos Conselhos da Comunidade, mostrou certo desconhecimento, entendendo ser demanda nova e valores novos, quando, em verdade, trata-se de previsão já insculpida na LEP desde o ano de 1984 o que foi repassado e informado.

Já em relação a Defensoria Pública e reclamação quanto a ausência de efetividade, foi repassado que é dever do Estado e que não pode o Poder Judiciário arcar com essas despesas desses órgãos, mas sim, daqueles que auxiliam na execução penal previstos na LEP, como é o caso clássico do Conselho da Comunidade.

Questionado pelo Conselheiro Diego sobre o programa moderniza, disse que o processo é longo e ainda não havia sido concretizado pelo BID, estando em fase de apresentação do projeto com os centros integrados de ressocialização, faltando praticamente a assinatura do contrato. Assim que concluído, será então tramitado junto ao Ministério da Economia para posterior aprovação no Senado Federal.

Também foi questionado pelo Conselheiro Diego sobre os projetos de ampliação das Centrais de Alternativas Penais, especialmente em Colatina, tendo dito que será feito também com o financiamento do BID para opção ao Juiz.

O Secretário de Justiça informou quanto aos equipamentos de fiscalização que a Secretaria comprou 10 *Body Scan* e estão adquirindo equipamentos de raio x.

Dr. André Guasti pediu novamente atenção ao Secretário pela questão da nomeação do Diretor da Unidade que está sob iminência de troca, mas devido ao fato de que o gestor que estaria assumindo já foi afastado em outra oportunidade de outra unidade também por questões atinentes ao relacionamento escuso com alguns presos.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

O Conselheiro Diego perguntou sobre a existência de Projeto de CFTV em Colatina, tendo o Secretário afirmado que isso realmente é preocupação, mas estão em busca primeiro de arrumar aquelas que apresentam problemas e outros mecanismos para conseguir facilitar essa fiscalização como câmeras inteligentes.

Informou o Secretário que todos os agentes prisionais já foram testados para COVID e, em relação aos presos, iria iniciar uma testagem na semana seguinte à data da inspeção.

Finalmente, o Secretário informa que está em andamento projeto de melhoria da contratação de presos, com várias vagas para presos fazer cursos na cozinha e outras atividades, tendo reforçado que nas cozinhas do sistema os presos que trabalham são remunerados, conforme a LEP. Nas contratações com a Secretaria, as empresas têm obrigação de 6% (seis por cento) de colocação da mão de obra de presos.

Ministério Público - Colatina

Em conversa com o Dr. Sérgio Seidel, Promotor de Justiça de Colatina, disse sua excelência que, na atualidade a situação de Colatina é muito melhor do que quando do ajuizamento da ação civil pública que originou a presente inspeção, sendo que os problemas são bem menores do que a época.

Relatou que faz visitas presenciais trimestrais e mensalmente acompanha o andar da Unidade.

Questionado pelo Conselheiro Gustavo sobre a questão ambiental (esgoto) e alvará do corpo de bombeiros (incêndio) disse que a estrutura da Unidade Prisional do Semiaberto de Colatina realmente é muito antiga e não possui tratamento de esgoto e nem alvará do corpo de bombeiros. Como se trata de estrutura muito antiga, essa seria a única com esse problema mais grave e que deveria até ser substituída por uma nova.

Disse que são empresas terceirizadas que atendem saúde e alimentação, não tendo recebido reclamações relacionadas a esses aspectos. Referiu não ter evidenciado nenhuma irregularidade em relação a ambos os setores e demonstrou conhecer que faz parte da equipe de saúde psicólogos e todos os responsáveis pelo atendimento.

Relatou que a unidade de semiaberto conta com 96 (noventa e seis) vagas e, na



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

atualidade encontram-se 283 (duzentos e oitenta e três) presos na lotação atual, sendo que estão alocados em 25 (vinte e cinco) celas, não sabendo informar sobre a situação real de separação dos presos entre faccionados, presos que saem para trabalhar e retornam, se permanecem juntos aos demais ou não, dizendo que se trata de fato relativo a PANDEMIA e suspensão das visitas.

Quando da interposição da ação civil pública somente 1 (uma) unidade existia, instalada em 1979, justamente essa onde está hoje situado o presídio semiaberto, com maiores problemas. Depois da demanda, mais três casas penais foram construídas, sendo uma em 2005, outra em 2009 e, finalmente em 2011 a última.

Em Colatina também não há cantina de venda de alimentos e não é permitido na cela guardar qualquer alimento, sendo todo fornecido pelo Estado.

Questionado sobre existência de facções ou situações de risco ao bom andamento das Unidades, especialmente necessidade de retirada de presos, disse não existir nesse momento qualquer problema nessa seara.

Colatina não tem nenhum órgão de controle das penas alternativas.

Questionados pelo Conselheiro Gustavo, para, enquanto Ministério Público quais seriam os três principais problemas a serem enfrentados: **1º) Nova construção de estrutura do regime semiaberto; 2º) Falta rota de fuga no presídio de segurança média para casos de rebelião; 3) Reduzir a superlotação atual com prédio novo, já que o antigo não possui mais condições e não implicará em elevação do número de vagas.**

Ministério Público - Barra de São Francisco

O Promotor de Justiça, Dr. Luiz Carlos de Vargas afirmou que mora em Barra de São Francisco há bastante tempo e passaram por situação bem difícil ao longo desses anos, pois recebiam presos de todos os locais e até adolescentes em cela separada. Ainda teve uma cela separada para mulheres, em determinada época.

A partir das intervenções do Ministério Público e Judiciário, o presídio foi reformado, retiraram os presos provisórios e semiabertos e de lá para cá, entretanto, muita coisa mudou, para melhor.

Nas várias vezes que visitou o presídio encontrou ótimas melhorias, mas com uma



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

capacidade original de 96 (noventa e seis) vagas e atualmente (na data da entrevista) ocupado por 231 (duzentos e trinta e um) presos. Está, pois, a Unidade com cerca de 250% além da capacidade.

Não há nenhum caso de COVID e as aulas estão suspensas por conta da PANDEMIA, observando-se protocolo de limitação de visita por conta da questão sanitária.

Apenas a alimentação é feita por empresa terceirizada, sendo todo o resto prestado pelo Estado, inclusive Defensoria. Embora os presos reclamem da alimentação entende que é sempre existente porque há repetição, especialmente de cardápio. Não existe cantina ou comércio de alimentos, sendo que quanto a entrada de alimentos externos hoje já não acontece é só a fornecida pelo Estado.

Conhece também São Domingos do Norte e, por se tratar de unidade mais recente e somente de presos provisórios a situação lá é bem melhor, mais bem estruturado, organizado, bastante moderno, embora o presídio de Barra de São Francisco também foi bastante modernizado, bem melhor do que era antigamente, inclusive questões administrativas e de segurança. A última reforma foi recente, cerca de 2 (dois) a 3 (três) anos.

As celas foram reformadas e foi retirado todo o sistema de fiação interna, sendo que o único senão é efetivamente a superlotação. Chegou a ter 360 (trezentos e sessenta) presos, estando hoje num número que, embora não ideal, dentro de um nível que permita a administração, sem registro de rebeliões e necessidade de intervenções externas de polícia ou outros órgãos. Dentro da realidade brasileira, pois, entende estar razoável.

Os processos de execução funcionam no SEEU e andam em boa velocidade, não passando de 2 (dois) a 3 (três) dias para manifestação do Ministério Público e Judiciário.

Também relatou que não há conhecimento de facções, nem risco ao bom andamento dos trabalhos, porque se trata de unidade pequena, assim como a cidade e o tratamento dado lá aos presos é bem humanizado. Os únicos problemas que acabam surgindo são de transferências de presos da capital que aprontam para o local a fim de afastá-lo das atividades ilegais.

Em Barra de São Francisco, o trabalho do preso é leve, tipo de lavanderia, organização de uniformes e limpeza em geral, já que o presídio não produz alimentação, ela vem de fora, basicamente são serviços pequenos de faxina e lavanderia. Não tem convênio com nenhuma empresa nem para trabalho externo nem interno. Só ocupado com presos do regime fechado atualmente.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Aproximadamente 100 (cem) apenados recebem remição pelo estudo, com alguns outros poucos que trabalham e recebem também a remição.

Confirmou que não existe nenhuma Central de Penas e Medidas Alternativas, sendo a fiscalização ocorrendo pelo próprio Poder Judiciário, assim como o regime aberto.

Questionados pelo Conselheiro Gustavo, para, enquanto Ministério Público quais seriam os três principais problemas a serem enfrentados: **1º) Reduzir a superlotação; 2º) Proporcionar maiores opções de trabalho para o preso; 3º) Garantir assistência psicossocial e jurídica ao preso.**

Finalizou dizendo que ao tempo que tem que resolver demanda que já existe, tem que haver preparação para demanda crescente, tanto de encarceramento quanto de criminalidade, buscando sempre a melhoria nos eixos apresentados.

Há cerca de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos houve tentativa de instalar outra Unidade Prisional no local e a ideia foi abortada devido a pressão popular, capitaneada por uma ONG. Acha muito difícil acontecer ampliação em outra estrutura, mais para reforma ou troca de estrutura e não de novas vagas.

Conselho da Comunidade de Colatina

O Conselho atua desde 2015, inicialmente de forma informal, depois passaram a instrumentalizar realmente o Conselho, mas são poucos os conselhos que atuam na região.

Atualmente é presidido pelo Pastor Rogério e composto por várias entidades, mas apenas alguns membros participam: 1) Assistente Social da Prefeitura; 2) Vice-Presidente Coordenador do CRAS; 3) Sociedade Civil; 4) Advogado, mas que não representa a OAB; 5) Direitos Humanos. Já CDL, OAB e APAE não participam mais das reuniões.

A visão do Conselho é de que precisam ser parceiros, tanto dos Diretores quanto das autoridades para fazer o trabalho e um ganho de qualidade aos apenados, bem como aos familiares dos presos, levando cestas básicas aos familiares e outros auxílios.

Relatou que tem boa relação com os gestores do sistema prisional, tendo os telefones até mesmo pessoais deles, resolvendo muita situação somente conversando com os administradores.

A superlotação é um problema sério, pois unidades com lotação máxima de 4 (quatro)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

apenados por cela, chegou a suportar 16 (dezesseis) apenados, mas mesmo identificando as situações, não sabem quem pode resolver.

Mensalmente vão as unidades de Colatina visitar, identificam a demanda e enviam relatórios ao Juiz e Promotor de Colatina, inclusive com foto, mas não obtém nenhum retorno. Fatos retratados como mofo, umidade, problemas de atendimento à saúde etc., são relatados e não foram solucionados.

Foram cobrados para organizar o Conselho, o fizeram, mas não tem dinheiro para pagar as despesas básicas de contador, material e até mesmo despesas de deslocamento com carro para cidade vizinha para visitar o estabelecimento de Barra de São Francisco. Essa dificuldade estrutural é muito prejudicial ao trabalho do conselho. Isso fez reduzir o interesse dos conselheiros, desmotivando-os pelas dificuldades encontradas e sem condições até mesmo de CNPJ ser utilizado por dívidas não quitadas do Conselho.

Não visitaram mais as unidades desde o decreto da PANDEMIA, tendo apenas se relacionado com os gestores por telefone.

O vice presidente falou em descaso e falta de atenção pela ausência de respostas as demandas surgidas, parecendo algo como “tanto faz como tanto fez” realizar visitas ou não e foi corroborado pelo outro conselheiro, informando que as situações retratadas em reunião demoravam cerca de 6 (seis) meses para receber algum retorno. Fazem as visitas, encaixam o trabalho voluntário dentro das agendas e não tem nenhum retorno.

Várias entidades que deveriam participar do Conselho também não estão indo, segundo os integrantes, como Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria, OAB, além de algum descaso de alguns agentes prisionais que não conhecem sequer o trabalho feito pelo órgão.

Quando iniciaram os trabalhos do Conselho tiveram muito apoio, citando os ex-integrantes do Judiciário e Ministério Público como grandes parceiros, fato que arrefeceu sobremaneira com a saída de ambos. Fazem contato e mandam ofícios ao juízo e Ministério Público, mas não são atendidos.

“Se o Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais não quiser, o Conselho não funciona, pois enquanto estão apoiando a coisa anda, depois que arrefeceu o trabalho foi minguando e não tem feito praticamente nada”. Faziam seminários com os presos, familiares, sobre o papel da família na ressocialização do apenado, mas já tem dois anos que não fazem nenhum tipo de trabalho nesse



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

nível.

O apoio religioso durante a PANDEMIA tem sido feito pelo Conselho por gravação na igreja e envio para repassar aos presos de vídeos que são transmitidos aos presos pela televisão.

Quando estavam vivenciando a primeira fase com a Segunda Vara, fizeram parcerias com empresas de Colatina e conseguiam levar apenados trabalhar na APAE, Prefeitura, fábricas etc., mas, depois de algum tempo essa parceria deixou de existir.

Acredita que por terem “incomodado” muito no começo com proposições de melhorias não mais são reconhecidos, sendo que não tem nenhum político no Conselho e representa todas as entidades.

OAB – Comissão Criminal do Sistema Prisional

A OAB foi representada pela Dra. Thaiz de Sousa que iniciou a sua fala mencionando fato envolvendo denúncias de maus tratos “e tortura”, na Penitenciária Média de Colatina, e diligências feitas, enquanto representante da OAB – Comissão Criminal do Sistema Prisional, presencialmente, para constatações. Disse que no local encontraram inúmeras dificuldades, desde não acesso a livros oficiais, de armas e de ocorrências, de plantão, assim como perceberam que detentos que seriam ouvidos e que supostamente teriam sido vítimas foram transferidos naquele mesmo dia, por ordem da Secretaria de Justiça do Estado, antes de serem entrevistados. Causou extrema surpresa tais transferências, já que em época de PANDEMIA estavam suspensas as transferências. Ressalta que foi pedido para ser oficiado para obtenção dos dados.

Chegou a ter um princípio de motim na Unidade, galeria E, reconhecida extra oficialmente como galeria de disciplina, e como o Diretor daquela cadeia tinha um histórico de problemas no sistema prisional, foram pessoalmente ao local, já que “ninguém” está indo aos presídios, nem mesmo Defensoria Pública e Ministério Público. Também extra oficialmente, foi dito por presos que o Dr. André esteve no local após os fatos referidos e falou com alguns presos.

Mencionou que TODOS os presos tinham medo de morrer, pois eram muito oprimidos, tanto que tiveram, enquanto OAB, muita dificuldade de ouvi-los na ausência dos agentes prisionais. Ressalta que o relatório encaminhado ao Conselho Nacional é bem completo, dando conta de que as lesões foram visivelmente feitas de forma proposital, e, o mais grave, é que um detento teria sido



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

alvejado com arma letal, porém, por ter sido o ferimento na região da face e encontrado algum osso de resistência, não veio a óbito. Essa arma letal, segundo a representante da OAB só quem a porta no complexo é o Diretor Adjunto.

A referência feita a Colatina durante o relatório é sempre em relação a Penitenciária de Segurança Média de Colatina, que foi a vistoriada.

Os presos relatam muito problema em relação a água, dizendo que ela vem de um córrego externo que apresenta problema de poluição e realmente foi constatado que em todas as celas havia pedaços de roupas dos presos servindo de “filtro” improvisado.

Disse que o Diretor teria acompanhado as inspeções nas galerias e, ao chegar na D, sumiu sem avisar, tendo sido surpreendida a OAB com a informação, ao chegar na galeria E de que a SEJUS teria determinado a imediata transferência. Foi dito que os exames de corpo de delito teriam sido confeccionados, mas ao que tem conhecimento, não foi feito.

Um dos presos transferidos teria sido forçado, antes da ida, a tomar “5 litros de leite” e teria sido estourado seu tímpano.

Todos os presos, segundo a Dra. Thais, teriam afirmado que os gestores sabiam da situação e que os diretores e o chefe de segurança seriam os piores. Na conversa gravada, foi informado que os presos teriam dito que o Dr. André esteve na Unidade após a OAB e teria afirmado que os presos seriam punidos pelos fatos praticados e que ninguém impediria isso de acontecer, mas a advogada referiu que, por ter conversado com o Juiz não acredita que seja isso fala de um juiz da execução, logo, não pode afiançar, apenas relatar.

Em relação a Barra de São Francisco e São Domingos do Norte não chegou até a OAB qualquer denúncia de maus tratos, estando tudo sob controle, com alimentação e qualidade boa.

Feminino estaria com alguns problemas pontuais e o Centro de Detenção Provisória também, especialmente superlotação, mas nada que saia do controle.

Apenas a Unidade de Segurança Média é que está realmente complicada, tanto que será objeto de nova visita.

Voltando a Segurança Média, foi questionado acerca do relatório, especialmente acerca dos alegados problemas de saúde, tendo a advogada confirmado que presenciou vários presos com claros sinais de estarem passando mal e solicitou a retirada para atendimento, pois no setor de saúde estava vazio e era dito que pelos agentes que era falsidade dos presos.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Referiu que os presos têm que improvisar “forros” com resto de marmita para impedir que a umidade que verte da cela molhe os colchões e ainda respondem por PADs quando verificado isso. Ainda, a fiação é toda exposta e sujeita os presos a todo tipo de risco.

Afirmou que a INVISA, que é a empresa contratada para atender a saúde opera o estado interior e tem conhecimento de que é problemática em todas as regiões.

Continuou afirmando que vários presos, de várias galerias, tiveram relatos de torção em partes íntimas como espécie de maus tratos.

Tem conhecimento que ao chegar nas Unidades Prisionais é comum reclamações, e todas são filtradas, especialmente quanto a comida, saúde, pouco tempo de visita com família, mas Colatina isso foi tão visível que havia vários presos “doentes” e sem atendimento.

Consta do relatório laudo de um suicídio que teria ocorrido no interior da Unidade, o qual é questionado pela OAB pelo fato de ter o mesmo preso solicitado atendimento prévio por questão de saúde 2 (dois) dias antes do ocorrido.

Segundo a advogada, a Dra. Giseli do GMF teria oficiado ao Juiz da Execução e determinado a instauração de Procedimento de Desvio de Execução, caso não feito, com base no relatório apresentado.

Conselheiro Diego perguntou sobre a participação da OAB no Conselho da Comunidade e a advogada disse tratar o órgão como problema, pois tem poucas informações já que teria assumido em maio de 2020 e tiveram dificuldade de encontrar todos os Conselhos da Comunidade. Em reunião da OAB recente teria sido encaminhado o fomento do órgão.

Disse que não consegue acompanhar os recursos que são direcionados pelo DEPEN.

Confirmou que o Estado está investindo em criação de vagas no Complexo do Xuri e também em Linhares e São Mateus, o que deverá minorar a superlotação de Colatina.

Reclamou do efetivo da SEJUS, dizendo estar muito aquém do necessário, pois unidades estão trabalhando bem abaixo da capacidade.

Juízo da Execução Penal da Comarca de Barra de São Francisco

A magistrada Dra. Roberta Holanda principiou dizendo que está na execução penal, mesmo sendo juíza substituta e cumulando mais 3 (três) unidades, inclusive em comarca distinta,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

se dedicando o quanto é humanamente possível a execução, estando nestas atribuições deste outubro de 2015. Chega a ficar, por vezes, sozinha em 6 (seis) unidades judiciárias.

Vai religiosamente a Unidade Prisional, exceto durante a PANDEMIA, tendo ido pela última vez no mês de março/2020, mas até mesmo a Corregedoria-Geral esteve presente na comarca e foi ao complexo, já que implementado o sistema SEEU.

Barra de São Francisco é a menor unidade do estado, com menor número de internos, e em todas as inspeções, sempre foi muito tranquila, não tem histórico de fugas, mortes, sendo que na única denúncia de supostos maus tratos, após as diligências, nada foi encontrado nesse sentido (esse fato já dista de 2 (dois) a 3 (três) anos).

De todas as unidades que já frequentou, Barra de São Francisco pode ser definida como “um paraíso”, mesmo tendo dificuldades de oferta de trabalho e outras comuns ao Sistema Prisional. Por se tratar de cidade do interior, mesmo tendo a Unidade buscado junto a empresas parcerias para oferta de trabalho, não encontraram ressonância. Dos cerca de 220 a 230 internos, apenas 10% (dez por cento) trabalham apenas em forma de rodízio muitas vezes.

Durante a PANDEMIA e suspensão das visitas, os próprios internos acalmaram os familiares dizendo estarem bem e impedindo manifestações externas.

Apenas a parte de alimentação é terceirizada, sendo todo o resto prestado pelo Estado ou entregue por familiares, e no local possui televisores que ficam em pilastras, a cada duas celas, no lado externo, na galeria, e se prestam hoje a transmitir palestras aos apenados e até mesmo falas de familiares em estúdio que foi montado para esse fim.

Tem um setor de enfermagem com enfermeiro todo dia, com atendimento médico 3 (três) vezes por semana, sendo que na urgência são levados ao Hospital Regional com acesso muito facilitado, sem qualquer espécie de reclamação, em qualquer tipo de demanda. Também tem um consultório odontológico montado pelo município

A estrutura da Unidade, na visão da magistrada é considerada intermediária, não podendo ser tachada de masmorra, mas também tem grades e “janelinhas” que proporcionam a circulação, sendo apta a cumprir a pena.

Na última inspeção de julho, virtual, o Diretor deu conhecimento de que apenas servidores haviam testado positivo para COVID e já estavam recuperados e absolutamente ninguém da massa carcerária teria sido contaminado ou mesmo indicado sintomas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Dra. Roberta disse sentir uma enorme falta da participação da Defensoria Pública, já que foi retirada a designação do Defensor Público que atuava na comarca, o qual foi objeto de ofício ao CNJ e até mesmo Conselho Penitenciário Nacional, pois coincidiu com a época de rebeliões no Norte. Há recusa da Defensoria de atuar nos processos que inicialmente o preso tenha se apresentado com advogado ou mesmo nas audiências que não tenha advogado.

Núcleo da Defensoria Pública do Espírito Santo

A coordenadora do Núcleo, que assumiu pouco antes da PANDEMIA, e fica situado em Vila Velha(ES) informou inexistir em Colatina Defensor presencial, sendo que o atendimento é remoto apenas, pelo núcleo, e a atuação se restringe aos atos à distância, via videoconferência ou processual com peticionamento, fato que foi prejudicado sobremaneira pelo decréscimo do número de servidores auxiliares, contando com apenas 4 (quatro) defensores para mais de 18.000 (dezoito mil) presos.

Declarada a PANDEMIA os atendimentos ficaram todos suspensos, limitando-se aos pedidos de prisão domiciliar.

Receberam denúncias quanto a torturas e maus tratos aos presos naquela unidade que foi motivo de Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública em Colatina a qual até agora não obteve resultado, cujo número é 0009522-49.2019.8.08.0014¹. A estrutura é péssima dessa unidade. Feminino e as outras unidades não possuem reclamações de torturas e maus tratos.

Barra de São Francisco não foi visitada pelo Núcleo e nada de reclamações ou denúncias foram relatadas em relação àquela Unidade em nenhum canal.

Há excesso de presos na região de Colatina, já ultrapassando os 400% em certo momento, hoje beirando os 300% e com proposta de mudança pela SEJUS com a construção de São Mateus. Disse que a unidade do regime fechado de Colatina é uma das piores do Estado realmente, com os mesmos problemas de sempre, com agravante das reclamações sobre maus tratos físicos e psicológicos. Está superlotada e com estrutura muito ruim.

Uma Defensora relatou atendimento na região de Colatina por videoconferência e

¹ Processo concluso para decisão – análise de tutela de urgência. Prazo conclusão 16.11.2020. Consulta feita em 17.11.2020, no endereço eletrônico: http://aplicativos.tjes.jus.br/sistemaspublicos/consulta_12_instancias/descricao_proces.cfm



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

dificuldade quanto a efetiva inviolabilidade do sigilo profissional.

Na Unidade Feminina o problema envolve a questão da superlotação e falta de suprimentos de higiene, mas nada em relação ao tratamento recebido pelas apenadas das agentes prisionais.

Outro Defensor relatou dificuldade na questão tecnológica em relação às Unidades Prisionais, pois o estado menciona que teria problemas de manter o atendimento remoto como está sendo feito. Reforçou que estão tendo dificuldade realmente na inviolabilidade do sigilo profissional, porque não são fornecidos os meios básicos.

O atendimento médico é feito pela empresa INVISA em todo o Estado, a qual apresentou grande resistência no fornecimento dos laudos médicos quando do início da PANDEMIA para fins de embasamento dos pedidos de prisão domiciliar. Em todas as Unidades do Estado que a INVISA atende há muita reclamação quanto ao atendimento prestado pela empresa, havendo bastante descontentamento.

Não existe nenhum atendimento médico de entrada no sistema prisional, sendo todos feitos de forma provocada e não preventivamente. Tem gerado muitas reclamações à Defensoria quanto a esse aspecto.

Também relataram que existe muito problema na comunicação com os presos e a Unidade, inexistindo recursos humanos do Estado para prestar essa resposta entre os pedidos e as demandas dos presos. Não existem gerências de execuções penais.

A Defensora que iniciará o atendimento em Colatina indica que, após a formação do Núcleo, pretende que os atendimentos sejam prestados de forma semanal e por Unidade Prisional.

Conselho Penitenciário Estadual do Espírito Santo

O Conselho é presidido pelo Dr. Ulisses Reisen de Oliveira, que se mostrou extremamente receptivo e atencioso mostrando total conhecimento do sistema prisional capixaba.

Quanto a ação civil pública movida em 2008, o Procurador da República daquele estado, Dr. Vinícius, com assento no órgão e mais antigo do Conselho, disse que ela reflete a mesma situação do estado em geral, não sendo exclusividade daquela localidade. Na sua visão, inclusive, as piores situações não eram de Colatina, mas o fato de a demanda ter sido movida naquela região e sido acolhida trouxeram essa perspectiva.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Relatou ter visto uma grande evolução do sistema penitenciário do Espírito Santo desde aquela demanda, falando muito bem do contrato firmado entre a INVISA e o estado, entendendo que não há mais reclamações quanto a medicamentos e atendimentos.

Pontuou que o pior ponto hoje seja a superlotação (superior aos 100%) que impede a realização de outras atividades mínimas de ressocialização, mas indicou que possível contato do BID resolveria essa demanda. O quadro de agentes também é uma agravante, prejudicada ainda mais pela PANDEMIA, com redução de arrecadação.

Defensor Público com atuação no Conselho, Dr. Geraldo, informa que provavelmente o objeto da ação civil pública se exauriu antes da inspeção, pois mesmo na PSMECOL, foco das denúncias, a situação já é bem melhor do que aquela época. Defendeu problemas no crescimento da massa carcerária, relatando que apenas 160 defensores atuam no Estado e a conta não fecha proporcionalmente ao número de juízes e promotores que ultrapassam 300 em cada área.

Pontuou os seguintes problemas no Estado: 1) excesso de presos, com 14 (quatorze) presos em celas para 4 (quatro) presos; 2) modelo de construção das unidades, pois são pouco ventiladas, graças a cópia de outros estados; 3) elevado número de presos provisórios, cerca de 34% (trinta e quatro por cento) no estado, com dezenas de presos aguardando júri há 5 (cinco) ou 6 (seis) anos, inclusive réus confessos (impedimento de direitos: trabalho, visita com contato, estudo, entre outros, só assegurados aos condenados); 4) celas com vasos sanitários na parte frontal dela, com visibilidade para todos da cela e sem ventilação.

Afirmou que a alimentação do preso custa ao estado R\$ 14,00 (quatorze reais) dia, incluindo as 5 (cinco) refeições, sendo inviável, pois, entregar o mínimo, embora seja razoável a comida.

Conselheira Manoela, da OAB, com assento no Conselho Penitenciário, explanou que vem recebendo denúncias de uma unidade específica do Xuri há uma semana devido a um Diretor que teria assumido naquele local, dando conta de que um grupo teria ido até a unidade pela madrugada para fazer abordagem que durou das 4h às 10h com presos sendo submetidos a excessivo gás de pimenta e outros maus tratos, como “escudadas”.

Várias celas tiveram reclamações com a nova direção e o excesso de truculência, com frases como “os presos são a bigorna e o Diretor é a marreta”. Presos com alimentação insuficiente em quantidade, substituição de proteína por embutido como salsicha, entre outros.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Por tudo relatado, solicitou a intervenção do Conselho Nacional para fiscalização desses contratos de alimentação e saúde, pois os presos reclamam muito de falta de atendimento e a alimentação não estaria de acordo com o necessário.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ANEXO 2 - RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO

a. Informações comuns a todas as unidades prisionais estaduais do Espírito Santo

1 – Estrutura Organizacional		ANUAL
1.1 Esfera	<input checked="" type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
1.2 Secretaria da pasta	Própria Subsecretaria Diretoria/Departamento Superintendência Instituto / Agência Outro:	
1.3 Unidade do MP / Defensoria:	Promotoria de Justiça / Defensoria Pública do Espírito Santo	
1.4 Tribunal:	Tribunal de Justiça do Espírito Santo	
1.5 Grau de Jurisdição:	1º grau	
1.6 Comarca:		
1.7 Há Escola Penitenciária?	Não <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/>	
1.8 Há Ouvidoria Estadual do Sistema Prisional?	Não <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/>	
1.9 Há Corregedoria Estadual do Sistema Prisional?	Não <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/>	
1.10 Há Plano de Carreira?	Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>	
	Outro:	
1.11 Há Plano Estadual de Educação do Sistema Penitenciário?	Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>	

Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte ES

Data da Inspeção: 07/08/2020

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte	
2.2 Apelido da unidade:	CDPSDN	
2.2.1 Endereço:	Córrego Braço do Sul, km 80, CEP 29745-000	
2.2.2 Cidade/UF:	São Domingos do Norte - ES	
2.3		
Penitenciária	Cadeia Pública / Presídio <input checked="" type="checkbox"/>	
Colônias agrícolas, industriais ou similares	Centro de Observação Criminológica	
Hospital de Custódia	Casa de Albergado	
2.4		
Masculino <input checked="" type="checkbox"/>	Feminino <input type="checkbox"/>	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	Pública <input checked="" type="checkbox"/>	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) X Terceirização da equipe técnica e administrativa X Terceirização da equipe de segurança Método APAC
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Rui Ohnesorge
3.3 Cargo:	Diretor
3.4 Formação Profissional	Direito X Ciências Sociais Psicologia Pedagogia Administração Serviço Social Outra:
3.5 Responsável pela segurança:	Igor Guimarães Marchesi
3.6 Cargo:	Chefe de Segurança
3.7 Formação Profissional:	Direito
3.8 Quantidade de computadores:	1 a 3 4 a 6 7 a 9 10 a 12 13 a 15 > 15 X
3.9 Acesso à Internet	Sim X Não
3.10 Alimenta o INFOPEN	Integralmente X Parcialmente Não alimenta Mensal Trimestral Semestral Anual Outro:
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	Não Sim X
3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	Não Sim X

4 – Características do Estabelecimento		SEMESTRAL					
4.1 Capacidade total:	228						
4.1.2 Lotação total:	322						
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens: 228			4.4 Capacidade GLBTT:			
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens: 322			4.4.1 Lotação GLBTT:			
Condena da	Provisória	Condenado	Provisório X	Condenada/o	Provisória/o		
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?				sim	não X		
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?				sim	não X		
4.7 Há alas separadas para idosos?				sim X	não		
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?				sim	não X		
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?				sim	não x		
4.10 Há alas separadas para GLBTT?				sim	não X		
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?				sim	não X		
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?				sim X	não		
4.13 Há celas metálicas?				sim	não X		
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento	Estabeleciment o penal	Penitenci ária	Colôni a ⁴	Cadei a públic	CO	Casa do Alberga do	HCTP ⁷

⁴ Colônia agrícola, industrial ou similar.

⁷ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

penal ² Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações: Preenchido pela unidade no relatório físico, apresentado à equipe Depen no dia da inspeção. Salienta-se que foi utilizado o campo "Penitenciária".	Módulos³			a ⁵	C ⁶		
	Guarda Externa			C			
	Agente Penitenciário / Monitor			C			
	Administração			C			
	Recepção/Revista			C			
	Centro observação / triagem / Inclusão			C			
	Tratamento Penal			C			
	Vivência coletiva			C			
	Vivência individual			A			
	Serviços			C			
	Saúde			C			
	Tratamento para dependentes químicos			A			
	Oficina de trabalho			C			
	Educativo			C			
	Polivalente			A			
	Creche			A			
	Berçário			A			
	Visita íntima			A			
	Esportes			C			
	4.15 Número de celas individuais	Homens: 8			Mulheres: -		
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens: 8			Mulheres: -			
4.15.2 Dimensão	2,86 m X 5,60 m			_____ m X _____ m			
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 38			Mulheres: -			
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens: 6			Mulheres: -			
4.16.2 Lotação	Homens: 9			Mulheres: -			

² Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

³ Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

⁵ Presídio ou estabelecimento congênere.

⁶ Centro de observação criminológica.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

média das celas coletivas	286 m X 5,60 m	_____ m X _____ m
4.16.3 Dimensão		
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	1 a 3% 3 a 5% 5 a 10% > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	insuficiente suficiente X excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	inexistente existente X insuficiente	
4.21 Incidência de sol nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	inexistente X existente	
4.23 Extintores de incêndio	insuficiente suficiente X sem condições de uso em condições de uso	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	sim Não X	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? sim não X
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	sim Quais: Não X	

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	sim X Quantidade: 2 não	
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	sim X Quantidade: 3 não	
5.3 Há indígenas presos?	sim Quantidade: não X	
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	sim não X	
5.5 Há estrangeiros presos?	sim Quantidade: não X	
5.6 Há adolescentes internados no local?	sim Quantidade: não X	
5.7 Os adolescentes estão separados dos adultos?	sim não X	
5.8 Providências adotadas em relação à separação imediata e retirada do(s) adolescente(s):		
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	sim Quantidade: não X	
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	sim Quantidade: não X	
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	sim X Quantidade: 1 não	
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	sim X Quantidade: 16 não	
5.13 Há pessoas presas com HIV?	sim X Quantidade: 2	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	não
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	sim X Quantidade: 4 não
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	sim Quantidade: não X
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	sim Quantidade: não X
5.17 Há pessoas presas em RDD?	sim Quantidade: não X
5.18 Há presas gestantes?	sim Quantidade: não X
5.19 Há crianças permanecendo com suas mães presas?	sim Quantidade: não X

6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança MENSAL			
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:		6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial:	
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	até 1 ano de 1 a 3 anos de 4 a 6 anos de 7 a 9 anos de 10 a 20 anos de 21 a 30 anos mais que 30 anos	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.4 Há pacientes com alta médica?	sim Quantidade: não		
6.5 Pacientes indultados no último ano:	sim Quantidade: não		
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs Programa de Volta para Casa – PVC Outro:	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.7 Periodicidade do exame de cessação de periculosidade	Trimestral Semestral Anual Quando solicitado Outro:		

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL	
7.1 Total de RH na área de segurança:	-
7.2 Total de RH na área administrativa:	-
7.3 Total de RH na área técnica:	1
7.4 Total Geral:	1
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	não sim X Quantidade: 1 Defensoria Pública Própria Unidade X Outra forma de contratação: Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.6 Auxiliares de Enfermagem	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária X



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

7.7 Assistentes Sociais	não sim X Quantidade: 1 SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.8 Dentistas	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.9 Enfermeiros	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.10 Médicos – Clínico Geral	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal X Diária
7.11 Médicos – Psiquiatras	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.12 Médicos – Ginecologista	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.13 Pedagogos	não sim X Quantidade: 1 Secretaria de Educação X Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.14 Psicólogos	não sim X Quantidade: 1 SUS SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.15 Terapeutas Ocupacionais	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.16 Outros:	Quantidade: Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.17 Agentes Prisionais	sim X Quantidade: mulheres 14 homens 56 não
7.18 Escala de trabalho:	24X72 ou 12X36, administrativo e diarista
7.19 Há utilização de uniforme?	sim X Com identificação pessoal: sim não X não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? Curso de Formação X Cursos Especiais X Entidade Executora: EPEN	Mensal Quinzenal Semanal Diária Outros:

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL	
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	sim x	não	
8.2 Há distribuição de uniformes?	sim X	não	
8.3 Há distribuição de calçados?	sim X	não	
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	sim X	não	
8.5 Há distribuição de toalhas?	sim X	não	
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	Quinzenal		
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	sim X	não	
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	sim X	não	
8.9 Há distribuição de absorventes para as mulheres?	sim	não X	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

8.10 Há distribuição de fraldas, se for o caso?	sim	não X
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	sim	não X
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:		
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	sim X	não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?	-	
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	sim X	não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	1	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	sim X	não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	sim X	não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	1	
8.20 É garantido o banho diário?	sim X	não
8.21 A água é aquecida?	sim	não X
8.22 É fornecida água potável?	sim X	não
8.23 A água é racionada?	sim	não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?	24 horas	
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	Hidráulico X Elétrica X Edificação X outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?		sim X não
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?		sim X não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		
9.5 N.º de refeições diárias: 6	9.6 Horários das refeições: 6h; 11h; 14h; 17h	9.7 Onde as refeições são realizadas? celas x refeitório outro:
9.8 Há controle de qualidade?		sim X Qual:
9.9 Descrever o controle:		NÃO há
9.10 As refeições são		padronizadas X adaptadas por motivos de: saúde X religiosos outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?		sim X não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos? Não		família compra outro: não

10 – Rotina padrão	SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: 22h	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: Frequência:
10.4 Tempo de atividades educacionais: 4h Frequência: diária	10.5 Tempo de atividades laborais: Frequência:
10.6 Tempo de atividades religiosas: 1h Frequência: diária	10.7 Tempo de visita íntima: Frequência:
10.8 Tempo de atividades esportivas: 1h Frequência:	10.8 Tempo das atividades culturais: Frequência:
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	sim X não
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	mensal trimestral semestral X outro:
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:	Social, Psicólogo, Jurídico, Direção e Segurança
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:	Pautas em Reuniões

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	sim	não X
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	sim	não X
11.3 Há distribuição de preservativos?	sim	Frequência: não X
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	sim	X não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	sim	X não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	sim	X não
11.7 Há pré-natal para presas gestantes?	sim	não X
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	sim	X não H1N1 e Tríplice Viral
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	sim	X não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	sim	X não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infectocontagiosas?	Palestras	
11.12 Há ambulância na unidade?	sim	não X
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas têm acesso, quando necessário?	Unidade Básica de Saúde - UBS Unidade de Pronto Atendimento – UPA X Hospital X Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS Outro:	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

12 – Assistência à Saúde		ANUAL					
12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal ⁸ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	PROGRAMA DISCRIMINADO ⁹	Proporção	Estabelecimentos Penais				
			P ¹⁰	CP	COL	COC	HCTP ¹¹
	Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)		I			
	Sala de acolhimento multiprofissional			C			
	Sala de atendimento clínico multiprofissional			C			
	Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ¹²			A			
	Estoque			A			
	Dispensação de medicamentos e estoque			C			
	Cela enfermaria com solário ¹³			A			
	Sanitário para pacientes			A			
	Consultório de atendimento odontológico	De 101 a 300 presos (20h\semana)		C			
	Sala multiuso			C			
	Sala de procedimentos			C			
	Laboratório de diagnóstico ¹⁴	De 301 a 700 presos (30h\semana)		A			
	Sala de coleta de material para laboratório			C			

⁸ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁹ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹⁰ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

¹¹ Conforme nota de rodapé 8.

¹² Em caso de unidades femininas.

¹³ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

¹⁴ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	Sala de Raio X		A			
	Cela de espera	De 701 a 1000 presos (40h\seman a)	A			
	Consultório Médico		C			
	Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem		C			
	Cela de Observação (02 leitos)		A			
	Central de material esterilizado / expurgo		A			
	Rouparia		A			
	Depósito de Material de Limpeza		A			
	Sanitários para equipe de saúde		C			

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL		
13.1 Às pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?		sim	X	não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?		Defensoria Pública		
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?		sim		não X
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?		Parlatório		
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?		sim		não X
		Periodicidade: Trimestral		
13.6 Direitos concedidos				
a. Saídas temporárias		/ mês		
b. Livramento condicional		/ mês		
c. Progressões		/ mês		
d. Indulto		/ ano		

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL					
14.1 Há oficinas de trabalho?		sim	X	Quantidade: 1			
				não			
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?		Total: 1					
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?		Total: 0					
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados		
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
a. Cozinha							
b. Limpeza							18
c. Serviços Administrativos							
d. Oficinas de trabalho							
e. Biblioteca							
f. Fábrica							
g. Agricultura							
h. Artesanato							
i. Pecuária							
j. Outros							
Especificar:							



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

14.4.1 Remuneração	Mulher	Homem
a. Cozinha		
b. Limpeza		
c. Serviços Administrativos		
d. Oficinas de trabalho		
e. Biblioteca		
f. Fábrica		
g. Agricultura		
h. Artesanato		
i. Pecuária		
j. Outros		
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:		
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?	sim X não Através do CTC.	
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.	sim não X	

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer		SEMESTRAL				
15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal ¹⁵ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	PROGRAMA DISCRIMINADO ¹⁶	P ¹⁷	CP	COL	COC	HCTP ¹⁸
	Biblioteca		C			
	Sala de aula ¹⁹		C			
	Instalação sanitária (pessoa presa)		C			
	Sala de professores		C			
	Sala de informática		A			
	Sala de encontros com a sociedade ²⁰		A			
	15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:					
	alfabetização					
	ensino fundamental 60					
ensino médio						
profissionalizante						
outros:						

¹⁵ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

¹⁶ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹⁷ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

¹⁸ Conforme nota de rodapé 8.

¹⁹ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

²⁰ Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Especificar: Obs.: Aulas suspensas em razão da Covid-19	
15.3 Os cursos são ministrados por: Professores do Sistema Penitenciário Estadual Professores da Secretaria Estadual de Educação X Professores da Secretaria Municipal de Educação Presos monitores Voluntários Outros professores: Especificar:	
15.4 Há atividades esportivas?	não sim X Quais: Futebol Onde: banho de sol
15.5 Há atividades culturais/lazer?	não sim X Quais: Leitura de livro Onde: Cela
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL	
16.1 Há visita de religiosos?	sim	X	não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	Espíritas Católicos X Evangélicos X de Matriz Africana Outra:		
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Pátio banho de sol		
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	sim	X	não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	sim	X	não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL	
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	sim	X	não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:			
Contato com familiares	sim	X	não
Documentos	sim	X	não
Benefícios da Previdência Social	sim		não X
Ações com os egressos	sim		não X
Ações com o SUAS	sim		não X
Projetos, se sim, quais	sim		não X

18 – Segurança		SEMESTRAL	
18.1 A segurança interna é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:			
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:			
Arma menos letal (bala de borracha)	sim	X	não
Arma letal	sim	X	não
Taser	sim		não X



19 – Disciplina e ocorrências	MENSAL		
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	sim		não X
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	Livro X	PAD	Procedimento Eletrônico Outro
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	sim	X	não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	sim		não X
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	sim		não X
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	sim	X	não
19.7 São executadas sanções coletivas?	sim		não X
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	sim	X	não
Se sim, em qual fase?	Administrativa e Judicial		
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar	sim	X	não



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

é motivado?	
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	Cela de uso comum
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	10 dias X 20 dias 30 dias outro:
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	3 meses
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	0
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	sim não X
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres Homens
19.16 Fugas (pessoas)	0
19.17 Pessoas evadidas	0
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	0
19.19 Mortes naturais	0
19.20 Mortes por homicídio	0
19.21 Mortes acidentais	0
19.22 Mortes por suicídio	0
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	0

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	sim X Frequência: Quinzenal não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	1 ou 2 3 ou 4 5 ou 6 6 ou 7 8 ou mais X	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	1 ou 2 X 3 ou 4 5 ou 6 7 ou 8 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	pátio de visita pátio do banho de sol X celas outro: Parlatório	
20.5 Há local específico para visita das crianças?	Sim X não	
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	sim Frequência: não X	
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	sim não X	
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima? Não se aplica	módulo de visita íntima pátio do banho de sol celas outro:	
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectrômetro) X manual sem desnudamento com desnudamento outro:	
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	sim X não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	Instalações Assistência Jurídica Assistência Saúde Assistência Educacional Assistência social	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	Atividades Esportivas Lazer Visita Maus tratos ou tortura Outros:	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	Não X Sim <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) Uso de bala clava (capuz) Outros:	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	Exame de corpo de delito X Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:	
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora? Não informado	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público X Inquérito Instauração de procedimento administrativo X Outro:	
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	Ouvidoria X Corregedoria X Disque 100 X Outro:	Conselho de Comunidade Conselho Penitenciário X Comissão de DH da OAB X
21.6 Outras informações:		

22 – Diversos	SEMESTRAL	
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	sim X	não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	sim X	não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	sim	Frequência: não X
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	sim	não X
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Correios ou entrega pessoal	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	sim	não X
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	sim X	não
Motivo:		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	sim X	não
b. TV	sim X	não
c. Vídeo/DVD	sim X	não
d. Geladeira	sim	não X
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	sim	não X
f. Ventilador	sim	não X
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	sim	não X
22.10 Se existe, em quais áreas:	gestão educação saúde assistência social trabalho religiosa comunicação cidadania reciclagem manutenção Outras:	
Qual a frequência:	diária semanal quinzenal mensal esporádico outro:	
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	separado reciclado não é recolhido coleta municipal X outro:	

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	sim	Frequência: não
b. Juiz de Execução	sim X	Frequência: não
c. Ministério Público	sim X	Frequência: trimestral
d. Defensor Público	sim	Frequência: não X
e. Conselho Penitenciário	sim X	Frequência: anual
f. Conselho da Comunidade	sim	Frequência: não X
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	sim	Frequência: não X
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	sim	Frequência: não X
h. Pastoral Carcerária	sim X	Frequência: quinzenal
i. Outros:		não

24 – Valoração sobre os itens inspecionados		SEMESTRAL			
Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial					
24.2 Manutenção					
24.3 Limpeza					



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

24.4 Ventilação das celas					
24.5 Iluminação das celas					
24.6 Insolação das celas					
24.7 Cozinha					
24.8 Refeitório					
24.9 Assistência à saúde					
24.10 Assistência à educação					
24.11 Assistência jurídica					
24.12 Assistência social					
24.13 Atividades laborais					
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					
24.16 Local de visita social					
24.17 Local de visita íntima					
24.18 Pátio de sol					
24.19 Alojamento dos agentes					
24.20 Segurança					
24.21 Procedimentos da unidade					

4.2.1 Observações

A inspeção virtual começou com a verificação da situação administrativa da Unidade, constatando-se que o setor administrativo conta com 7 (sete) agentes, sendo 4 (quatro) administrativos, 1 (um) assistente jurídico, 1 (um) assistente social e 1 (um) psicólogo.

A saúde é prestada também pela empresa INVISA e conta com equipe própria com 6 (seis) servidores contratados pela empresa. Há triagem diária na área da saúde e atendimento expresso.

Formado por presos provisórios, sendo que os fechados são transferidos com a condenação para Barra de São Francisco e os semiabertos são transferidos para a Unidade de Semiaberto de Colatina.

No momento da entrevista, embora a unidade contasse com 228 (duzentos e vinte e oito) dias, 336 (trezentos e trinta e seis) presos estavam abrigados, sendo 2 (dois) com necessidades especiais e 6 (seis) idosos, não tendo presos do grupo LGBTI.

Não tem conhecimento de presos faccionados e necessitam de incremento de cerca de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) agentes prisionais para atender regularmente a Unidade.

Como nas demais unidades do Espírito Santo, as visitas foram suspensas pela PANDEMIA e substituídas por 2 (duas) cartas ao mês e vídeos de até 5 (cinco) minutos com as famílias. O pátio



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

continua coletivo e de 2 (duas) horas.

Quanto a COVID-19 relatam que nenhuma ocorrência foi constatada dentro da Unidade Prisional, nem entre inspetores nem entre apenados.

A comunicação com o Poder Judiciário se faz pelo SEEU e com ofícios.

A alimentação é terceirizada e entrega 6 (seis) refeições diárias, não havendo reclamações quanto a qualidade ou quantidade.

Dos presos do complexo, apenas 20 (vinte) trabalham, sendo 2 (dois) na manutenção do esgoto e 18 na limpeza e manutenção, só pela remição, sem remuneração.

Não possuem Body Scan e outros equipamentos para revista de público em geral.

4.2.2 Fotografias



Alojamento Masculino



Alojamento Masculino



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**



Alojamento Feminino



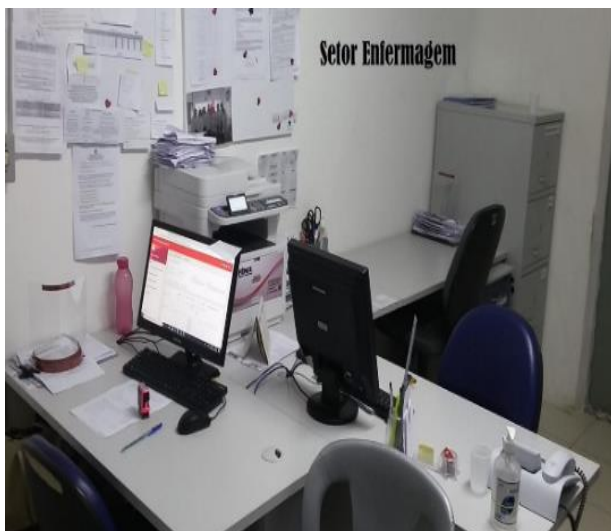
Banho de Sol (Pátio 2-4)



Área Externa - Cozinha



Área Externa - Cozinha



Setor Enfermagem



Sala Audiência por Vídeo Conferência



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



ETE (Tratamento de Esgoto)



ETE (Tratamento de Esgoto)



ETE (Tratamento de Esgoto)



Enternagem (sala espera)



Cozinha (preparo alimentação)



Cozinha (Acondicionamento das Alimentações prontas)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**



Cozinha (Depósito - Armazenamento)



Cozinha (montagem das refeições)



Consultório Médico - Cama



Consultório Médico - Sala



Cozinha (Acondicionamento das Alimentações para uso)



Consultório Dentista - Higienização



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Centro de Detenção Provisória de Colatina

Data da Inspeção: 10/08/2020

1 – Estrutura Organizacional		ANUAL
1.1 Esfera	Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Federal	
1.2 Secretaria da pasta	Própria <input checked="" type="checkbox"/> Subsecretaria Diretoria/Departamento Superintendência Instituto / Agência Outro:	
1.3 Unidade do MP / Defensoria:		
1.4 Tribunal:		
1.5 Grau de Jurisdição:		
1.6 Comarca:	Colatina	
1.7 Há Escola Penitenciária?	Não	Sim <input checked="" type="checkbox"/>
1.8 Há Ouvidoria Estadual do Sistema Prisional?	Não	Sim <input checked="" type="checkbox"/>
1.9 Há Corregedoria Estadual do Sistema Prisional?	Não	Sim <input checked="" type="checkbox"/>
1.10 Há Plano de Carreira?	Não	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Todos servidores penitenciários Agentes Penitenciários <input checked="" type="checkbox"/> Outro:
1.11 Há Plano Estadual de Educação do Sistema Penitenciário?	Não	Sim <input checked="" type="checkbox"/>

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Centro de Detenção Provisória de Colatina	
2.2 Apelido da unidade:	CDPCOL	
2.2.1 Endereço:	Córrego Santa Fé - S/N - Zona Rural	
2.2.2 Cidade/UF:	Colatina ES - CEP: 29705-718	
2.3		
Penitenciária	Cadeia Pública / Presídio <input checked="" type="checkbox"/>	
Colônias agrícolas, industriais ou similares	Centro de Observação Criminológica	
Hospital de Custódia	Casa de Albergado	
2.4		
Masculino <input checked="" type="checkbox"/>	Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	Pública <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa Terceirização da equipe de segurança Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Alexandre Magno Amaral Ferreira	
3.3 Cargo:	Diretor	
3.4 Formação Profissional	Direito <input checked="" type="checkbox"/> Ciências Sociais Psicologia Pedagogia	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

	Administração	Serviço Social	Outra:
3.5 Responsável pela segurança:	Rubens dos Santos		
3.6 Cargo:	Chefe de Segurança		
3.7 Formação Profissional:	Pós-Graduado em Segurança Pública		
3.8 Quantidade de computadores:	1 a 3 4 a 6 7 a 9 10 a 12 13 a 15 > 15 X		
3.9 Acesso à Internet	Sim X Não		
3.10 Alimenta o INFOPEN	Integralmente X Parcialmente Não alimenta		
	Mensal Trimestral Semestral Anual		
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	Não X Sim		3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado
			Não Sim X

4 – Características do Estabelecimento			SEMESTRAL					
4.1 Capacidade total:			535					
4.1.2 Lotação total:			770					
4.2 Capacidade Mulheres:0			4.3 Capacidade homens: 535		4.4 Capacidade GLBTT:0			
4.2.1 Lotação Mulheres:0			4.3.1 Lotação homens: 770		4.4.1 Lotação GLBTT: 0			
Condenada	Provisória		Co	Provisório	X	Condenada/o	Provisória/o	X
			nd					
			en					
			ad					
			o					
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?					sim	não	X	
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?					sim	não	X	
4.7 Há alas separadas para idosos?					sim	X	não	
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?					sim	não	X	
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?					sim	não	X	
4.10 Há alas separadas para GLBTT?					sim	não	X	
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?					sim	não	X	
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?					sim	não	X	
4.13 Há celas metálicas?					sim	não	X	
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal ²¹	Estabelecimen to penal		Penitenci ária	Colôni a ²³	Cadei a públic a ²⁴	CO C ²⁵	Casa do Alberg ado	HCTP ²⁶
	Módulos ²²							
Assinale na tabela:			Guarda		C			

²¹ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

²² Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

²³ Colônia agrícola, industrial ou similar.

²⁴ Presídio ou estabelecimento congênere.

²⁵ Centro de observação criminológica.

²⁶ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	Externa							
	Agente Penitenciário / Monitor			C				
	Administração			C				
	Recepção/Revisita			C				
	Centro observação / triagem / Inclusão			C				
	Tratamento Penal			C				
	Vivência coletiva			C				
	Vivência individual			C				
	Serviços			C				
	Saúde			C				
	Tratamento para dependentes químicos			C				
	Oficina de trabalho			C				
	Educativo			C				
	Polivalente							
	Creche							
	Berçário							
	Visita íntima							
	Esportes			C				
	4.15 Número de celas individuais	Homens: 10			Mulheres: 0			
	4.15.1 Lotação celas individuais	Homens: 3			Mulheres: 0			
4.15.2 Dimensão	3,84 m X 3,57 m			_____ m X _____ m				
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 134			Mulheres: 0				
4.16.1Capacidade média das celas coletivas	Homens: 4			Mulheres: 0				
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: 6			Mulheres: 0				
4.16.3 Dimensão	3,84 m X 3,57 m			_____ m X _____ m				
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	1 a 3% 3 a 5% 5 a 10% > 10%							
4.18 Ventilação cruzada geral	insuficiente suficiente X excessiva							
4.19 Ventilação cruzada nas celas	insuficiente suficiente X excessiva							



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

4.20 Iluminação natural nas celas	inexistente existente X insuficiente		
4.21 Incidência de sol nas celas	insuficiente X suficiente excessiva		
4.22 Programa de combate a incêndio	Inexistente X existente		
4.23 Extintores de incêndio	insuficiente suficiente sem condições de uso em condições de uso X		
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	sim Não X	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais?	sim Não X
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	sim Quais: não X		

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL	
5.1 Há pessoas com deficiência?	sim X	Quantidade: 1	não
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	sim X	Quantidade: 5	não
5.3 Há indígenas presos?	sim	Quantidade:	não X
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	sim		não X
5.5 Há estrangeiros presos?	sim	Quantidade:	não X
5.6 Há adolescentes internados no local?	sim	Quantidade:	não X
5.7 Os adolescentes estão separados dos adultos?	sim		não X
5.8 Providências adotadas em relação à separação imediata e retirada do(s) adolescente(s):			
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	sim X	Quantidade: 20	não
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	sim X	Quantidade: 100	não
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	sim X	Quantidade: 2	não
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	sim X	Quantidade: 25	não
5.13 Há pessoas presas com HIV?	sim X	Quantidade: 2	não
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	sim X	Quantidade: 3	não
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	sim X	Quantidade: 1	não
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	sim	Quantidade:	não X
5.17 Há pessoas presas em RDD?	sim	Quantidade:	não X
5.18 Há presas gestantes?	sim	Quantidade:	não X



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

5.19 Há crianças permanecendo com suas mães presas?	sim Quantidade: não X
---	---------------------------------

6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança		MENSAL	
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:	0	6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial:	0
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	até 1 ano de 1 a 3 anos de 4 a 6 anos de 7 a 9 anos de 10 a 20 anos de 21 a 30 anos mais que 30 anos	Quantidade: 0 Quantidade: 0 Quantidade: 0 Quantidade: 0 Quantidade: 0 Quantidade: 0 Quantidade: 0	
6.4 Há pacientes com alta médica?	sim Quantidade: Não X		
6.5 Pacientes indultados no último ano:	sim Quantidade: Não X		
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs Programa de Volta para Casa – PVC Outro:	Quantidade: 0 Quantidade: 0 Quantidade: 0 Quantidade: 0	
6.7 Periodicidade do exame de cessação de periculosidade	Trimestral Semestral Anual Quando solicitado X Outro:		

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento	
SEMESTRAL	
7.1 Total de RH na área de segurança:	93
7.2 Total de RH na área administrativa:	10
7.3 Total de RH na área técnica:	4
7.4 Total Geral:	107
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	não sim X Quantidade: 1 Defensoria Pública Própria Unidade X Outra forma de contratação: Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.6 Auxiliares de Enfermagem	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.7 Assistentes Sociais	não sim X Quantidade: 2 SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.8 Dentistas	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.9 Enfermeiros	não sim X Quantidade: 2 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.10 Médicos – Clínico Geral	não sim X Quantidade: 1



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

	SUS	Própria Unidade X
	Mensal	Quinzenal Semanal Diária X
7.11 Médicos – Psiquiatras	não	sim X Quantidade: 1
	SUS	Própria Unidade X
	Mensal	Quinzenal Semanal Diária X
7.12 Médicos – Ginecologista	não X	sim Quantidade:
	SUS	Própria Unidade
	Mensal	Quinzenal Semanal Diária
7.13 Pedagogos	não	sim X Quantidade: 2
	Secretaria de Educação X	Própria Unidade
	Mensal	Quinzenal Semanal X Diária
7.14 Psicólogos	não	sim X Quantidade: 3
	SUS	SUAS Própria Unidade X
	Mensal	Quinzenal Semanal Diária X
7.15 Terapeutas Ocupacionais	não X	sim Quantidade:
	SUS	Própria Unidade
	Mensal	Quinzenal Semanal Diária
7.16 Outros:	Quantidade:	Própria Unidade
	Mensal	Quinzenal Semanal Diária
7.17 Agentes Prisionais	sim X	Quantidade: 3 mulheres 100 homens
	não	
7.18 Escala de trabalho:	24x72 e 12x36	
7.19 Há utilização de uniforme?	sim X	Com identificação pessoal: sim não
	não	
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes?		
Curso de Formação X	Mensal	Quinzenal Semanal Diária
Cursos Especiais X		
Entidade Executora: EPEN	Outros	

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	sim X	não
8.2 Há distribuição de uniformes?	sim X	não
8.3 Há distribuição de calçados?	sim X	não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	sim X	não
8.5 Há distribuição de toalhas?	sim X	não
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	Semanalmente	
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	sim X	não
	Quais: Sabonete, Creme dental, escova de dente, papel higiênico	
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	sim X	não
	Quais: sabonete, Cloro	
8.9 Há distribuição de absorventes para as mulheres?	sim	não
8.10 Há distribuição de fraldas, se for o caso?	sim X	não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração?	sim	não X
Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:		
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	Bloco de cimento com 4 prateleiras	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	sim X	não



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?	
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	sim X não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	6
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	sim X não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	sim X não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	50
8.20 É garantido o banho diário?	sim X não
8.21 A água é aquecida?	sim não X
8.22 É fornecida água potável?	sim X não
8.23 A água é racionada?	sim não X
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?	diária
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	hidráulico elétrica edificação outros:

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?		sim não X
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		Empresa terceirizada
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?		sim X não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		700 g
9.5 N.º de refeições diárias: 4	9.6 Horários das refeições: 7h; 11h; 15h e 18h	9.7 Onde as refeições são realizadas? celas X refeitório outro:
9.8 Há controle de qualidade?		sim X Qual: Sabor, odor e temperatura não
9.9 Descrever o controle:		Há servidores responsáveis pelo controle diariamente
9.10 As refeições são		padronizadas adaptadas por motivos de: saúde X religiosos outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?		sim X não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?		família compra outro: não Há

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: 22h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência:	10.3 Tempo de visita: Frequência: 25 min - semanalmente	
10.4 Tempo de atividades educacionais: Frequência:	10.5 Tempo de atividades laborais: Frequência:	
10.6 Tempo de atividades religiosas: Frequência: 1h semanalmente	10.7 Tempo de visita íntima: Frequência:	
10.8 Tempo de atividades esportivas: Frequência:	10.8 Tempo de atividades culturais: Frequência:	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	sim não X
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	mensal trimestral semestral outro:
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:	
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:	

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	sim X	não
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	sim X	não
11.3 Há distribuição de preservativos?	sim Frequência: Não X	
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	sim X	não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	sim X	não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	sim X	não
11.7 Há pré-natal para presas gestantes?	sim	não
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	sim X	não
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	sim	não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	sim X	não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infectocontagiosas?		
11.12 Há ambulância na unidade?	sim	não X
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas têm acesso, quando necessário?	Unidade Básica de Saúde - UBS Unidade de Pronto Atendimento - UPA Hospital X Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS X Outro:	

12 – Assistência à Saúde		ANUAL
12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento	PROGRAMA	Estabelecimentos Penais



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

penal ²⁷	DISCRIMINADO ²⁸	Pro por ção	p ²⁹	CP	COL	COC	HCTP ³⁰
Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	Sala de recepção e espera	A t é 1 0 0 p r e s o s (1 0 h / s e m)		C			
	Sala de acolhimento multiprofissional						
	Sala de atendimento clínico multiprofissional			C			
	Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ³¹						
	Estoque			C			
	Dispensação de medicamentos e estoque			C			
	Cela enfermaria com solário ³²			C			
	Sanitário para pacientes			C			
	Consultório de atendimento odontológico	D e 1 0 1 a 3 0 0 p r e s o s (2 0 h / s e		C			
	Sala multiuso			A			
	Sala de procedimentos			C			

²⁷ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

²⁸ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

²⁹ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

³⁰ Conforme nota de rodapé 8.

³¹ Em caso de unidades femininas.

³² Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

		m a n a)					
Laboratório de diagnóstico ³³	D		A				
Sala de coleta de material para laboratório	3		C				
Sala de Raio X	0						
	1						
	a						
	7						
	0						
	0						
	p						
	r						
	e						
	s						
	o						
	s						
	(A				
	3						
	0						
	h						
	\						
	s						
	e						
	m						
	a						
	n						
	a						
)						
Cela de espera	D		C				
Consultório Médico	e		C				
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem	7						
Cela de Observação (02 leitos)	0		C				
Central de material esterilizado / expurgo	1						
Rouparia	a		C				
Depósito de Material de Limpeza	1						
Sanitários para equipe de saúde	0						
	0		C				
	0						
	p		C				
	r						
	e		C				
	s						
	o						
	s		C				
	(

³³ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

		4 o h s e m a n a)					
--	--	--	--	--	--	--	--

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 Às pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Assessora Jurídica	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	sim não	
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	sim não x	Periodicidade:
13.6 Direitos concedidos		
a. Saídas temporárias	0 / mês	
b. Livramento condicional	0 / mês	
c. Progressões	0/ mês	
d. Indulto	0/ ano	

14 – Assistência Laboral			SEMESTRAL			
14.1 Há oficinas de trabalho?			sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade:1 não			
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?			Total:1			
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?			Total: 0			
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
a. Cozinha	-	-	-	-	-	-
b. Limpeza	-	23	-	-	-	23
c. Serviços Administrativos	-	-	-	-	-	-
d. Oficinas de trabalho	-	2	-	-	-	2
e. Biblioteca	-	1	-	-	-	1
f. Fábrica	-	-	-	-	-	-
g. Agricultura	-	-	-	-	-	-
h. Artesanato	-	-	-	-	-	-
i. Pecuária	-	-	-	-	-	-
j. Outros						
Especificar:						
14.4.1 Remuneração	Mulher			Homem		
a. Cozinha	0			0		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

b. Limpeza	0	0
c. Serviços Administrativos	0	0
d. Oficinas de trabalho	0	0
e. Biblioteca	0	0
f. Fábrica	0	0
g. Agricultura	0	0
h. Artesanato	0	0
i. Pecuária	0	0
j. Outros	0	0
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:	0	
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?	sim X não Através do Setor de saúde – Psicossocial e Segurança	
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.	sim não X	

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer		SEMESTRAL				
15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal ³⁴						
Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C)						
Observações:						

³⁴ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

³⁵ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

³⁶ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

³⁷ Conforme nota de rodapé 8.

³⁸ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

³⁹ Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

15.3 Os cursos são ministrados por: Professores do Sistema Penitenciário Estadual Professores da Secretaria Estadual de Educação X Professores da Secretaria Municipal de Educação Presos monitores Voluntários Outros professores: Especificar:	
15.4 Há atividades esportivas?	não sim X Quais: Futebol Onde: Banho de Sol
15.5 Há atividades culturais/lazer?	não sim X Quais: Xadrez/Dominó Onde: Interior das celas
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	1 livro por preso a cada 15 dias

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	sim X	não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	Espíritas X Católicos X Evangélicos X de Matriz Africana Outra:	
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Galeria	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	sim	não X
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	sim X	não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	sim X	não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	sim X	não
Documentos	sim X	não
Benefícios da Previdência Social	sim X	não
Ações com os egressos	sim X	não
Ações com o SUAS	sim X	não
Projetos, se sim, quais: Visita especial (com contato).	sim X	não
Normalmente, o preso realiza suas visitas em parlatório, por ser uma Unidade destinada a presos provisórios.		

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por:	policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:	
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	sim X	não
Arma letal	sim X	não
Taser	sim	não X
Gás de pimenta / lacrimogênio	sim X	não



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Cacetete / Tonfa	sim	X	não
Algemas	sim	X	não
Rádio	sim	X	não
Alarme	sim	X	não
Circuito de vigilância interna	sim	X	não
Outro:	sim		não
18.3 No caso de uso de arma de fogo: Os usuários têm porte de armas?	sim	X	não
É garantido treinamento periódico?	sim	X	não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	sim		não
18.5 No caso de emprego de arma de fogo ou taser é feito registro?	sim		não
	Não possuímos.		
18.6 A segurança externa é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:			
18.7 A escolta externa é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:			
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde: sim não			
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	sim	X	não
18.10 Caso exista, quem são os envolvidos: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:			
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:			
Portal detector de metal			
Raquete detectora de metal	sim	X	não
Banco detector de metal	sim	X	não
Raio X	sim	X	não
espectrômetro	sim	X	não
Body Scanner	sim		não X
Outro:	sim		não X

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL	
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	sim	X	não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	Livro	X	PAD Procedimento Eletrônico Outro
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	sim	X	não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	sim		não X
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	sim		não X
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	sim	X	não
19.7 São executadas sanções coletivas?	sim		não X
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	sim	X	não
Se sim, em qual fase?	Administrativa e judicial		
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar	sim	X	não



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

é motivado?	
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	Boa
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	10 dias 20 dias 30 dias outro: Não possuímos celas de isolamento
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	10 dias
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	sim não X
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres Homens
19.16 Fugas (pessoas)	- 0
19.17 Pessoas evadidas	- 0
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	- 0
19.19 Mortes naturais	- 0
19.20 Mortes por homicídio	- 0
19.21 Mortes acidentais	- 0
19.22 Mortes por suicídio	- 0
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	- 0

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	sim X Frequência: Semanalmente não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	1 ou 2 3 ou 4 5 ou 6 6 ou 7 8 ou mais X	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	1 ou 2 X 3 ou 4 5 ou 6 7 ou 8 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	pátio de visita pátio do banho de sol celas outro: Parlatório	
20.5 Há local específico para visita de crianças	sim não X	
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	sim Frequência: não X	
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	sim não X	
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	módulo de visita íntima pátio do banho de sol celas outro:	
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectrômetro) X manual sem desnudamento com desnudamento outro: agachamento	
20.9 É permitida a visita de menores de 18 anos?	sim X não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	Instalações Assistência Jurídica Assistência Saúde Assistência Educacional	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

	Assistência social Atividades Esportivas Lazer Visita Maus tratos ou tortura Outros:
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<p>Não</p> <p>Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo</p> <p><input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes</p> <p><input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas</p> <p><input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica</p> <p><input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos)</p> <p>Uso de bala clava (capuz)</p> <p>Outros:</p>
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<p>Exame de corpo de delito</p> <p>Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público</p> <p>Inquérito</p> <p>Instauração de procedimento administrativo</p> <p>Outro:</p>
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<p>Exame de corpo de delito</p> <p>Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público</p> <p>Inquérito</p> <p>Instauração de procedimento administrativo</p> <p>Outro:</p>
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	<p>Ouvi</p> <p>Corregedoria</p> <p>Disque 100</p> <p>Outro:</p> <p>Conselho da Comunidade</p> <p>Conselho Penitenciário</p> <p>Comissão de DH da OAB</p>
21.6 Outras informações:	

22 – Diversos	SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	sim X não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	sim X não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	sim Frequência: não X
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	sim X não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Escreve e recebe uma vez por mês
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	sim não X
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	sim X não



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Motivo:	
22.8 É permitido o uso de:	
a. Rádio/Aparelho de Som	sim X não
b. TV	sim X não
c. Vídeo/DVD	sim X não
d. Geladeira	sim não X
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	sim não X
f. Ventilador	sim não X
g. Outros:	
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	sim X não
22.10 Se existe, em quais áreas:	gestão educação saúde X assistência social trabalho religiosa comunicação cidadania reciclagem manutenção Outras:
Qual a frequência:	diária X semanal quinzenal mensal esporádico outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	separado reciclado não é recolhido coleta municipal X outro:

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	sim Frequência: não	
b. Juiz de Execução	sim X Frequência: mensal não	
c. Ministério Público	sim X Frequência: mensal	
d. Defensor Público	sim Frequência: anual não	
e. Conselho Penitenciário	sim X Frequência: anual não	
f. Conselho da Comunidade	sim X Frequência: semestral não	
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	sim Frequência: não	
h. Comissão de Direitos Humanos da OAB	sim Frequência: não	
i. Pastoral Carcerária	sim Frequência: mensal não	
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados	SEMESTRAL
--	------------------

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
---------------	---------------	------------	----------------	-------------	-----------------



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

24.1. Estrutura predial		X			
24.2 Manutenção		X			
24.3 Limpeza	x				
24.4 Ventilação das celas		X			
24.5 Iluminação das celas		X			
24.6 Insolação das celas		X			
24.7 Cozinha		X			
24.8 Refeitório		X			
24.9 Assistência à saúde	X				
24.10 Assistência à educação	X				
24.11 Assistência jurídica	X				
24.12 Assistência social	x				
24.13 Atividades laborais		X			
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					
24.16 Local de visita social	x				
24.17 Local de visita íntima					
24.18 Pátio de sol			x		
24.19 Alojamento dos agentes		X			
24.20 Segurança		X			
24.21 Procedimentos da unidade		X			

4.3.1 Observações

A unidade é do ano de 2010, com capacidade para 535 presos, estando na data da realização da inspeção virtual com 770 pessoas.

Os gestores atrasaram o horário de início da conversa em cerca de 1 (uma) hora, indicando “falha de comunicação” quanto ao previsto, mesmo tendo recebido e-mail indicativo do dia e hora com brevidade.

A conversa foi realizada tanto com o Diretor quanto com o adjunto e Chefe de Segurança e iniciou com questionamentos sobre questões administrativas, tendo sido repassado que a estrutura de servidores encontra-se defasada, faltando cerca de 25 (vinte e cinco) servidores no total para o quadro ficar dentro dos padrões de bom atendimento da demanda.

Embora trate-se de Centro de Detenção Provisória, no momento da conversa estavam aguardando transferência cerca de 80 (oitenta) presos já condenados, fato justificado pela PANDEMIA. Em regra, segundo os gestores, ficam não mais de 30 (trinta) presos nessa situação.

Do total de presos, somente 23 (vinte e três) trabalham e apenas pela remição, não recebendo qualquer espécie de remuneração, executando trabalhos de limpeza, alimentação e



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

pequenas outras atividades de manutenção.

A alimentação é terceirizada e entregue por empresa de fora do complexo, não havendo conhecimento dos gestores de reclamações quanto à qualidade.

São realizadas as Comissões Técnicas de Classificação apenas para verificação do estudo e trabalho, não se abrindo PADs, apenas contato com o apenado e eventual isolamento.

Gestores informaram que Ministério Público e Judiciário visitam a Unidade com a frequência exigida, ou seja, mensalmente, mas a Defensoria Pública não tem comparecido.

Segundo eles a SEJUS entregou para servidores máscaras de proteção, sendo que todos os apenados que trabalham também usam máscara, inclusive os demais para transitar entre as áreas comuns. Apenas 15 (quinze) servidores contraíram COVID-19, estando a maioria deles já recuperados, sendo que cerca de 30 (trinta) apenados apresentaram sintomas leves.

Não possuem conhecimento de faccionados dentro do sistema, pelo menos assim não se identificam os apenados.

Questionados sobre a situação atual, devido a PANDEMIA, especialmente em relação às restrições, foi dito que o pátio segue sendo feito de 2 (duas) horas, usando os apenados cerca de 1h20min para o banho de sol e cerca de 40min para outras atividades como assistir televisão e jogar alguns jogos de mesa. As visitas que ficaram suspensas e estariam voltando naquela mesma data foram substituídas, no período, por troca de cartas 2 (duas) vezes ao mês e ligações por vídeo ou áudio de 3 (três) minutos por mês.

O contato das Unidades Prisionais com o Poder Judiciário é feito pelo sistema SEEU e através de ofícios, sendo que 1 (uma) assessora jurídica atende os internos e faz as comunicações necessárias.

Para tratamento de saúde, ainda é precária a forma de chamamento, tendo os presos que colocar uma toalha embaixo da porta para solicitar atendimento, sendo este o recado. Nas primeiras quintas-feiras do mês existe atendimento de psicólogo e área social, existindo triagem inicial no ingresso.

No momento da conversa, cerca de 15 (quinze) detentos mais ou menos da unidade contavam com mais de 60 (sessenta) anos de idade, havendo 1 (um) portador de necessidades especiais detido, não contando a unidade prisional com cela adaptada e nem indígenas ou público LGBTI, respeitando-se, segundo a Direção, a separação entre os tipos de presos.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

A unidade possui portal e aparelho de raio-X, assim como cadeiras e bastão, estando toda equipada com câmeras de vigilância.

A gestão é totalmente pública, tendo recebido cerca de 30 (trinta) dias antes da entrevista, o alvará de funcionamento, contando com 37 (trinta e sete) pessoas por turno (plantão), rendidos as 7h e 19h. Como já dito no início precisaria pelo menos mais 3 (três) servidores por turno. A última fuga ocorreu há cerca de 3 (três) anos, e, segundo constatado em processo com servidor já condenado, fora facilitada. Nesse período de 3 (três) anos e meio que estaria à frente da unidade houve um único homicídio no complexo.

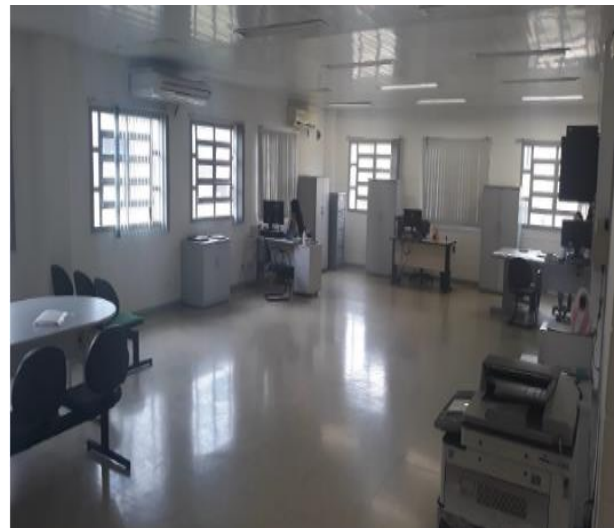
Pelo Chefe de Segurança foi acrescentado que não há indisciplina na cadeia, sendo bem privilegiada nesse aspecto, embora tenha aumentado um pouco as brigas no período da PANDEMIA. O armamento é um pouco ultrapassado, mas possuem quantidade suficiente de munição e reforça a necessidade de aumento de 5 (cinco) servidores por plantão.

Finalmente, o adjunto reforçou que se trata da Unidade mais segura de Colatina e sem maiores problemas.

4.3.2 Fotografias



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



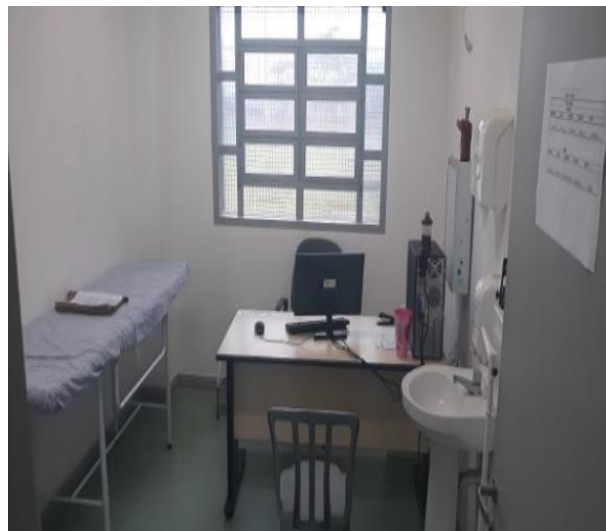


**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**



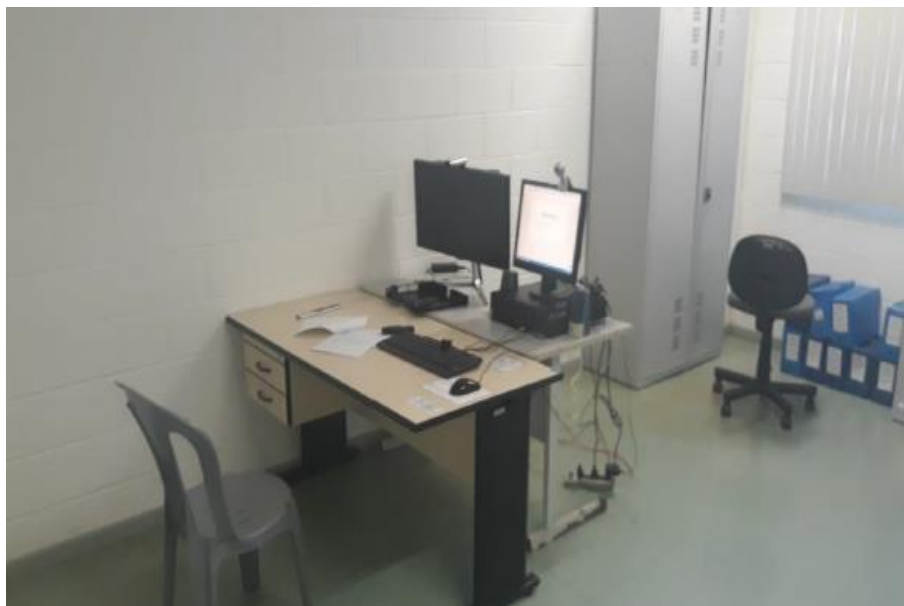


**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Centro Prisional Feminino de Colatina

Data da Inspeção: 11/08/2020

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Centro Prisional Feminino de Colatina	
2.2 Apelido da unidade:	CPFCOL	
2.2.1 Endereço:	Córrego Santa Fé, s/nº, Zona Rural	
2.2.2 Cidade/UF:	Colatina ES	
2.3		
Penitenciária	Cadeia Pública / Presídio X	
Colônias agrícolas, industriais ou similares	Centro de Observação Criminológica	
Hospital de Custódia	Casa de Albergado	
2.4		
Masculino	Feminino X	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

3 – Administração		SEMESTRAL	
3.1 Gestão	Pública X Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) X Terceirização da equipe técnica e administrativa Terceirização da equipe de segurança Método APAC		
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Maria Aparecida de Freitas de Albuquerque		
3.3 Cargo:	Diretora da unidade		
3.4 Formação Profissional	Direito X Ciências Sociais Psicologia Pedagogia Administração Serviço Social Outra: História		
3.5 Responsável pela segurança:	Fernanda Aguida Lievore		
3.6 Cargo:	Chefe de Segurança		
3.7 Formação Profissional:	Enfermagem		
3.8 Quantidade de computadores:	1 a 3 4 a 6 7 a 9 10 a 12 13 a 15 > 15 X		
3.9 Acesso à Internet	Sim X Não		
3.10 Alimenta o INFOPEN	Integralmente X Parcialmente Não alimenta		
	Mensal Trimestral Semestral Anual Outro: Diariamente		
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	Não Sim X	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	Não Sim X

4 – Características do Estabelecimento			SEMESTRAL		
4.1 Capacidade total:		366			
4.1.2 Lotação total:		325			
4.2 Capacidade Mulheres:		4.3 Capacidade homens:		4.4 Capacidade GLBTT:	
4.2.1 Lotação Mulheres:		4.3.1 Lotação homens:		4.4.1 Lotação GLBTT:	
Condenada	Provisória	Condenado	Provisório	Condenada/o	Provisória/o
137					
188					
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?			sim	X	não
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?			sim	X	não
4.7 Há alas separadas para idosos?			sim	X	não
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?			sim	X	não
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?			sim		não X
4.10 Há alas separadas para GLBTT?			sim		não X
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?			sim	X	não
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?			sim		não X
4.13 Há celas metálicas?			sim		não X
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento					



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

penal ⁴⁰ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	Estabelecimento penal	Penitenciária	Colônia ⁴²	Cadeia pública ⁴³	COC ⁴⁴	Casa do Albergado	HCTP ⁴⁵
	Módulos⁴¹						
	Guarda Externa	C					
	Agente Penitenciário / Monitor	C					
	Administração	C					
	Recepção/Revista	C					
	Centro observação / triagem / Inclusão	C					
	Tratamento Penal	C					
	Vivência coletiva	C					
	Vivência individual	C					
	Serviços	C					
	Saúde	C					
	Tratamento para dependentes químicos	C					
	Oficina de trabalho	C					
	Educativo	C					
	Polivalente	A					
	Creche	A					
	Berçário	C					
	Visita íntima	C					
	Esportes	C					
4.15 Número de celas individuais	Homens: 0			Mulheres: 0			
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens: 0			Mulheres: 0			
4.15.2 Dimensão	m X m			_____ m X _____ m			
4.16 Número de celas coletivas	Homens:			Mulheres: 76			

⁴⁰ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁴¹ Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

⁴² Colônia agrícola, industrial ou similar.

⁴³ Presídio ou estabelecimento congênere.

⁴⁴ Centro de observação criminológica.

⁴⁵ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens:	Mulheres: 4
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens:	Mulheres: 4
4.16.3 Dimensão	m X m	__ 2 __ m X __ 3 __ m
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	1 a 3% 3 a 5% 5 a 10% > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	insuficiente suficiente X excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	inexistente existente X insuficiente	
4.21 Incidência de sol nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	inexistente existente X	
4.23 Extintores de incêndio	insuficiente suficiente X sem condições de uso em condições de uso	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	sim não X	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? sim não X
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	sim Quais: não X	

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
10 5.1 Há pessoas com deficiência?	sim X Quantidade: 01 não	
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	sim X Quantidade: 02 não	
5.3 Há indígenas presos?	sim X Quantidade: 01 não	
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	sim X não	
5.5 Há estrangeiros presos?	sim Quantidade: não	
5.6 Há adolescentes internados no local?	sim Quantidade: não X	
5.7 Os adolescentes estão separados dos adultos?	sim não X	
5.8 Providências adotadas em relação à separação imediata e retirada do(s) adolescente(s):		
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	sim X Quantidade: 01 não	
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	sim Quantidade: não X	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	sim X Quantidade: 05 não
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	sim X Quantidade: 41 não
5.13 Há pessoas presas com HIV?	Sim X Quantidade: 05 não
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	sim Quantidade: não X
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	sim X Quantidade: 01 não
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	sim Quantidade: Não X
5.17 Há pessoas presas em RDD?	sim Quantidade: Não X
5.18 Há presas gestantes?	sim X Quantidade: 02 não
5.19 Há crianças permanecendo com suas mães presas?	sim X Quantidade: 01 não

6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança			MENSAL
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:	0	6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial:	0
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	até 1 ano de 1 a 3 anos de 4 a 6 anos de 7 a 9 anos de 10 a 20 anos de 21 a 30 anos mais que 30 anos	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.4 Há pacientes com alta médica?	sim Quantidade: não		
6.5 Pacientes indultados no último ano:	sim Quantidade: não		
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS X Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs Programa de Volta para Casa – PVC Outro:	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.7 Periodicidade do exame de cessação de periculosidade	Trimestral Semestral Anual Quando solicitado Outro:		

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL			
7.1 Total de RH na área de segurança:	49		
7.2 Total de RH na área administrativa:	14		
7.3 Total de RH na área técnica:	03		
7.4 Total Geral:	66		
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	não sim X Quantidade: 01 Defensoria Pública Própria Unidade X		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

	Outra forma de contratação: Mensal Quinzenal Semanal X Diária
7.6 Auxiliares de Enfermagem	não sim X Quantidade: 02 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.7 Assistentes Sociais	não sim X Quantidade: 02 SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.8 Dentistas	não sim X Quantidade: 01 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.9 Enfermeiros	não sim X Quantidade: 07 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.10 Médicos – Clínico Geral	não sim X Quantidade: 01 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal X Diária
7.11 Médicos – Psiquiatras	não sim X Quantidade: SUSX Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.12 Médicos – Ginecologista	não sim X Quantidade: SUS X Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.13 Pedagogos	não sim X Quantidade: 02 Secretaria de Educação X Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.14 Psicólogos	não sim X Quantidade: 02 SUS SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.15 Terapeutas Ocupacionais	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.16 Outros:	Quantidade: Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.17 Agentes Prisionais	sim X Quantidade: 46 mulheres 17 homens não
7.18 Escala de trabalho:	24h x 72h (efetivos) / 12h x 36h (contratados)
7.19 Há utilização de uniforme?	sim X Com identificação pessoal: sim X não não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? Curso de FormaçãoX Cursos EspeciaisX Entidade Executora: Escola Penitenciária – EPEN	Mensal X Quinzenal Semanal Diária

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	sim X	não
8.2 Há distribuição de uniformes?	sim X	não
8.3 Há distribuição de calçados?	sim X	não



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

8.4 Há distribuição de roupas de cama?	sim X não
8.5 Há distribuição de toalhas?	sim X não
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	Semanal
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	sim X não Quais: absorventes, sabão em barra, sabonete, creme e escova dental, papel higiênico, desodorante
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	sim X não Quais: sabão em pó, cloro, desinfetante, escova, bucha
8.9 Há distribuição de absorventes para as mulheres?	sim X não
8.10 Há distribuição de fraldas, se for o caso?	sim X não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	sim não X
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	4 camas e 4 prateleiras em concreto, uma pia, um vaso sanitário, portinhola e ventanas (ventilação) e acrílicos (iluminação)
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	sim X não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?	
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	sim X não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	4
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	sim X não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	sim não X
8.19 Número de pessoas por chuveiro	14
8.20 É garantido o banho diário?	sim X não
8.21 A água é aquecida?	sim não X
8.22 É fornecida água potável?	sim X não
8.23 A água é racionada?	sim não X
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?	diária
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	hidráulico elétrica edificação outros:

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	sim X não	
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	sim X não	
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		
9.5 N.º de refeições diárias: 4	9.6 Horários das refeições: 7h; 11h; 14h; 17h	9.7 Onde as refeições são realizadas? Celas X refeitório outro:
9.8 Há controle de qualidade?	sim X Qual:	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

9.9 Descrever o controle:	Ao receber a alimentação, ela é degustada, aferida a temperatura, conferida a gramatura e são guardadas 3 amostras
9.10 As refeições são	padronizadas <input checked="" type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: saúde <input checked="" type="checkbox"/> religiosos outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	família compra outro: não

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela:		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: 2h Frequência: quinzenal	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 4h Frequência: diária	10.5 Tempo de atividades laborais: 8h Frequência: diária	
10.6 Tempo de atividades religiosas: 2h Frequência: semanal	10.7 Tempo de visita íntima: 30min Frequência: mensal	
10.8 Tempo de atividades esportivas: 2h Frequência: semanal	10.8 Tempo das atividades culturais: 2h Frequência: semanal	
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	Mensal <input checked="" type="checkbox"/> trimestral semestral outro:	
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:	Psicólogo, assistente social, assessora jurídica, chefe de segurança e Direção da Unidade	
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:	CTC: reunião de todos os integrantes para elaborar o PI da interna, confecção do parecer final da Comissão, lançamento no sistema, para acompanhamentos futuros da interna.	

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	sim não <input checked="" type="checkbox"/>	
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	sim não <input checked="" type="checkbox"/>	
11.3 Há distribuição de preservativos?	sim <input checked="" type="checkbox"/> Frequência: mensal não	
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	sim <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> não	
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
11.7 Há pré-natal para presas gestantes?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não Vacinas das campanhas	
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

familiares?	
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	sim X não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infectocontagiosas?	Palestras educativas, orientações de prevenção, higienização e limpeza
11.12 Há ambulância na unidade?	sim X não
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas têm acesso, quando necessário?	Unidade Básica de Saúde – UBS X Unidade de Pronto Atendimento – UPA X Hospital X Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS X Outro:

12 – Assistência à Saúde		ANUAL					
12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal ⁴⁶ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	PROGRAMA DISCRIMINADO ⁴⁷	Proporção	Estabelecimentos Penais				
			P ⁴⁸	CP	COL	COC	HCTP ⁴⁹
	Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)	C				
	Sala de acolhimento multiprofissional		C				
	Sala de atendimento clínico multiprofissional		C				
	Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ⁵⁰		C				
	Estoque		C				
	Dispensação de medicamentos e estoque		C				
	Cela enfermaria com solário ⁵¹		C				
	Sanitário para pacientes		C				

⁴⁶ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁴⁷ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

⁴⁸ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

⁴⁹ Conforme nota de rodapé 8.

⁵⁰ Em caso de unidades femininas.

⁵¹ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	Consultório de atendimento odontológico	De 101 a 300 presos (20h\semana)	C				
	Sala multiuso		C				
	Sala de procedimentos		C				
	Laboratório de diagnóstico ⁵²	De 301 a 700 presos (30h\semana)	A				
	Sala de coleta de material para laboratório		C				
	Sala de Raio X		A				
	Cela de espera	De 701 a 1000 presos (40h\semana)	C				
	Consultório Médico		C				
	Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem		C				
	Cela de Observação (02 leitos)		C				
	Central de material esterilizado / expurgo		C				
	Rouparia		C				
	Depósito de Material de Limpeza		C				
	Sanitários para equipe de saúde		C				

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 Às pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	sim X	não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Defensoria Pública	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	sim X	não
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	sim X	não
	Periodicidade: semestralmente	
13.6 Direitos concedidos		
a. Saídas temporárias	2 / mês	
b. Livramento condicional	1/ mês	
c. Progressões	6/ mês	
d. Indulto	0/ ano	

⁵² O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

14 – Assistência Laboral			SEMESTRAL			
14.1 Há oficinas de trabalho?			sim X Quantidade: 15 não			
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?			Total: 14			
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?			Total: 1			
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
a. Cozinha	11		11			
b. Limpeza	03				3	
c. Serviços Administrativos						
d. Oficinas de trabalho	07				7	
e. Biblioteca	01				1	
f. Fábrica	15		15			
g. Agricultura	03				3	
h. Artesanato	26				26	
i. Pecuária						
j. Outros						
Especificar: Manutenção – 02 (remunerado) / Lavanderia – 06 (remunerado)						
14.4.1 Remuneração		Mulher		Homem		
a. Cozinha		1 Salário mínimo				
b. Limpeza						
c. Serviços Administrativos						
d. Oficinas de trabalho						
e. Biblioteca						
f. Fábrica						
g. Agricultura						
h. Artesanato						
i. Pecuária						
j. Outros		1 Salário mínimo				
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:			06 mulheres			
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho?			sim X não			
Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?			CTC			
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.			sim X não Através do Projeto Reconquistando a Liberdade, em que são realizadas palestras de direcionamento profissional e inteligência emocional, onde posteriormente são feitas rodas de conversa entre presas, setor psicossocial, equipe de segurança e convidados.			

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer		SEMESTRAL	
15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de			



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

estabelecimento penal ⁵³ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	PROGRAMA DISCRIMINADO ⁵⁴	P ⁵⁵	CP	COL	COC	HCTP ⁵⁶
	Biblioteca	C				
	Sala de aula ⁵⁷	C				
	Instalação sanitária (pessoa presa)	C				
	Sala de professores	C				
	Sala de informática	A				
	Sala de encontros com a sociedade ⁵⁸	C				
15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos: alfabetização 12 ensino fundamental 48 ensino médio 32 profissionalizante outros: Especificar:						
15.3 Os cursos são ministrados por: Professores do Sistema Penitenciário Estadual Professores da Secretaria Estadual de Educação X Professores da Secretaria Municipal de Educação Presos monitores Voluntários Outros professores: Especificar:						
15.4 Há atividades esportivas?		não sim X Quais: Projeto Corpo em Movimento (atividades físicas), xadrez, dama, lugo Onde: salão multiuso				
15.5 Há atividades culturais/lazer?		não sim X Quais: Projeto Relicário, filmes, palestras Onde: salão multiuso				
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:		Distribuição quinzenal				

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	sim X	não

⁵³ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁵⁴ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

⁵⁵ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

⁵⁶ Conforme nota de rodapé 8.

⁵⁷ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

⁵⁸ Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	Espíritas X Católicos X Evangélicos X de Matriz Africana Outra:
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Nas alas de convivência
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	sim X não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	sim não X

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	sim X não	
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	sim X não	
Documentos	sim X não	
Benefícios da Previdência Social	sim X não	
Ações com os egressos	sim X não	
Ações com o SUAS	sim não	
Projetos, se sim, quais	sim X não	

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	sim X não	
Arma letal	sim X não	
Taser	sim não X	
Gás de pimenta / lacrimogênio	sim X não	
Cacetete / Tonfa	sim X não	
Algemas	sim X não	
Rádio	sim X não	
Alarme	sim não X	
Circuito de vigilância interna	sim X não	
Outro:	sim não	
18.3 No caso de uso de arma de fogo: Os usuários têm porte de armas? É garantido treinamento periódico?	sim X não sim X não	
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	sim não X	
18.5 No caso de uso de arma tipo <i>Taser</i> os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor?	sim não X	
18.6 A segurança externa é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.7 A escolta externa é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde: sim X não		
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	sim X não	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

18.10 Caso exista, quem são os envolvidos:	
policiais civis	policiais militares agentes penitenciários X
terceiros	outros:
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:	
Portal detector de metal	
Raquete detectora de metal	sim X não
Banco detector de metal	sim X não
Raio X	sim X não
Espectrômetro	sim não X
Body Scanner	sim X não
Outro:	sim não X

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL	
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	sim X	não	
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	Livro	PAD X	
	Procedimento Eletrônico		
	Outro		
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	sim X	não	
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	sim	não X	
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	sim X	não	
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	sim X	não	
19.7 São executadas sanções coletivas?	sim	não X	
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	sim X	não	
Se sim, em qual fase?	Administrativa e judicial		
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	sim X	não	
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	Estrutura conforme as demais celas, limpa, higienizada, ventilada, iluminada, com vaso e pia		
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	10 dias	20 dias	
	30 dias X	outro:	
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	6 meses		
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	1		
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	sim	não X	
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens	
19.16 Fugas (pessoas)	0	-	
19.17 Pessoas evadidas	1	-	
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	22	-	
19.19 Mortes naturais	1	-	
19.20 Mortes por homicídio	0	-	
19.21 Mortes acidentais	0	-	
19.22 Mortes por suicídio	0	-	
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	0	-	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	sim <input checked="" type="checkbox"/> Frequência: quinzenalmente não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	1 ou 2 3 ou 4 5 ou 6 <input checked="" type="checkbox"/> 6 ou 7 8 ou mais	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	1 ou 2 3 ou 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 ou 6 7 ou 8 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	pátio de visita <input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol celas outro:	
20.5 Há local específico para visita de crianças?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Frequência: mensalmente não	
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	módulo de visita íntima <input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol celas outro:	
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectrômetro) <input checked="" type="checkbox"/> manual sem desnudamento com desnudamento outro:	
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	Instalações Assistência Jurídica Assistência Saúde Assistência Educacional Assistência social Atividades Esportivas Lazer Visita Maus tratos ou tortura Outros:	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) Uso de bala clava (capuz) Outros:	
21.3 Quais providências foram	Exame de corpo de delito	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

tomadas para apurar os fatos até o momento? Não informado	Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora? Não informado	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	<div> <div>Ouvidoria</div> <div>Corregedoria</div> <div>Disque 100</div> <div>Outro:</div> </div> <div> <div>Conselho da Comunidade</div> <div>Conselho Penitenciário</div> <div>Comissão de DH da OAB</div> </div>
21.6 Outras informações:	

22 – Diversos	SEMESTRAL	
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	sim X	não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	sim X	não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	sim X	Frequência: mensal não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	sim	não X
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Mensal	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	sim	não X
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios? Motivo:	sim X	não
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	sim X	não
b. TV	sim X	não
c. Vídeo/DVD	sim X	não
d. Geladeira	sim	não X
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	sim	não X
f. Ventilador	sim	não X
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	sim	não X
22.10 Se existe, em quais áreas:	<div>gestão</div> <div>saúde</div> <div>trabalho</div> <div>comunicação</div> <div>reciclagem</div> <div>Outras:</div>	
Qual a frequência:	<div>educação</div> <div>assistência social</div> <div>religiosa</div> <div>cidadania</div> <div>manutenção</div> <div>diária</div> <div>semanal</div> <div>quinzenal</div> <div>mensal</div> <div>esporádico</div> <div>outro:</div>	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	separado reciclado não é recolhido coleta municipal X outro:
---	--

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	sim Frequência:	não X
b. Juiz de Execução	sim X Frequência: Mensalmente	não
c. Ministério Público	sim X Frequência: Mensalmente	
d. Defensor Público	sim X Frequência: Semestralmente	não
e. Conselho Penitenciário	sim X Frequência: Anualmente	não
f. Conselho da Comunidade	sim Frequência:	Não X
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	sim Frequência:	não X
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	sim X Frequência:	não X
h. Pastoral Carcerária	sim X Frequência: Mensalmente	não
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados	SEMESTRAL
--	------------------

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial		X			
24.2 Manutenção		X			
24.3 Limpeza		X			
24.4 Ventilação das celas		X			
24.5 Iluminação das celas		X			
24.6 Insolação das celas		X			
24.7 Cozinha		X			
24.8 Refeitório		X			
24.9 Assistência à saúde		X			
24.10 Assistência à educação		X			
24.11 Assistência jurídica		X			
24.12 Assistência social		X			
24.13 Atividades laborais		X			
24.14 Cella para isolamento/seguro		X			
24.15 Cella de sanção disciplinar		X			
24.16 Local de visita social		X			
24.17 Local de visita íntima		X			
24.18 Pátio de sol		X			
24.19 Alojamento dos agentes		X			
24.20 Segurança		X			
24.21 Procedimentos da unidade		X			



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

4.4.1 Observações

A unidade, quando da entrevista virtual, contava com 321 presas, apesar de ser projetada para 366 pessoas, sendo a única unidade sem superlotação na região visitada. Atende aos regimes aberto, semiaberto e fechado.

Na parte administrativa, foi informado que trabalham no local 14 (quatorze) servidores, além de 3 (três) assessores (um assistente social, um assessor jurídico e uma psicóloga).

A Saúde é terceirizada e prestada pela empresa INVISA, que domina os contratos no Estado quando a saúde dos complexos prisionais. Ela é composta por equipe de 17 (dezessete) servidores, destacando-se a presença de 1 (um) médico geral, 7 (sete) enfermeiros, 2 (dois) técnicos de enfermagem, além de 1 (um) dentista e 1 (uma) psicóloga.

A alimentação também é terceirizada, sendo prestadas 4 (quatro) refeições diárias, estando 11 (onze) internas trabalhando na cozinha, mas só pela remição, sem remuneração.

Existe uma Comissão Técnica de Classificação que faz triagem inicial em todas as detentas.

Projetos de ressocialização foram noticiados como, por exemplo, a “fábrica construindo para o futuro” onde 17 (dezessete) detentas prestam serviços, sendo 15 (quinze) remuneradas por um salário mínimo e 2 (duas) voluntárias, além do Projeto Manutenção da Vida mas que é apenas para 1 (uma) vaga e intercalada com 2 (duas) presas que recebem $\frac{1}{2}$ salário mínimo cada uma.

Percebeu-se na entrevista uma grande preocupação com ações voltadas a ressocialização, ação solidária de confecção de perucas pelas presas e outros mais 15 projetos noticiados.

Outras 6 (seis) presas atuam na lavanderia.

Apenas 2 (duas) presas acima de 60 (sessenta) anos cumpriam pena no momento da entrevista, não possuindo portadoras de necessidades especiais, mantendo-se separadas as presas dentro do possível por crime.

O pátio segue de 2 (duas) horas, estando igualmente suspensas as visitas até aquela data, sendo que somente 2 (duas) presas apresentaram sintomas de COVID, e algumas inspetoras foram testadas positivo para COVID. Receberam os EPIs e as máscaras são feitas na própria unidade de tecido. Os advogados seguem atendendo no parlatório e as visitas familiares foram substituídas por



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

ligações assistidas de vídeo.

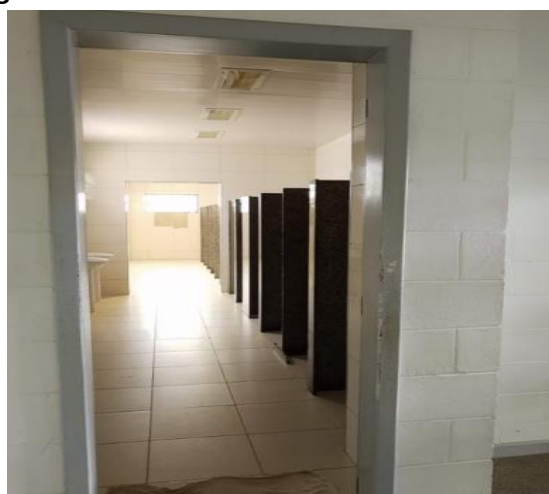
Também sustentaram a necessidade de contratação de, pelo menos, mais 40 (quarenta) ou 50 (cinquenta) servidoras.

O complexo possui câmera de vigilância em toda sua estrutura, sendo que o Judiciário e o Ministério Público visitam com frequência regular, mas a Defensoria Pública e Conselho da Comunidade estão ausentes, embora o Pastor Rogério, Presidente do Conselho seja muito atuante.

O material de higiene é todo fornecido pelo Estado do Espírito Santo, a cada 15 (quinze) dias e o uniforme é semanalmente lavado e foi muito elogiado pelas detentas.

As comunicações entre Poder Judiciário e Unidade prisional é feita pelo SEEU e os pedidos são feitos especialmente para questões de doenças e problemas mentais.

4.4.2 Fotografias





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**



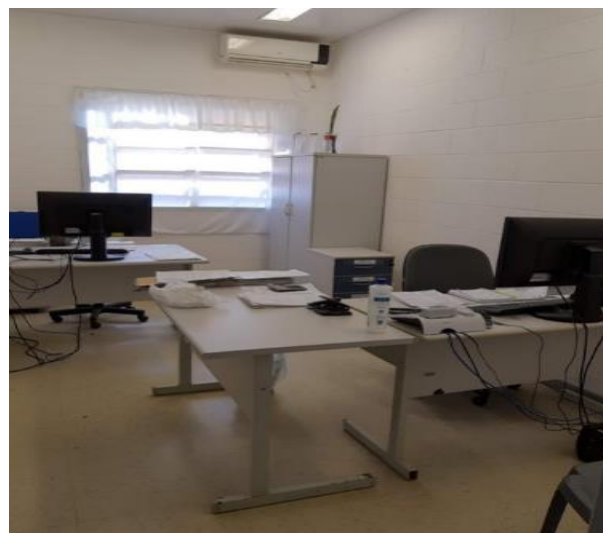


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



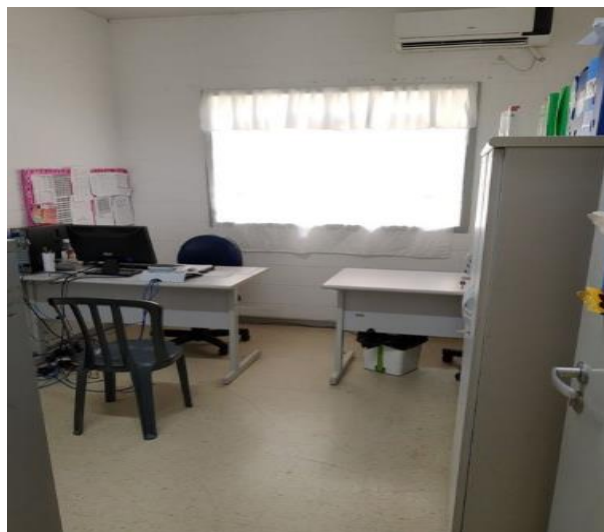
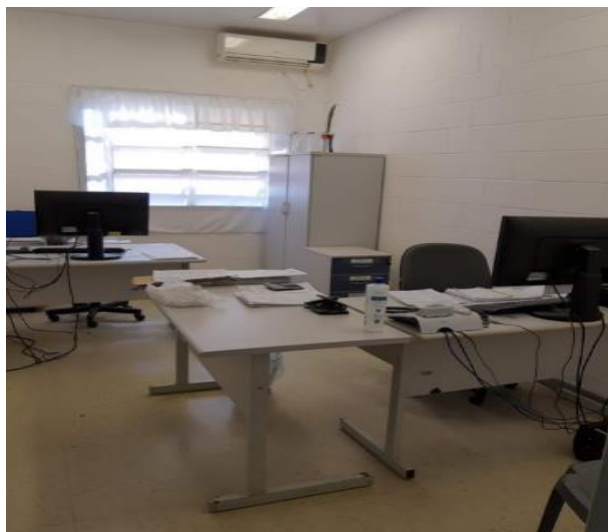
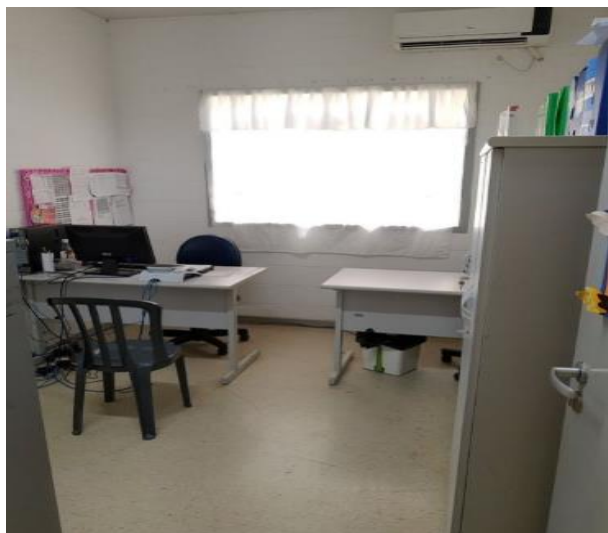


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



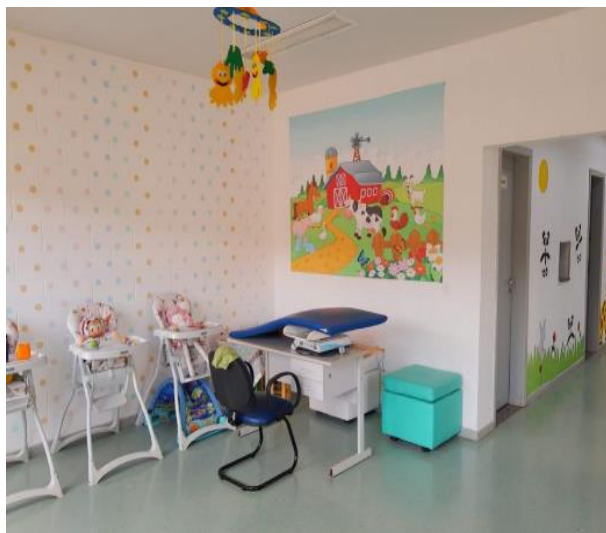


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



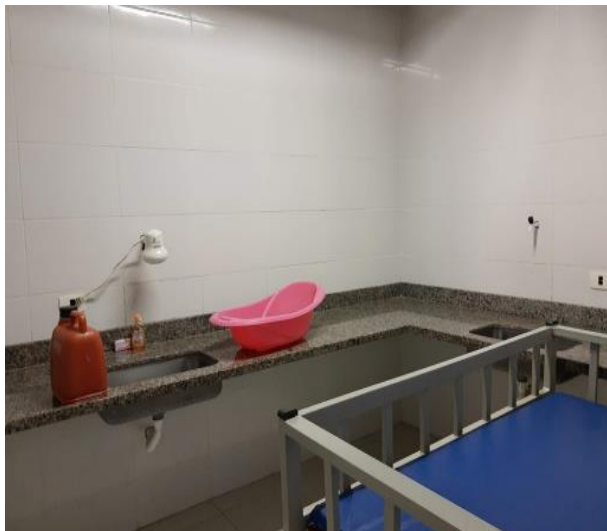


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



Penitenciária de Segurança Média de Colatina

Data da Inspeção: 13/08/2020

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Penitenciária de Segurança Média de Colatina	
2.2 Apelido da unidade:	PSMECOL	
2.2.1 Endereço:	Córrego Santa Fé, s/nº, Zona Rural	
2.2.2 Cidade/UF:	Colatina ES	
2.3		
Penitenciária X	Cadeia Pública / Presídio	
Colônias agrícolas, industriais ou similares	Centro de Observação Criminológica	
Hospital de Custódia	Casa de Albergado	
2.4		
Masculino X	Feminino	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

3 – Administração		SEMESTRAL	
3.1 Gestão	Pública X Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) X Terceirização da equipe técnica e administrativa X Terceirização da equipe de segurança Método APAC		
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Antônio Junca Bragato		
3.3 Cargo:	Diretor		
3.4 Formação Profissional	Direito X Ciências Sociais Psicologia Pedagogia Administração Serviço Social Outra:		
3.5 Responsável pela segurança:	Wemerson dos Santos Ribeiro		
3.6 Cargo:	Chefe de Segurança		
3.7 Formação Profissional:	Gestão Pública		
3.8 Quantidade de computadores:	1 a 3 4 a 6 7 a 9 X 10 a 12 13 a 15 > 15		
3.9 Acesso à Internet	Sim X Não		
3.10 Alimenta o INFOPEN	Integralmente X Parcialmente Não alimenta		
Outro: Diário3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	Não X Sim	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	Não Sim X

4 – Características do Estabelecimento		SEMESTRAL					
4.1 Capacidade total:	264						
4.1.2 Lotação total:	555						
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens: 264	4.4 Capacidade GLBTT:					
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens: 555	4.4.1 Lotação GLBTT:					
Condenada Provisória	Condenado X Provisório	Condenada/o Provisória/o					
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?		sim não X					
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?		sim não X					
4.7 Há alas separadas para idosos?		sim não X					
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?		sim não X					
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?		sim não X					
4.10 Há alas separadas para GLBTT?		sim não X					
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?		sim não X					
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?		sim não X					
4.13 Há celas metálicas?		sim não X					
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento	Estabelecimento penal	Penitenciária	Colônia	Cadeia pública	COC	Casa do Albergado	HCTP ⁶⁴

⁶⁴ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

penal ⁵⁹ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	Módulos⁶⁰		a ⁶¹	a ⁶²	63		
	Guarda Externa	C					
	Agente Penitenciário / Monitor	C					
	Administração	C					
	Recepção/Revista	C					
	Centro observação / triagem / Inclusão	C					
	Tratamento Penal	C					
	Vivência coletiva	C					
	Vivência individual	C					
	Serviços	C					
	Saúde	C					
	Tratamento para dependentes químicos	A					
	Oficina de trabalho	C					
	Educativo	C					
	Polivalente	C					
	Creche	A					
	Berçário	A					
	Visita íntima	C					
Esportes	C						
4.15 Número de celas individuais	Homens:			Mulheres: -			
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens:			Mulheres: -			
4.15.2 Dimensão	m X m			_____ m X _____ m			
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 72			Mulheres: -			
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens: 4			Mulheres: -			

⁵⁹ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁶⁰ Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

⁶¹ Colônia agrícola, industrial ou similar.

⁶² Presídio ou estabelecimento congênere.

⁶³ Centro de observação criminológica.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: 8 2,70 m X 3,5m	Mulheres: - _____ m X _____ m
4.16.3 Dimensão		
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	1 a 3% 3 a 5% 5 a 10% > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	insuficiente suficiente X excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	inexistente existente X insuficiente	
4.21 Incidência de sol nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	inexistente X existente	
4.23 Extintores de incêndio	insuficiente suficiente X sem condições de uso em condições de uso	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	sim não X	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? sim não X
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	sim Quais: não X	

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	sim não X	Quantidade:
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	sim X não	Quantidade: 6
5.3 Há indígenas presos?	sim não X	Quantidade: não X
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	sim não X	
5.5 Há estrangeiros presos?	sim não X	Quantidade:
5.6 Há adolescentes internados no local?	sim não X	Quantidade:
5.7 Os adolescentes estão separados dos adultos?	sim não	
5.8 Providências adotadas em relação à separação imediata e retirada do(s) adolescente(s):		
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	sim X não	Quantidade: 05
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	sim X não	Quantidade: 73
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	sim X não	Quantidade: 09
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	sim X	Quantidade: 39



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

5.13 Há pessoas presas com HIV?	não sim X Quantidade: 03 P 04 domiciliar não
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	sim X Quantidade: 01 não
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	sim Quantidade: não X
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	sim Quantidade: não X
5.17 Há pessoas presas em RDD?	sim Quantidade: não X
5.18 Há presas gestantes?	sim Quantidade: não X
5.19 Há crianças permanecendo com suas mães presas?	sim Quantidade: não X

6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança MENSAL			
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:		6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial:	0
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	até 1 ano de 1 a 3 anos de 4 a 6 anos de 7 a 9 anos de 10 a 20 anos de 21 a 30 anos mais que 30 anos	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.4 Há pacientes com alta médica?	sim Quantidade: não		
6.5 Pacientes indultados no último ano:	sim Quantidade: não		
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs Programa de Volta para Casa – PVC Outro:	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.7 Periodicidade do exame de cessação de periculosidade	Trimestral X Semestral Anual Outro:	Quando solicitado	

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL	
7.1 Total de RH na área de segurança:	58
7.2 Total de RH na área administrativa:	5
7.3 Total de RH na área técnica:	4
7.4 Total Geral:	67
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	não X sim Quantidade: Defensoria Pública Própria Unidade Outra forma de contratação: Mensal Quinzenal Semanal Diária



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

7.6 Auxiliares de Enfermagem	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: 1 SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.7 Assistentes Sociais	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: 1 SUAS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.8 Dentistas	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: 1 SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.9 Enfermeiros	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: 1 SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.10 Médicos – Clínico Geral	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: 1 SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.11 Médicos – Psiquiatras	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: 1 SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.12 Médicos – Ginecologista	não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Quantidade: SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input type="checkbox"/>
7.13 Pedagogos	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: Secretaria de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.14 Psicólogos	não <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/>
7.15 Terapeutas Ocupacionais	não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Quantidade: SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input type="checkbox"/>
7.16 Outros:	Quantidade: <input type="checkbox"/> Própria Unidade Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input type="checkbox"/>
7.17 Agentes Prisionais	sim <input checked="" type="checkbox"/> Quantidade: mulheres 12 homens 51 não <input type="checkbox"/>
7.18 Escala de trabalho:	24X72; 12X36
7.19 Há utilização de uniforme?	sim <input checked="" type="checkbox"/> Com identificação pessoal: sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? Curso de Formação <input checked="" type="checkbox"/> Cursos Especiais <input checked="" type="checkbox"/> Entidade Executora:	Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>	
8.2 Há distribuição de uniformes?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>	
8.3 Há distribuição de calçados?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>	
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>	
8.5 Há distribuição de toalhas?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>	
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:		
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>	
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

8.9 Há distribuição de absorventes para as mulheres?	sim	não X
8.10 Há distribuição de fraldas, se for o caso?	sim	não X
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	sim	não X
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:		
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	sim X	não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?		
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	sim X	não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário		
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	sim X	não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	sim X	não
8.19 Número de pessoas por chuveiro		
8.20 É garantido o banho diário?	sim X	não
8.21 A água é aquecida?	sim	não X
8.22 É fornecida água potável?	sim X	não
8.23 A água é racionada?	sim	não X
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?		
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	hidráulico elétrica X edificação outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?		sim X não
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?		sim X não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		650 g
9.5 N.º de refeições diárias: 4	9.6 Horários das refeições: 7h; 11h30m; 14h:30m; 18h	9.7 Onde as refeições são realizadas? Celas X refeitório outro:
9.8 Há controle de qualidade?		sim X Qual:
9.9 Descrever o controle:		Fiscalização diária da qualidade da refeição pelo servidor
9.10 As refeições são		padronizadas X adaptadas por motivos de: saúde X religiosos outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?		sim X não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?		família compra outro: não

10 – Rotina padrão	SEMESTRAL
--------------------	-----------



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

10.1 Tempo diário dentro da cela: 18 h	
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: seg a sex	10.3 Tempo de visita: 120 Frequência: 2xmês
10.4 Tempo de atividades educacionais: 4h Frequência: seg a sex	10.5 Tempo de atividades laborais: Frequência:
10.6 Tempo de atividades religiosas: 4h Frequência: seg a domin	10.7 Tempo de visita íntima: 60 Frequência: 2xmês
10.8 Tempo de atividades esportivas: 2h Frequência: seg a sex	10.8 Tempo das atividades culturais: Frequência:
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	sim não X
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	mensal trimestral semestral outro:
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:	
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:	

11 – Assistência à Saúde	SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	sim não X
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	sim não X
11.3 Há distribuição de preservativos?	sim X Frequência: não
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	sim X não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	sim X não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	sim X não
11.7 Há pré-natal para presas gestantes?	sim não X
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	sim X não
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	sim não X
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	sim X não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infectocontagiosas?	Palestras educativas
11.12 Há ambulância na unidade?	sim não X
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas têm acesso, quando necessário?	Unidade Básica de Saúde – UBS X Unidade de Pronto Atendimento – UPA X Hospital X Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS Outro:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

12 – Assistência à Saúde		ANUAL					
12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal ⁶⁵ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	PROGRAMA DISCRIMINADO ⁶⁶	Pro por ção	Estabelecimentos Penais				
			p ⁶⁷	CP	COL	COC	HCTP ⁶⁸
	Sala de recepção e espera	A t é 1 0 0 p r e s o s (1 0 h / s e m)	C				
	Sala de acolhimento multiprofissional		C				
	Sala de atendimento clínico multiprofissional		C				
	Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ⁶⁹		A				
	Estoque		C				
	Dispensação de medicamentos e estoque		C				
	Cela enfermaria com solário ⁷⁰		A				
	Sanitário para pacientes		C				
	Consultório de atendimento odontológico	D e 1 0 1 a 3 0 0 p r e s o s	C				
	Sala multiuso		C				
	Sala de procedimentos		C				

⁶⁵ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁶⁶ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

⁶⁷ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

⁶⁸ Conforme nota de rodapé 8.

⁶⁹ Em caso de unidades femininas.

⁷⁰ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

		(2 0 h \ s e m a n a)					
Laboratório de diagnóstico ⁷¹	D	A					
Sala de coleta de material para laboratório	3	C					
Sala de Raio X	0	A					
	1						
	a						
	7						
	0						
	0						
	p						
	r						
	e						
	s						
	o						
	s						
	(
	3						
	0						
	h						
	\						
	s						
	e						
	m						
	a						
	a						
)						
Cela de espera	D	C					
Consultório Médico	e	C					
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem	7	C					
Cela de Observação (02 leitos)	0	C					
Central de material esterilizado / expurgo	1	C					
	a						
	1						
	0						
	0						

⁷¹ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Rouparia	O p r e s o s (4 0 h \ s e m a n a)	A				
Depósito de Material de Limpeza		A				
Sanitários para equipe de saúde		C				

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 Às pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	sim X	não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?		
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	sim	não X
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	sim	não X
13.6 Direitos concedidos	Periodicidade:	
a. Saídas temporárias	não/ mês	
b. Livramento condicional	sim/ mês	
c. Progressões	sim / mês	
d. Indulto	sim/ ano	

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL				
14.1 Há oficinas de trabalho?			sim X Quantidade: 15 não			
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?			Total: 12			
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?			Total: 3			
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
a. Cozinha		4		4		
b. Limpeza		17				17
c. Serviços Administrativos		2		2		
d. Oficinas de trabalho		15		7		8
e. Biblioteca		1				1
f. Fábrica		66		65		1
g. Agricultura		4				4



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

h. Artesanato					
i. Pecuária					
j. Outros					
Especificar:					
14.4.1 Remuneração	Mulher			Homem	
a. Cozinha					
b. Limpeza					
c. Serviços Administrativos					
d. Oficinas de trabalho					
e. Biblioteca					
f. Fábrica					
g. Agricultura					
h. Artesanato					
i. Pecuária					
j. Outros					
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:					
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?	sim	X	não		
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.	sim	X	não	Cursos, oficinas e palestras.	

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer		SEMESTRAL				
15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal ⁷²						
Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C)						
Observações:						
	PROGRAMA DISCRIMINADO ⁷³	P ⁷⁴	CP	COL	COC	HCTP ⁷⁵
	Biblioteca	C				
	Sala de aula ⁷⁶	C				
	Instalação sanitária (pessoa presa)	C				
	Sala de professores	C				
	Sala de informática	C				
	Sala de encontros com a sociedade ⁷⁷	A				
15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos: alfabetização	08					

⁷² Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁷³ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

⁷⁴ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

⁷⁵ Conforme nota de rodapé 8.

⁷⁶ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

⁷⁷ Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ensino fundamental 86 ensino médio 62 profissionalizante 0 outros: 19 Especificar: Curso superior	
15.3 Os cursos são ministrados por: Professores do Sistema Penitenciário Estadual Professores da Secretaria Estadual de Educação Professores da Secretaria Municipal de Educação Presos monitores Voluntários Outros professores: Especificar:	
15.4 Há atividades esportivas?	não sim Quais: Onde:
15.5 Há atividades culturais/lazer?	não sim X Quais: teatro Onde: multiuso
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	Entrega nas celas

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	sim X	não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	Espíritas X Católicos X Evangélicos X de Matriz Africana Outra:	
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Multiuso e galerias	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	sim X	não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	sim X	não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	sim X	não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	sim X	não
Documentos	sim X	não
Benefícios da Previdência Social	sim X	não
Ações com os egressos	sim	não X
Ações com o SUAS	sim	não X
Projetos, se sim, quais	sim	não X

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	sim X	não
Arma letal	sim X	não
Taser	sim	não X
Gás de pimenta / lacrimogênio	sim X	não
Cacetete / Tonfa	sim X	não
Algemas	sim X	não
Rádio	sim X	não
Alarme	sim	não X
Circuito de vigilância interna	sim X	não
Outro:	sim	não X
18.3 No caso de uso de arma de fogo:		
Os usuários têm porte de armas?	sim X	não
É garantido treinamento periódico?	sim X	não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	sim X	não
18.5 No caso de uso de arma tipo Taser os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor?	sim	não X
18.6 A segurança externa é realizada por:		
policiais civis policiais militares agentes penitenciários X		
terceiros outros:		
18.7 A escolta externa é realizada por:		
policiais civis policiais militares agentes penitenciários X		
terceiros outros:		
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde:	sim X	não
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	sim X	não X
18.10 Caso exista, quem são os envolvidos:		
policiais civis policiais militares agentes penitenciários X		
terceiros outros:		
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:		
Portal detector de metal		
Raquete detectora de metal	sim X	não
Banco detector de metal	sim X	não
Raio X	sim X	não
espectrômetro	sim	não X
Body Scanner	sim	não X
Outro:	sim	não X

19 – Disciplina e ocorrências			MENSAL
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	sim X	não	
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	Livro	PAD X	
	Procedimento Eletrônico		
	Outro		
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	sim X	não	
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	sim	não X	
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	sim	não X	
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	sim X	não	
19.7 São executadas sanções coletivas?	sim	não X	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

19.8 É observado o direito de defesa do preso?	sim X não
Se sim, em qual fase?	Administrativa e judicial
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	sim X não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	Não tem
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	10 dias 20 dias 30 dias outro:
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	6 meses
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	2
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	sim X não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres Homens
19.16 Fugas (pessoas)	0
19.17 Pessoas evadidas	0
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	0
19.19 Mortes naturais	2
19.20 Mortes por homicídio	0
19.21 Mortes acidentais	0
19.22 Mortes por suicídio	1
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	0

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	sim X não	Frequência: 2 X mês
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	1 ou 2 3 ou 4 5 ou 6 6 ou 7 8 ou mais X	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	1 ou 2 3 ou 4 5 ou 6 7 ou 8 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	pátio de visita X pátio do banho de sol celas outro:	
20.5 Há local específico para visita de crianças?	sim não X	
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	sim X não	Frequência: 2xmês
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	sim não X	
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	módulo de visita íntima X pátio do banho de sol celas outro:	
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectrômetro) X manual sem desnudamento com desnudamento outro:	
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	sim X não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre	Instalações X	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

quais aspectos:	Assistência Jurídica Assistência Saúde Assistência Educacional Assistência social Atividades Esportivas Lazer Visita Maus tratos ou tortura Outros:
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	Não X Sim <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) Uso de bala clava (capuz) Outros:
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	Ouvidoria X Corregedoria Disque 100 X Outro: Conselho da Comunidade Conselho Penitenciário Comissão de DH da OAB X
21.6 Outras informações:	

22 – Diversos	SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	sim X não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	sim X não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	sim Frequência: _____ não X
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	sim não X
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	15/15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	sim	não X
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios? Motivo:	sim	não X
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	sim	não X
b. TV	sim X	galeria não
c. Vídeo/DVD	sim	não X
d. Geladeira	sim	não X
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	sim	não X
f. Ventilador	sim X	não
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	sim X	não
22.10 Se existe, em quais áreas:	gestão saúde X trabalho comunicação reciclagem Outras:	educação assistência social religiosa cidadania manutenção
Qual a frequência:	diária quinzenal esporádico	semanal mensal outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	separado não é recolhido outro:	reciclado coleta municipal X

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	sim	Frequência: não
b. Juiz de Execução	sim X	Frequência: mensal não
c. Ministério Público	sim X	Frequência: mensal não
d. Defensor Público	sim	Frequência: não
e. Conselho Penitenciário	sim X	Frequência: semestral não
f. Conselho da Comunidade	sim X	Frequência: semestral não
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	sim	Frequência: não
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	sim X	Frequência: semestral não
h. Pastoral Carcerária	sim X	Frequência: semestral não
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados	SEMESTRAL
---	-----------



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial					
24.2 Manutenção					
24.3 Limpeza					
24.4 Ventilação das celas					
24.5 Iluminação das celas					
24.6 Insolação das celas					
24.7 Cozinha					
24.8 Refeitório					
24.9 Assistência à saúde					
24.10 Assistência à educação					
24.11 Assistência jurídica					
24.12 Assistência social					
24.13 Atividades laborais					
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					
24.16 Local de visita social					
24.17 Local de visita íntima					
24.18 Pátio de sol					
24.19 Alojamento dos agentes					
24.20 Segurança					
24.21 Procedimentos da unidade					

4.5.1 Observações

A edificação é do ano de 2005, cuja capacidade é para 265 presos, estando à data da inspeção virtual com 555 pessoas, sendo mais uma unidade superlotada no estado, com muitas celas com 4 camas ocupadas por mais de 8 presos, segundo constatado na conversa com presos.

Em virtude de um motim, que gerou a necessária intervenção judicial, houve troca de administração cerca de 1 (uma) semana antes da entrevista, assim como do diretor adjunto, de sorte que os gestores ainda estavam bem “deslocados” em relação a várias informações. O Chefe de Segurança estava apenas 3 (três) dias à frente da chefia.

Trouxeram informações administrativas dando conta de que 4 (quatro) técnicos desempenham as funções de recursos humanos, psicologia, assistência jurídica e gerência laboral.

A unidade abriga apenas presos do regime fechado e há serviço interno para cerca de 110 (cento e dez) presos, sendo 78 (setenta e oito) remunerados com 1 (um) salário-mínimo e os outros sem remuneração. Os serviços prestados são aqueles de manutenção básica da unidade, faxina,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

cozinha, pinturas e pequenos reparos, etc.

A alimentação é terceirizada e pela empresa são entregues 4 (quatro) refeições diárias. Também a saúde é terceirizada e prestada pela empresa INVISA, que conta com setor específico e 7 (sete) servidores por ela contratados, destacando-se 1 (um) médico e 1 (um) enfermeiro, além de 1 (um) dentista, os quais intercalam o atendimento em dias da semana, conforme relatado.

Relataram os gestores que as demandas de urgência da saúde são tratadas e que não se faz CTC no ingresso, embora exista triagem inicial.

Não conhecem a existência de presos faccionados e o pátio continua sendo feito em 2 (duas) horas diárias, embora suspensas as visitas pela PANDEMIA, substituídas que foram por telefonemas com familiares e também troca de cartas.

No momento da entrevista virtual, 6 (seis) presos com mais de 60 (sessenta) anos cumpriam pena no local, sem portadores de necessidades especiais e sem público LGBTI.

As comunicações entre Poder Judiciário e Unidade Prisional são feitas pelo sistema SEEU e remessa de ofícios. Embora o Poder Judiciário e Ministério Público visitem regularmente a Unidade, a Defensoria Pública não frequenta o complexo. O Conselho da Comunidade e a OAB fizeram visitas recentes. Afirmam que no dia dos fatos relatados em relatório da OAB quanto a denúncias de maus tratos não estavam na Unidade Prisional e não podem esclarecer os fatos.

Até aquela data somente 2 (dois) internos testaram positivo para COVID-19 e não havia no momento outros suspeitos com sintomas da doença.

Possuem armas não letais e spray de pimenta, além de portal, banco e body scan para controle de ingresso (não há revista íntima), mas não teaser, tendo conhecimento do motim ocorrido na galeria E, na véspera do feriado do mês de junho, sendo que a última fuga ocorreu há cerca de 2 (dois) anos. A unidade conta com 32 (trinta e dois) servidores, sendo 16 (dezesseis) efetivos e 16 (dezesseis) temporários, havendo necessidade de aumentar esse efetivo que é insuficiente. Ainda, o complexo conta com câmeras de vigilância, mas com alguns problemas.

Desconheciam a existência ou não de alvará de bombeiro, relatando que a “segurança é bem tranquila”, embora a estrutura física seja bem complicada, relatando que houve “terceirização” da unidade e depois voltou ao setor público. Teria sido “privatizada” entre 2005 a 2015.

Não houve maiores questionamentos, já que a Unidade estava há pouco tempo gerida pelos atuais gestores e, como já dito, apresentaram desconhecimento de vários fatos envolvendo a



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

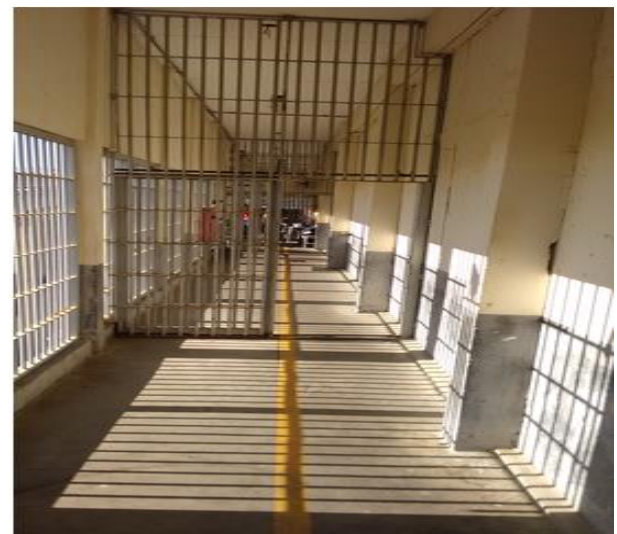
Unidade.

4.5.2 Fotografias



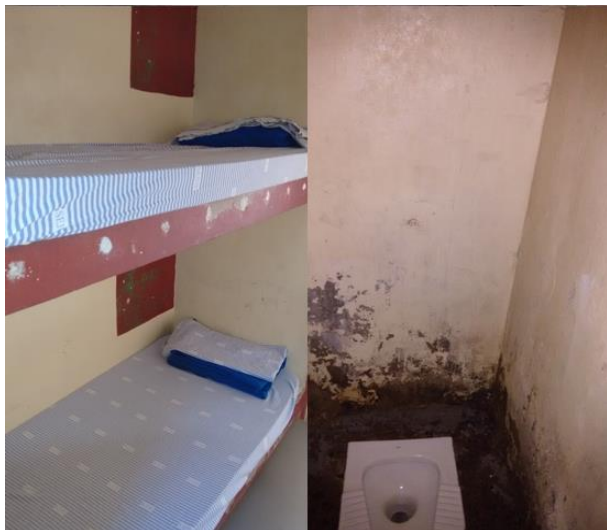


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**



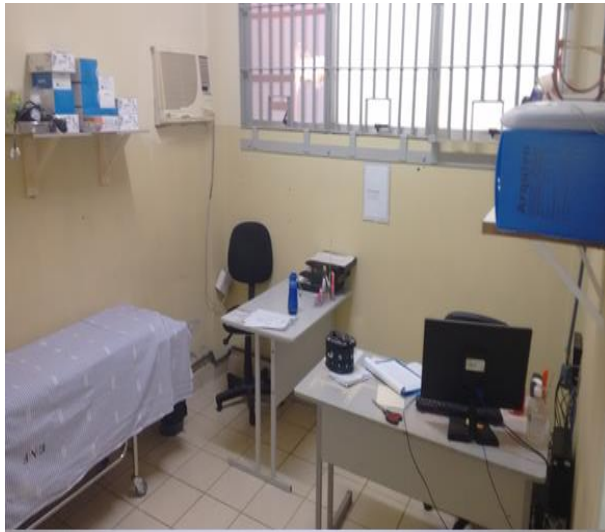


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Penitenciária Semiaberta Masculina de Colatina

Data da Inspeção: 12/08/2020

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Penitenciária Semiaberta Masculina de Colatina	
2.2 Apelido da unidade:	PSMCOL	
2.2.1 Endereço:	Av. das Nações, s/nº, IBC - CEP 29712-408	
2.2.2 Cidade/UF:	Colatina/ES	
2.3		
Penitenciária X	Cadeia Pública / Presídio	
Colônias agrícolas, industriais ou similares	Centro de Observação Criminológica	
Hospital de Custódia	Casa de Albergado	
2.4		
Masculino X	Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	Pública X Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) X serviço de saúde Terceirização da equipe técnica e administrativa Terceirização da equipe de segurança Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Anderson Sylvestre	
3.3 Cargo:	Diretor	
3.4 Formação Profissional	Direito Ciências Sociais Psicologia Pedagogia Administração X Serviço Social Outra:	
3.5 Responsável pela segurança:	Thiago José Soares	
3.6 Cargo:	Chefe de Segurança	
3.7 Formação Profissional:	Ensino médio completo	
3.8 Quantidade de computadores:	1 a 3 4 a 6 7 a 9 10 a 12 13 a 15 X > 15	
3.9 Acesso à Internet	Sim X Não	
3.10 Alimenta o INFOPEN	Integralmente X Parcialmente Não alimenta Mensal Trimestral Semestral Anual Outro: X diariamente	
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	Não Sim X	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado Não Sim X

4 – Características do Estabelecimento		SEMESTRAL
4.1 Capacidade total:	96	
4.1.2 Lotação total:	284	
4.2 Capacidade Mulheres:0	4.3 Capacidade homens: 96	4.4 Capacidade GLBTT:0
4.2.1 Lotação Mulheres:0	4.3.1 Lotação homens: 284	4.4.1 Lotação GLBTT:0
Condenada Provisória	Condenado X Provisório	Condenada/o Provisória/o



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?	sim	não X																																																																																																																
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?	sim	não X																																																																																																																
4.7 Há alas separadas para idosos?	sim X	não																																																																																																																
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?	sim	não																																																																																																																
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?	sim	não X																																																																																																																
4.10 Há alas separadas para LGBT?	sim	não																																																																																																																
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?	sim	não X																																																																																																																
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?	sim	não X																																																																																																																
4.13 Há celas metálicas?	sim	não X																																																																																																																
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal ⁷⁸	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Estabeleciment o penal</th> <th>Penitenci ária</th> <th>Colôni a⁸⁰</th> <th>Cadei a públic a⁸¹</th> <th>COC⁸²</th> <th>Casa do Alberga do</th> <th>HCTP⁸³</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Módulos⁷⁹</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Guarda Externa</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Agente Penitenciário / Monitor</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Administração</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Recepção/Revista</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro observação / triagem / Inclusão</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tratamento Penal</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vivência coletiva</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vivência individual</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saúde</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tratamento para dependentes químicos</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Oficina de trabalho</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Educativo</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Polivalente</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Estabeleciment o penal	Penitenci ária	Colôni a ⁸⁰	Cadei a públic a ⁸¹	COC ⁸²	Casa do Alberga do	HCTP ⁸³	Módulos⁷⁹							Guarda Externa	A						Agente Penitenciário / Monitor	C						Administração	C						Recepção/Revista	C						Centro observação / triagem / Inclusão	C						Tratamento Penal	C						Vivência coletiva	C						Vivência individual	C						Serviços	C						Saúde	C						Tratamento para dependentes químicos	C						Oficina de trabalho	C						Educativo	C						Polivalente	C					
Estabeleciment o penal	Penitenci ária	Colôni a ⁸⁰	Cadei a públic a ⁸¹	COC ⁸²	Casa do Alberga do	HCTP ⁸³																																																																																																												
Módulos⁷⁹																																																																																																																		
Guarda Externa	A																																																																																																																	
Agente Penitenciário / Monitor	C																																																																																																																	
Administração	C																																																																																																																	
Recepção/Revista	C																																																																																																																	
Centro observação / triagem / Inclusão	C																																																																																																																	
Tratamento Penal	C																																																																																																																	
Vivência coletiva	C																																																																																																																	
Vivência individual	C																																																																																																																	
Serviços	C																																																																																																																	
Saúde	C																																																																																																																	
Tratamento para dependentes químicos	C																																																																																																																	
Oficina de trabalho	C																																																																																																																	
Educativo	C																																																																																																																	
Polivalente	C																																																																																																																	

⁷⁸ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁷⁹ Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

⁸⁰ Colônia agrícola, industrial ou similar.

⁸¹ Presídio ou estabelecimento congênere.

⁸² Centro de observação criminológica.

⁸³ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescemos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

	Creche	A					
	Berçário	A					
	Visita íntima	A					
	Esportes	C					
4.15 Número de celas individuais	Homens: 0			Mulheres: 0			
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens: 0			Mulheres: 0			
4.15.2 Dimensão	m X m			_____ m X _____ m			
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 25			Mulheres: 0			
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens: 4			Mulheres: 0			
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: 12			Mulheres: 0			
4.16.3 Dimensão	5 m X 4 m			_____ m X _____ m			
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	1 a 3% 3 a 5% X 5 a 10% > 10%						
4.18 Ventilação cruzada geral	insuficiente suficiente X excessiva						
4.19 Ventilação cruzada nas celas	insuficiente suficiente X excessiva						
4.20 Iluminação natural nas celas	inexistente existente X insuficiente						
4.21 Incidência de sol nas celas	insuficiente suficiente X excessiva						
4.22 Programa de combate a incêndio	inexistente X existente						
4.23 Extintores de incêndio	insuficiente suficiente X sem condições de uso em condições de uso						
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	sim não X		4.25 Reformado com subvenção de recursos federais?			sim não X	
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	sim Quais: não X						

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL	
5.1 Há pessoas com deficiência?	sim Quantidade: não X		
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	sim X Quantidade: 07 não		
5.3 Há indígenas presos?	sim Quantidade: não X		
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	sim não X		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

5.5 Há estrangeiros presos?	sim Quantidade: não X
5.6 Há adolescentes internados no local?	sim Quantidade: não X
5.7 Os adolescentes estão separados dos adultos?	sim não
5.8 Providências adotadas em relação à separação imediata e retirada do(s) adolescente(s):	Não há adolescentes
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	sim X Quantidade: 20 não
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	sim X Quantidade: 10 não
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	sim X Quantidade: 03 não
5.11 Há pessoas presas com Hipertensão?	sim X Quantidade: 16 não
5.13 Há pessoas presas com HIV?	sim X Quantidade: 1 não
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	sim X Quantidade: 1 não
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	sim Quantidade: 0 não X
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	sim Quantidade: 0 não X
5.17 Há pessoas presas em RDD?	sim Quantidade: 0 não X
5.18 Há presas gestantes?	sim Quantidade: não X
5.19 Há crianças permanecendo com suas mães presas?	sim Quantidade: não X

6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança				MENSAL
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:	0	6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial:	0	
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	até 1 ano de 1 a 3 anos de 4 a 6 anos de 7 a 9 anos de 10 a 20 anos de 21 a 30 anos mais que 30 anos	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:		
6.4 Há pacientes com alta médica?	sim Quantidade: não			
6.5 Pacientes indultados no último ano:	sim Quantidade: não X			
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs Programa de Volta para Casa – PVC Outro:	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:		
6.7 Periodicidade do	Trimestral Semestral Anual	Quando solicitado		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

exame de cessação de periculosidade	Outro:
-------------------------------------	--------

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL	
7.1 Total de RH na área de segurança:	44
7.2 Total de RH na área administrativa:	9
7.3 Total de RH na área técnica:	8
7.4 Total Geral:	61
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	não X sim Quantidade: Defensoria Pública Própria Unidade Outra forma de contratação: Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.6 Auxiliares de Enfermagem	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.7 Assistentes Sociais	não sim X Quantidade: 1 SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.8 Dentistas	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.9 Enfermeiros	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.10 Médicos – Clínico Geral	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal X Diária 3X
7.11 Médicos – Psiquiatras	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.12 Médicos – Ginecologista	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.13 Pedagogos	não X sim Quantidade: Secretaria de Educação Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.14 Psicólogos	não sim X Quantidade: 1 SUS SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.15 Terapeutas Ocupacionais	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.16 Outros:	Quantidade: 01 Assessora Jurídica Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.17 Agentes Prisionais	sim X Quantidade: mulheres 15 homens 37 não
7.18 Escala de trabalho:	24X72 e 12X36
7.19 Há utilização de uniforme?	sim X Com identificação pessoal: sim não X não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes?	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Curso de Formação X Cursos Especiais X Entidade Executora: Open e ESESP	Mensal Quinzenal Semanal Diária
--	--

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	Sim X colchão não X cama	
8.2 Há distribuição de uniformes?	sim X não	
8.3 Há distribuição de calçados?	sim X não	
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	sim X não	
8.5 Há distribuição de toalhas?	sim X não	
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	Semanal	
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	sim X não pasta de dente, sabonete, desodorante, papel higiênico, barbeador	
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	sim X não Sabão em pó e cloro	
8.9 Há distribuição de absorventes para as mulheres?	sim não	
8.10 Há distribuição de fraldas, se for o caso?	sim não	
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	sim não X	
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	Cama e bancada	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	sim X não	
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?		
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	sim X não	
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	12	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	sim X não	
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	sim X não	
8.19 Número de pessoas por chuveiro	12	
8.20 É garantido o banho diário?	sim X não	
8.21 A água é aquecida?	sim não X	
8.22 É fornecida água potável?	sim X não	
8.23 A água é racionada?	sim não X	
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?		
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	Hidráulico X Elétrica Edificação X outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	sim não X	
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?	MC. Alimentação 27,00	
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	sim X não	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?	650 gr
9.5 N.º de refeições diárias: 4	9.6 Horários das refeições: 6h; 11h; 14h e 17h
9.8 Há controle de qualidade?	9.7 Onde as refeições são realizadas? celas X refeitório outro: sim X Qual: Temperatura e gramagem.
9.9 Descrever o controle:	Pesagem, aferição de temperatura e degustação
9.10 As refeições são	padronizadas X X adaptadas por motivos de: saúde X religiosos outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	sim X não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	família compra outro: não

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: 22h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: 05 dias	10.3 Tempo de visita: 1:30h Frequência: 15 em 15 dias	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 4h Frequência: 05 dias	10.5 Tempo de atividades laborais: 8h Frequência: 05 dias	
10.6 Tempo de atividades religiosas: 2h Frequência: 01 dia	10.7 Tempo de visita íntima: não há Frequência:	
10.8 Tempo de atividades esportivas: Frequência:	10.8 Tempo das atividades culturais:	
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	sim X não	
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	mensal X trimestral semestral outro:	
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:	Segurança, psicólogo, assistente social, jurídico, Direção	
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:	Avaliação de todos os internos pela Comissão Técnica de classificação e elaboração do PI de acordo com o perfil de cada condenado	

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	sim não X	
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	sim não X	
11.3 Há distribuição de preservativos?	sim X Frequência: Saída Temporária	
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	sim X não	
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	sim X não	
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	sim X não	
11.7 Há pré-natal para presas gestantes?	sim não	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	sim X não H1N1
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	sim X não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	sim X não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infectocontagiosas?	Ação Educacional de Saúde
11.12 Há ambulância na unidade?	sim não X
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas têm acesso, quando necessário?	Unidade Básica de Saúde – UBS Unidade de Pronto Atendimento – UPA Hospital X Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS X Outro:

12 – Assistência à Saúde		ANUAL					
12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal ⁸⁴ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	PROGRAMA DISCRIMINADO ⁸⁵	Pro por ção A t é 1 0 0 p r e s o s (1 0 h / s e	Estabelecimentos Penais				
			p ⁸⁶	CP	COL	COC	HCTP ⁸⁷
	Sala de recepção e espera		A				
	Sala de acolhimento multiprofissional		I				
	Sala de atendimento clínico multiprofissional		I				
	Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ⁸⁸		A				
	Estoque		C				
	Dispensação de medicamentos e estoque		C				
	Cela enfermaria com solário ⁸⁹		A				
	Sanitário para pacientes		A				

⁸⁴ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁸⁵ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

⁸⁶ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

⁸⁷ Conforme nota de rodapé 8.

⁸⁸ Em caso de unidades femininas.

⁸⁹ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

		m)					
Consultório de atendimento odontológico	D e 1 0 1	A					
Sala multiuso	1	A					
Sala de procedimentos	a 3 0 0 p r e s o s (2 0 h \ s e m a n a)	A					
Laboratório de diagnóstico ⁹⁰	D e 3 0 1	I					
Sala de coleta de material para laboratório	1	A					
Sala de Raio X	a 7 0 0 p r e s o s (3 0 h \	A					

⁹⁰ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

		s e m a n a)					
Cela de espera	D	A					
Consultório Médico	e	A					
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem	7	A					
Cela de Observação (02 leitos)	0	A					
Central de material esterilizado / expurgo	1	A					
Rouparia	a	A					
Depósito de Material de Limpeza	1	A					
Sanitários para equipe de saúde	0	A					
	0	A					
	0	A					
	p	A					
	r	A					
	e	A					
	s	A					
	o	A					
	s	A					
	(A					
	4	A					
	0	A					
	h	A					
	\	A					
	s	A					
	e	A					
	m	A					
	a	A					
	n	A					
	a	A					
)	A					

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 Às pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	sim X	não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Sejus e Defensoria Pública	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	sim	não X
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	sim X	não
	Periodicidade: Anual	
13.6 Direitos concedidos		
a. Saídas temporárias	72 / mês	
b. Livramento condicional	9 / mês	
c. Progressões	105 / mês	
d. Indulto	0 / ano	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL				
14.1 Há oficinas de trabalho?		sim X Quantidade: 02 não				
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?		Total: 2				
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?		Total: não ocorre				
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
a. Cozinha						
b. Limpeza		15		01		14
c. Serviços Administrativos						
d. Oficinas de trabalho		05		0		05
e. Biblioteca		01		0		01
f. Fábrica						
g. Agricultura						
h. Artesanato						
i. Pecuária						
j. Outros						
Especificar: Auxiliar de manutenção (02) remunerados						
14.4.1 Remuneração		Mulher		Homem		
a. Cozinha						
b. Limpeza				R\$R\$ 1045,001045,00		
c. Serviços Administrativos						
d. Oficinas de trabalho						
e. Biblioteca						
f. Fábrica						
g. Agricultura						
h. Artesanato						
i. Pecuária						
j. Outros				R\$ 1045,00 (X2)R\$ 1045,00 (X2)		
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:		0505				
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho?		sim X não				
Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?		CTC				
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.		sim não X				

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer		SEMESTRAL				
15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal ⁹¹						
Assinale na tabela: Ausência (A)		PROGRAMA DISCRIMINADO ⁹²	CP	COL	COC	HCTP ⁹⁴

⁹¹ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁹² Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

⁹⁴ Conforme nota de rodapé 8.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Inconforme (I) Conforme (C) Observações:		p⁹³				
	Biblioteca	C				
	Sala de aula ⁹⁵	C				
	Instalação sanitária (pessoa presa)	C				
	Sala de professores	A				
	Sala de informática	A				
	Sala de encontros com a sociedade ⁹⁶	C				

15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:
alfabetização **25**
ensino fundamental
ensino médio
profissionalizante
outros:
Especificar: **Atende ao 1º segmento, alfabetização é até a 4ª série.**

15.3 Os cursos são ministrados por:
Professores do Sistema Penitenciário Estadual
Professores da Secretaria Estadual de Educação **X**
Professores da Secretaria Municipal de Educação
Presos monitores
Voluntários
Outros professores:
Especificar: **É uma sala de aula vinculada à escola estadual de ensino fundamental e médio de lions club de Colatina.**

15.4 Há atividades esportivas?	não sim X Quais: Aulas de Educação física Onde: salão multiuso
15.5 Há atividades culturais/lazer?	não sim X Quais: projetos, apresentação, teatro. Onde: salão multiuso
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	sim

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	sim X	não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	Espíritas X Católicos X Evangélicos X de Matriz Africana Outra:	
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Multiuso	

⁹³ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

⁹⁵ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

⁹⁶ Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	sim X	não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	sim X	não

17 – Assistência Social SEMESTRAL		
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	sim X	não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	sim X	não
Documentos	sim X	não
Benefícios da Previdência Social	sim	não X
Ações com os egressos	sim	não X
Ações com o SUAS	sim X	não
Projetos, se sim, quais	sim	não X

18 – Segurança SEMESTRAL		
18.1 A segurança interna é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	sim X	não
Arma letal	sim X	não
Taser	sim	não
Gás de pimenta / lacrimogênio	sim X	não
Cacetete / Tonfa	sim X	não
Algemas	sim X	não
Rádio	sim X	não
Alarme	sim X	não
Circuito de vigilância interna	sim	não X
Outro:	sim	não X
18.3 No caso de uso de arma de fogo: Os usuários têm porte de armas? É garantido treinamento periódico?	sim X sim X	não não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	sim X	não
18.5 No caso de uso de arma tipo Taser os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor	sim	não
18.6 A segurança externa é realizada por: policiais civis policiais militares X agentes penitenciários terceiros outros:		
18.7 A escolta externa é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde: sim X		não
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	sim c	não
18.10 Caso exista, quem são os envolvidos: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:	
Portal detector de metal	sim X não
Raquete detectora de metal	sim X não
Banco detector de metal	sim não X
Raio X	sim não X
Espectrômetro	sim não X
Body Scanner	sim não X
Outro:	sim não X

19 – Disciplina e ocorrências	MENSAL	
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	sim X	não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	Livro	PAD X Procedimento Eletrônico Outro
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	sim X	não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	sim	não X
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	sim X	não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	sim X	não
19.7 São executadas sanções coletivas?	sim	não X
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	sim X	não
Se sim, em qual fase?	administrativa e judicial	
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	sim X	não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	Não há	
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	10 dias 30 dias	20 dias outro: não ocorre
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	01 ano	
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	01 em Média	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	sim	não X
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)		0
19.17 Pessoas evadidas		11
19.18 Saídas temporárias (pessoas)		404
19.19 Mortes naturais		01
19.20 Mortes por homicídio		01
19.21 Mortes acidentais		0
19.22 Mortes por suicídio		0
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)		0

20 – Visitas	SEMESTRAL	
20.1 A visita social ocorre regularmente?	sim X Frequência: 15 em 15 dias não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	1 ou 2 5 ou 6	3 ou 4 6 ou 7



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

	8 ou mais X
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	1 ou 2 3 ou 4 X 5 ou 6 7 ou 8 9 ou mais
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	pátio de visita X pátio do banho de sol celas outro:
20.5 Há local específico para visita de crianças?	sim não
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	sim Frequência Não X
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	sim não X
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	módulo de visita íntima pátio do banho de sol celas outro: não ocorre
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectrômetro) X manual sem desnudamento com desnudamento outro:
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	sim X não

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos: Não	Instalações Assistência Jurídica Assistência Saúde Assistência Educacional Assistência social Atividades Esportivas Lazer Visita Maus tratos ou tortura Outros:	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	Não X Sim <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) Uso de bala clava(capuz) Outros:	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro: não ocorre	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora? Não informado	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:	
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	Ouvidora Corregedoria x Disque 100 x Outro:	Conselho da Comunidade x Conselho Penitenciário Comissão de DH da OAB
21.6 Outras informações:		

22 – Diversos		SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	sim X	não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	sim X	não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	sim	Frequência: _____ não X
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	sim	não X
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Mensal	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	sim	não X
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	sim	não
Motivo:	Não há preso provisórios	
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	sim X	não
b. TV	sim X	não
c. Vídeo/DVD	sim X	não
d. Geladeira	sim	não X
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	sim	não X
f. Ventilador	sim	não X
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	sim X	não
22.10 Se existe, em quais áreas:	gestão Saúde X trabalho comunicação reciclagem Outras:	educação assistência social religiosa X cidadania manutenção
Qual a frequência:	diária X quinzenal esporádico	semanal X mensal outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	separado não é recolhido outro:	reciclado coleta municipal X



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	sim	Frequência: não X
b. Juiz de Execução	sim X	Frequência: mensal não
c. Ministério Público	sim X	Frequência: mensal não
d. Defensor Público	sim X	Frequência: Anual não
e. Conselho Penitenciário	sim X	Frequência: Semestral ou anual não
f. Conselho da Comunidade	sim X	Frequência: semestral ou anual não
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	sim	Frequência: não X
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	sim	Frequência: não X
h. Pastoral Carcerária	sim	Frequência: não X
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados		SEMESTRAL			
Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial					
24.2 Manutenção					
24.3 Limpeza					
24.4 Ventilação das celas					
24.5 Iluminação das celas					
24.6 Insolação das celas					
24.7 Cozinha					
24.8 Refeitório					
24.9 Assistência à saúde					
24.10 Assistência à educação					
24.11 Assistência jurídica					
24.12 Assistência social					
24.13 Atividades laborais					
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					
24.16 Local de visita social					
24.17 Local de visita íntima					
24.18 Pátio de sol					
24.19 Alojamento dos agentes					
24.20 Segurança					
24.21 Procedimentos da unidade					



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

4.6.1 Observações

É a unidade mais antiga de Colatina, com mais de 30 anos, e, logo que foi construída, abrigava menores, mulheres e homens, segundo relatado pelas demais autoridades. É um local que é feito para ocupar não mais de 100 pessoas, com dimensões reduzidas pelo noticiado, com pátio pequeno para banho de sol.

A superlotação é crítica na unidade, a pior de Colatina, com capacidade para 96 vagas e estava, à data da inspeção, ocupada por 289 pessoas. Há casos relatados pelos presos de celas com 4 camas, ocupadas por 12 presos.

Segundo a Direção à saúde é prestada por empresa terceirizada, a INVISA, que possui equipe técnica no local, destacando-se 1 (uma) médica, 1 (um) enfermeiro e 1 (uma) técnica de enfermagem. Outros 4 (quatro) assessores trabalham no setor administrativo, além de 1 (uma) assessora jurídica e os demais servidores contratados.

Relatam que a saúde “dá conta” da demanda, embora não conte com dentista, pois, segundo a Direção não estava previsto em contrato. Por isso foi pedido que solicitassem o contrato para conferência e cobrança.

A alimentação também é terceirizada e trazida toda de fora do complexo, não indicando reclamação quanto a comida.

Todos os presos que cumprem pena ali são condenados e estão em regime semiaberto. Do total dos 289 (duzentos e oitenta e nove) presos 19 (dezenove) prestam serviços gerais internos, somente 3 (três) remunerados pela SEJUS, enquanto 95 (noventa e cinco) prestam serviço em empresas conveniadas, a maioria pela SEJUS e remunerada, alguns deles autorizados judicialmente.

Diretores disseram não ter conhecimento de presos faccionados no Sistema.

Quanto a COVID-19, cerca de 60% (sessenta por cento) dos agentes prisionais foi infectada, sendo que somente 7 (sete) presos testaram e positivaram com sintomas e foram tratados.

No momento da inspeção apenas 8 (oito) presos com mais de 60 (sessenta) anos cumpriam pena no local, não possuindo presos do grupo LGBTI e portadores de necessidades especiais.

As visitas ficaram suspensas até data próxima da inspeção por força da PANDEMIA, tendo igualmente sido substituídas as visitas por telefonemas e cartas 2 (duas) vezes ao mês com



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

familiares, enquanto os advogados continuaram atendendo no parlatório.

Reforçaram que a comunicação com o Juiz André Guasti é muito boa e que as progressões e paps funcionam, mesmo com a Defensoria Pública presencial inexistente e atendida por Núcleo de Vitória, remotamente.

O Diretor disse que está há cerca de 3 (três) anos à frente da Unidade e somente 1 (uma) fuga de 1 (um) único preso foi constatada em 2017. Também houve um princípio de motim há cerca de 2 (dois) anos, com contenção e sem intervenção externa. Na época havia uma mega lotação de 434 (quatrocentos e trinta e quatro) presos o que teria gerado o motim.

Citam que a intervenção do Dr. André na época e a conversa com todos os presos com a transferência de alguns e colocação de tornozeleira eletrônica e soltura foi essencial. A unidade não possui câmeras de vigilância, mas contém um Bobby Scan, 2 (dois) bastões, 1 (cadeira) e 1 (detector de portal).

A Unidade prisional não tem alvará de bombeiros e nem hidrante, apenas extintor de incêndio, sem mangueiras.

As visitas a Unidade são mensais pelo Juiz da Execução e Ministério Público, mas a Defensoria Pública não vai ao complexo. O Conselho da Comunidade visita mensalmente e a OAB - Comissão de Direitos Humanos foi 2 (duas) vezes recentemente.

O Chefe de Segurança está 2 (dois) meses à frente da chefia, mas está há 5 (cinco) anos no complexo, referindo que não possuem teaser, embora tenham munição de borracha e armas não letais que são usadas dentro do presídio, bem com spray de pimenta. Durante o motim, conseguiram deter internamente.

Precisaria de pelo menos mais 20 (vinte) servidores na Unidade para dar conta do serviço, cerca de 5 (cinco) por plantão, desconhecendo problemas maiores em relação à segurança, estando a Unidade tranquila neste aspecto.

4.6.2 Fotografias



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

FRENTE DA UNIDADE PRISIONAL
- PSMCOL



BANHO DE SOL

VISÃO DA PARTE INTERNA DA
PSMCOL



BANHO DE SOL



GALERIA - A (CELAS 01 - 10)



GALERIA - A (CELAS 10 - 01)





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

GALERIA – B (CELAS 11 – 19)



GALERIA – B (CELAS 19 – 11)



GALERIA – C (CELAS 01 – 05) GALERIA – C (CELAS 03, 04 E 05)



CELA C-06



OFICINA DE COSTURA



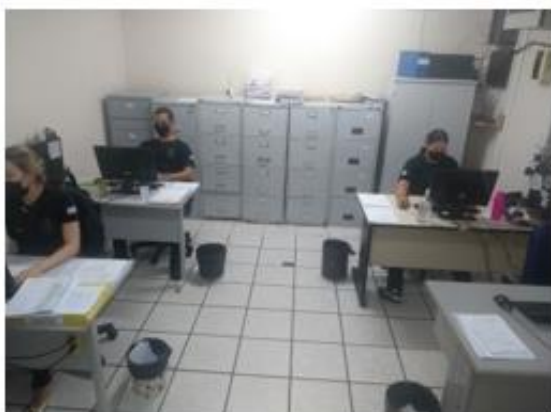


**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

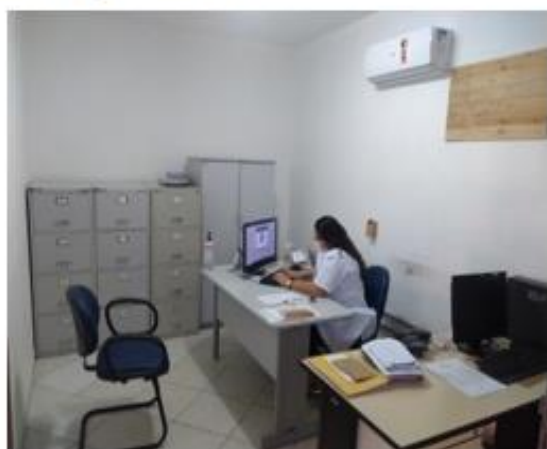
MARCENARIA



**SETOR ADMINISTRATIVO – ROTINAS
ADMINISTRATIVAS, PAD, DLP, INFOPEN,
LABORAL E RECURSOS HUMANOS.**



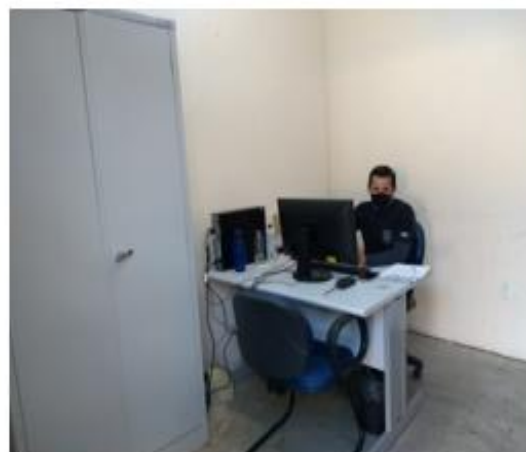
SERVIÇO SOCIAL



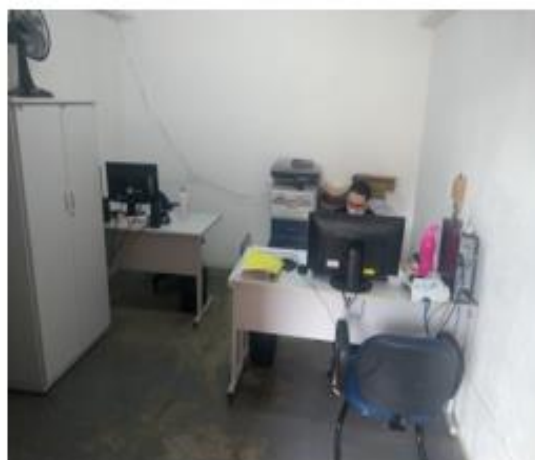
PARLATÓRIOS



SALA DO CHEFE DE SEGURANÇA



ASSESSORIA JURÍDICA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

PSICOLOGIA



SAÚDE PRISIONAL – I – MÉDICA,
ENFERMEIRA, FARMACÊUTICA, TÉC.
ENFERMAGEM E AUXILIAR ADMINISTRATIVA



SAÚDE PRISIONAL – II – AUXILIAR
ADMINISTRATIVA



SAÚDE PRISIONAL – III – MACA



SAÚDE PRISIONAL – FARMÁCIA –
MEDICAMENTOS



BIBLIOTECA





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

BIBLIOTECA



SALÃO MULTIUSO



HORTA DA UNIDADE



ALIMENTAÇÃO - VEÍCULO DE TRANSPORTE



ALIMENTAÇÃO - MARMITAS



ALIMENTAÇÃO - DIETAS SUPERVISIONADAS





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ALIMENTAÇÃO



ALIMENTAÇÃO – SALADAS



ALIMENTAÇÃO – PÃES



ALIMENTAÇÃO – FRUTAS



Penitenciária de Barra de São Francisco

Data da Inspeção: 14/08/2020

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Penitenciária Regional de Barra de São Francisco - ES	
2.2 Apelido da unidade:	PRBSF	
2.2.1 Endereço:	RODOVIA ES 320, KM 02	
2.2.2 Cidade/UF:	BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES	
2.3		
Penitenciária X	Cadeia Pública / Presídio	
Colônias agrícolas, industriais ou similares	Centro de Observação Criminológica	
Hospital de Custódia	Casa de Albergado	
2.4		
Masculino X	Feminino	
3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	Pública X	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) Terceirização da equipe técnica e administrativa Terceirização da equipe de segurança Método APAC		
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Makssuel Delevidove		
3.3 Cargo:	Diretor		
3.4 Formação Profissional	Direito X Ciências Sociais Psicologia Pedagogia Administração Serviço Social Outra:		
3.5 Responsável pela segurança:	Maxwell Neves de Sá		
3.6 Cargo:	Chefe de Segurança		
3.7 Formação Profissional:	Direito		
3.8 Quantidade de computadores:	1 a 3 4 a 6 7 a 9 10 a 12 13 a 15X > 15		
3.9 Acesso à Internet	Sim X Não		
3.10 Alimenta o INFOPEN	Integralmente X Parcialmente Não alimenta		
	Mensal Trimestral Semestral Anual Outro: X diariamente		
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	Não X Sim	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	Não Sim X

4 – Características do Estabelecimento				SEMESTRAL				
4.1 Capacidade total:		96						
4.1.2 Lotação total:		231						
4.2 Capacidade Mulheres:		4.3 Capacidade homens: 96				4.4 Capacidade GLBTT:		
4.2.1 Lotação Mulheres:		4.3.1 Lotação homens: 231				4.4.1 Lotação GLBTT:		
Condenada	Provisória	Condenado X		Provisório		Condenada/o		Provisória/o
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?						sim	não X	
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?						sim	não	
4.7 Há alas separadas para idosos?						sim	não X	
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?						sim	não X	
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?						sim	não X	
4.10 Há alas separadas para GLBTT?						sim	não X	
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?						sim	não X	
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?						sim	não X	
4.13 Há celas metálicas?						sim	não X	
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento		Estabelecimento penal	Penitenciária	Colônia ⁹⁹	Cadeia pública	COC ¹⁰¹	Casa do Albergado	HCTP

⁹⁹ Colônia agrícola, industrial ou similar.

¹⁰¹ Centro de observação criminológica.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

penal ⁹⁷ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	Módulos⁹⁸			a ¹⁰⁰			102
	Guarda Externa	C					
	Agente Penitenciário / Monitor	C					
	Administração	C					
	Recepção/Revista	C					
	Centro observação / triagem / Inclusão	C					
	Tratamento Penal	C					
	Vivência coletiva	C					
	Vivência individual	A					
	Serviços	C					
	Saúde	C					
	Tratamento para dependentes químicos	A					
	Oficina de trabalho	C					
	Educativo	C					
	Polivalente	C					
	Creche	A					
	Berçário	A					
	Visita íntima	C					
	Esportes	C					
	4.15 Número de celas individuais	Homens:			Mulheres: -		
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens:			Mulheres: -			
4.15.2 Dimensão	m X m			m X m			
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 16			Mulheres: -			
4.16.1 Capacidade média das celas	Homens: 06			Mulheres: -			

⁹⁷ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁹⁸ Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

¹⁰⁰ Presídio ou estabelecimento congênere.

¹⁰² Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

coletivas 4.16.2 Lotação média das celas coletivas 4.16.3 Dimensão	Homens: 14 4 m X 4 m	Mulheres: - _____ m X _____ m
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	1 a 3% 3 a 5% X 5 a 10% > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	insuficiente suficiente X excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	inexistente existente X	
4.21 Incidência de sol nas celas	insuficiente suficiente X excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	inexistente existente X	
4.23 Extintores de incêndio	insuficiente suficiente X sem condições de uso em condições de uso X	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	sim não X	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? sim não X
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento ?	sim Quais: não X	

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL	
5.1 Há pessoas com deficiência?	sim Quantidade: Não X		
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	sim X Quantidade: 5 não		
5.3 Há indígenas presos?	sim Quantidade: não X		
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	sim não		
5.5 Há estrangeiros presos?	sim Quantidade: não X		
5.6 Há adolescentes internados no local?	sim Quantidade: não X		
5.7 Os adolescentes estão separados dos adultos?	sim não		
5.8 Providências adotadas em relação à separação imediata e retirada do(s) adolescente(s):			
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	sim X Quantidade: 02 não		
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	sim Quantidade: não X		
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	sim X Quantidade:		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	não
5.12 Há pessoas presas com HIV?	sim X Quantidade: 01 não
5.13 Há pessoas com Hipertensão?	sim X Quantidade: 15 não
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	sim X Quantidade: 04 não
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	sim X Quantidade: não
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	sim X Quantidade: não
5.17 Há pessoas presas em RDD?	sim Quantidade: não X
5.18 Há presas gestantes?	sim Quantidade: não X
5.19 Há crianças permanecendo com suas mães presas?	sim Quantidade: não X

6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança MENSAL			
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:	0	6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial:	0
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	até 1 ano X de 1 a 3 anos de 4 a 6 anos de 7 a 9 anos de 10 a 20 anos de 21 a 30 anos mais que 30 anos	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.4 Há pacientes com alta médica?	sim Quantidade: não X		
6.5 Pacientes indultados no último ano:	sim Quantidade: não		
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs Programa de Volta para Casa – PVC Outro:	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:	
6.7 Periodicidade do exame de cessação de periculosidade	Trimestral Semestral Anual Quando solicitado Outro:		

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL	
7.1 Total de RH na área de segurança:	1
7.2 Total de RH na área administrativa:	1
7.3 Total de RH na área técnica:	1
7.4 Total Geral:	1
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	não X sim Quantidade: Defensoria Pública Própria Unidade



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

	Outra forma de contratação: Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.6 Auxiliares de Enfermagem	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.7 Assistentes Sociais	não sim X Quantidade: 1 SUAS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.8 Dentistas	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.9 Enfermeiros	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.10 Médicos – Clínico Geral	não sim X Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.11 Médicos – Psiquiatras	não X sim Quantidade: 1 SUS Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.12 Médicos – Ginecologista	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.13 Pedagogos	não sim X Quantidade: 1 Secretaria de Educação Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.14 Psicólogos	não sim X Quantidade: 2 Secretaria de Educação X Própria Unidade X Mensal Quinzenal Semanal Diária X
7.15 Terapeutas Ocupacionais	não X sim Quantidade: SUS Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.16 Outros:	Quantidade: Própria Unidade Mensal Quinzenal Semanal Diária
7.17 Agentes Prisionais	sim X Quantidade: mulheres 9 homens 99 não
7.18 Escala de trabalho:	24X72 ou 12X36
7.19 Há utilização de uniforme?	sim X Com identificação pessoal: sim X não não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? Curso de Formação X Cursos Especiais X Entidade Executora: Escola Penitenciária Epen	Mensal X Quinzenal Semanal Diária Outros De acordo com cronograma Epen

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	sim	não X
8.2 Há distribuição de uniformes?	sim X	não
8.3 Há distribuição de calçados?	sim X	não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	sim X	não
8.5 Há distribuição de toalhas?	sim X	não



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	sim X não CREME DENTAL/ESCOVA/SABONETE/DESODORANTE/ PAPEL HIGIENICO
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	sim X não Sabão em pó, água sanitária
8.9 Há distribuição de absorventes para as mulheres?	sim não
8.10 Há distribuição de fraldas, se for o caso?	sim não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	sim não
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	Camas de alvenaria
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	sim X não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?	
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	sim X não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	14
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	sim X não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	sim X não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	14
8.20 É garantido o banho diário?	sim X não
8.21 A água é aquecida?	sim não X
8.22 É fornecida água potável?	sim X não
8.23 A água é racionada?	sim X não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?	diária
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	Hidráulico Elétrica X Edificação outros:

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?		sim não X
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		Empresa terceirizada
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?		sim X não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		
9.5 N.º de refeições diárias: 4	9.6 Horários das refeições: 06:30 CAFÉ DA MANHA 10:30 ALMOÇO 16:30 CAFÉ DA TARDE E JANTAR	9.7 Onde as refeições são realizadas? Celas X refeitório outro:
9.8 Há controle de qualidade?		sim X Qual: : REALIZADA PELOS INSPETORES
9.9 Descrever o controle:		REALIZADA A PESAGEM, AFERIDO A TEMPERATURA, AVERIGUADO ALTERAÇÕES SENSORIAIS.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

9.10 As refeições são	padronizadas X adaptadas por motivos de: saúde X religiosos outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	sim X não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	família compra outro:

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: 22h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: Diariamente	10.3 Tempo de visita: 2h Frequência: semanalmente	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 4h Frequência: de segunda a sexta	10.5 Tempo de atividades laborais: 8h Frequência: Diariamente	
10.6 Tempo de atividades religiosas: 2h Frequência: 03 vezes por semana	10.7 Tempo de visita íntima: 1:40h Frequência: de 15 em 15 dias	
10.8 Tempo de atividades esportivas: 2h Frequência: Semanalmente		
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	sim X não	
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	mensal trimestral semestral outro:	
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:		
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:		

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	sim X não	
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	sim não X	
11.3 Há distribuição de preservativos?	sim X Frequência: Quinzenalmente nas visitas íntimas não	
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	sim X <input type="checkbox"/> não	
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	sim X não	
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	sim X não	
11.7 Há pré-natal para presas gestantes?	sim não	
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	sim X não Todas. Sendo realizadas no período de campanha.	
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	sim X não	
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	sim X não	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infectocontagiosas?	Ministração de palestras educativas
11.12 Há ambulância na unidade?	sim não X
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas têm acesso, quando necessário?	X Unidade Básica de Saúde - UBS; X Unidade de pronto atendimento – UPA; X Hospital;

12 – Assistência à Saúde		ANUAL					
12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal ¹⁰³ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	PROGRAMA DISCRIMINADO ¹⁰⁴	Proporção	Estabelecimentos Penais				
			P	CP	COL	COC	HCTP
	Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h /sema na)	C				
	Sala de acolhimento multiprofissional		C				
	Sala de atendimento clínico multiprofissional		C				
	Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ¹⁰⁵		A				
	Estoque		C				
	Dispensação de medicamentos e estoque		C				
	Cela enfermaria com solário ¹⁰⁶		A				
	Sanitário para pacientes		A				
	Consultório de atendimento odontológico	De 101 a 300 presos (20h\semana)	C				
	Sala multiuso		C				
	Sala de procedimentos		C				
	Laboratório de diagnóstico ¹⁰⁷	De 301 a	A				

¹⁰³ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

¹⁰⁴ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹⁰⁵ Em caso de unidades femininas.

¹⁰⁶ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

¹⁰⁷ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	Sala de coleta de material para laboratório	700 presos (30h\semana)	C				
	Sala de Raio X		A				
	Cela de espera	De 701 a 1000 presos (40h\semana)					
	Consultório Médico		C				
	Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem		C				
	Cela de Observação (02 leitos)		C				
	Central de material esterilizado / expurgo		C				
	Rouparia		A				
	Depósito de Material de Limpeza		A				
	Sanitários para equipe de saúde		C				

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 Às pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	sim	X não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Advogados Dativos	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	sim	não
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	sim	X não
13.6 Direitos concedidos	Periodicidade:	
a. Saídas temporárias	/ mês	
b. Livramento condicional	02/ mês	
c. Progressões	10 / mês	
d. Indulto	/ ano	

14 – Assistência Laboral				SEMESTRAL			
14.1 Há oficinas de trabalho?				sim X não		Quantidade: 2	
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?				Total: 2			
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?				Total: 0			
14.4 Atividade		Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados	
		Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem

estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

a. Cozinha		0	0	0
b. Limpeza		5	2	3
c. Serviços Administrativos		0	0	0
d. Oficinas de trabalho		0	0	0
e. Biblioteca		0	0	0
f. Fábrica		0	0	0
g. Agricultura		1	0	1
h. Artesanato		3	0	3
i. Pecuária		0	0	0
j. Outros				
Especificar:				
14.4.1 Remuneração	Mulher		Homem	
a. Cozinha				
b. Limpeza				
c. Serviços Administrativos			R\$ 1.045,00	
d. Oficinas de trabalho				
e. Biblioteca				
f. Fábrica				
g. Agricultura				
h. Artesanato				
i. Pecuária				
j. Outros				
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:				
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?		sim X não CTC		
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.		sim X não Através de oficinas, como exemplo artesanato.		

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer		SEMESTRAL				
15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal ¹⁰⁸						
Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C)						
Observações:						
	PROGRAMA DISCRIMINADO ¹⁰⁹	P ¹¹⁰	CP	COL	COC	HCTP ¹¹¹
	Biblioteca	C				
	Sala de aula ¹¹²	C				
	Instalação sanitária (pessoa presa)	C				

¹⁰⁸ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

¹⁰⁹ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹¹⁰ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

¹¹¹ Conforme nota de rodapé 8.

¹¹² Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	Sala de professores	A				
	Sala de informática	A				
	Sala de encontros com a sociedade ¹¹³	C				
15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos: alfabetização ensino fundamental 76 ensino médio 16 profissionalizante outros: Especificar:						
15.3 Os cursos são ministrados por: Professores do Sistema Penitenciário Estadual Professores da Secretaria Estadual de Educação Professores da Secretaria Municipal de Educação Presos monitores Voluntários Outros professores: Especificar:						
15.4 Há atividades esportivas?	não Sim X Quais: Campeonatos de Futebol Onde: Pátio de banho de sol					
15.5 Há atividades culturais/lazer?	não Sim X Quais: PROJETOS DE TEATRO – XADREZ – PALESTRAS EDUCATIVAS Onde: SALA DE PROJETOS					
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:						

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL	
16.1 Há visita de religiosos?	sim X	não	
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	Espíritas X Católicos X Evangélicos X de Matriz Africana Outra:		
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Pátio de Banho de sol		
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	sim X	não	
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	sim X	não	

17 – Assistência Social		SEMESTRAL	
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	sim X	não	
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:			
Contato com familiares	sim X	não	
Documentos	sim X	não	

¹¹³ Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Benefícios da Previdência Social	sim X	não
Ações com os egressos	sim X	não
Ações com o SUAS	sim	não
Projetos, se sim, quais: Artesanato - Pintura	sim X	não

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	sim X	não
Arma letal	sim X	não
Taser	sim	não X
Gás de pimenta / lacrimogênio	sim X	não
Cacetete / Tonfa	sim X	não
Algemas	sim X	não
Rádio	sim X	não
Alarme	sim X	não
Circuito de vigilância interna	sim	não X
Outro:	sim	não
18.3 No caso de uso de arma de fogo: Os usuários têm porte de armas?	sim X	não
É garantido treinamento periódico?	sim X	não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo ou taser é feito registro?	sim	não
18.5 A segurança externa é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.6 A escolta externa é realizada por: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.7 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	sim X	não
18.8 Caso exista, quem são os envolvidos: policiais civis policiais militares agentes penitenciários X terceiros outros:		
18.9 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:		
Portal detector de metal		
Raquete detectora de metal	sim X	não
Banco detector de metal	sim X	não
Raio X	sim X	não X
Espectrômetro	sim	não X
Body Scanner	sim	não X
Outro:	sim	não X

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	sim X	não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	Livro	PAD X
	Procedimento Eletrônico	
	Outro	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	sim X	não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	sim	não X
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	sim X	não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	sim X	não
19.7 São executadas sanções coletivas?	sim	não X
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	sim X	não
Se sim, em qual fase?	Administrativa	
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	sim X	não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	condição regular, sendo 3 celas separadas, tem sanitário, ventilação adequada, iluminação adequada	
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	10 dias 30 dias	20 dias outro: X 07 DIAS
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	6 Meses	
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	05	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	sim X	não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)		
19.17 Pessoas evadidas		
19.18 Saídas temporárias (pessoas)		
19.19 Mortes naturais		
19.20 Mortes por homicídio		
19.21 Mortes acidentais		
19.22 Mortes por suicídio		
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)		

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	sim X	Frequência: não
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	1 ou 2 5 ou 6 8 ou mais	3 ou 4 6 ou 7 X
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	1 ou 2 X 5 ou 6 9 ou mais	3 ou 4 7 ou 8
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	pátio de visita celas	pátio do banho de sol X outro:
20.5 Há permissão para visitas íntimas?	sim X	Frequência: 15/15 dias não
20.6 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	sim	não X
20.7 Qual o local que ocorre a visita íntima?	módulo de visita íntima pátio do banho de sol celas	outro: X Local específico
20.8 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	mecânica (detector de metais, body scan, banco) X manual sem desnudamento	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

	com desnudamento outro: agachamento
20.9 É permitida a visita de menores de 18 anos?	sim não X

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	Instalações Assistência Jurídica - Pela defensoria Assistência Saúde Assistência Educacional Assistência social Atividades Esportivas Lazer Visita Maus tratos ou tortura Outros:	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	Não X Sim <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) Outros:	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento? Não informado	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:	
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora? Não informado	Exame de corpo de delito Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público Inquérito Instauração de procedimento administrativo Outro:	
21.5 Outras informações:		

22 – Diversos		SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	sim X	não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	sim X	não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	sim X	Frequência: Semestral Psico Social CTC não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	sim	não X



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Enviadas via correio mensalmente	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	sim	não X
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	sim	não X
Motivo:		
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	sim	não X
b. TV	sim X	não
c. Vídeo/DVD	sim	não X
d. Geladeira	sim	não X
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	sim	não X
f. Ventilador	sim X	não
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	sim	não X
22.10 Se existe, em quais áreas:	gestão educação saúde assistência social trabalho religiosa comunicação cidadania reciclagem manutenção Outras:	
Qual a frequência:	diária semanal quinzenal mensal esporádico outro:	
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	separado reciclado não é recolhido coleta municipal X outro:	

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	X sim Frequência: não	
b. Juiz de Execução	sim X Frequência: mensal não	
c. Ministério Público	sim X Frequência: semestralmente não	
d. Defensor Público	sim Frequência: Não X	
e. Conselho Penitenciário	sim X Frequência: não	
f. Conselho da Comunidade	sim Frequência: não X	
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	sim Frequência: Não X	
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	sim Frequência: Não X	
h. Pastoral Carcerária	sim X Frequência: não	
i. Outros:		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

24 – Valoração sobre os itens inspecionados

SEMESTRAL

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial			X		
24.2 Manutenção			X		
24.3 Limpeza	X				
24.4 Ventilação das celas			X		
24.5 Iluminação das celas	X				
24.6 Insolação das celas			X		
24.7 Cozinha			X		
24.8 Refeitório			X		
24.9 Assistência à saúde	X				
24.10 Assistência à educação	X				
24.11 Assistência jurídica	X				
24.12 Assistência social	X				
24.13 Atividades laborais			X		
24.14 Cella para isolamento/seguro			X		
24.15 Cella de sanção disciplinar			X		
24.16 Local de visita social			X		
24.17 Local de visita íntima			X		
24.18 Pátio de sol			X		
24.19 Alojamento dos agentes	X				
24.20 Segurança			X		
24.21 Procedimentos da unidade	X				

4.7.1 Observações

A unidade tem capacidade para 96 presos, e está atualmente superlotada com 233 internos, em mais um caso de superlotação no sistema estadual.

Somente presos do regime fechado cumprem pena em São Domingos do Norte, contando na parte administrativa com 9 (nove) inspetores da SEJUS. Além disso, mais um assistente jurídico auxilia nos processos judiciais, já que a conversa com o Poder Judiciário se dá pelo sistema SEEU.

A saúde é prestada também pela empresa terceirizada INVISA e conta com setor próprio com 1 (um) médico, 1 (um) enfermeiro, 1 (um) assistente de enfermagem e 1 (uma) técnica. Em parceria com o município foi cedido equipamento profissional para uso uma vez por semana.

Na unidade 14 (quatorze) presos trabalham, apenas 2 (dois) deles remunerados.

Existe uma CTC na Unidade e a triagem é feita 100% no ingresso, não conhecendo nenhum preso faccionado dentro do Sistema.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

Durante a PANDEMIA a unidade seguiu as ordens da SEJUS, sendo que as visitas foram substituídas por ligações e chamadas de vídeo.

Apenas 3 (três) presos acima de 60 (sessenta) anos cumpriam pena no momento da entrevista e não havia preso do público LGBTI ou portadores de necessidades especiais.

Quanto a COVID-19 afirmaram que somente 3 (três) casos entre agentes prisionais foi constatado e nenhum preso foi contaminado.

Repetindo o que já outros falaram, Poder Judiciário e Ministério Público visitam a unidade frequentemente, mas a Defensoria Pública nem lembra a última vez que esteve no complexo, sendo que a OAB por vezes frequenta. Os PADs são feitos com presença de Defensores.

Possuem porta detectora de metal, banquetas e 6 (seis) detectores de mão, não possuindo câmeras de vigilância ou alvará de bombeiro. O armamento é suficiente e conta com armas não letais, spray de pimenta e não tem conhecimento de motim sendo a fuga última ocorrida em 2012.

Há assessoria religiosa e o Conselho da Comunidade de Barra de São Francisco é bem atuante, através da liderança do Dr. Antônio Cipriano.

A unidade é antiga (1999) mas foi reformada há cerca de 1 (um) ano e meio e está em boas condições.

A alimentação é prestava por empresa terceirizada (quatro diárias) e há reclamação quanto a quantidade fornecida, estando eles em conversa com a empresa para aferição via balança.

Finalmente, referiram necessitar 60 (sessenta) cadeiras para sala de aula e melhor atendimento aos presos.

4.7.2 Fotografias



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



**PENITENCIÁRIA REGIONAL DE
BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES**



**PENITENCIÁRIA REGIONAL DE
BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES**



JARDIM



**BANHEIRO DA CELA - CHUVEIRO
REFORMADA 2018**



CELA REFORMADA - 2018



**BANHEIRO DA CELA - SANITÁRIO
REFORMADA 2018**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA





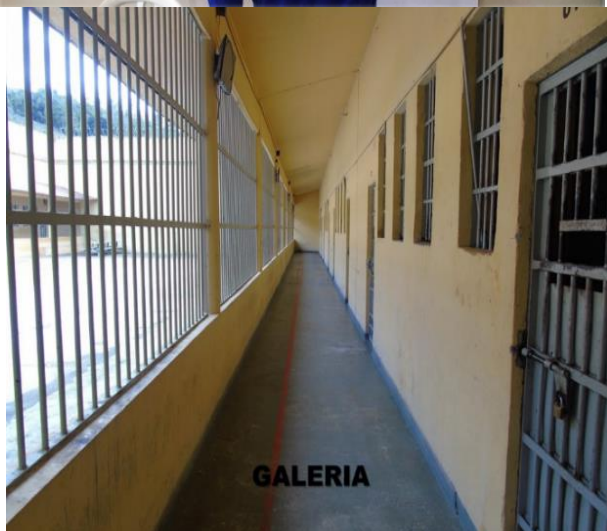
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



PROJETO DE PINTURA



PROJETO STUDIO DE TV



GALERIA



TRIAGEM/ISOLAMENTO



TRIAGEM/ISOLAMENTO



CELAS TRIAGEM/ISOLAMENTO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



CELAS TRIAGEM/ ISOLAMENTO – CHUVEIRO



**CELAS TRIAGEM/ISOLAMENTO
– SANITÁRIO**



**CELAS
TRIAGEM/ISOLAMENTO**



TRIAGEM/ISOLAMENTO



CELA A - 01



CELA A - 01



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



CELA B - 13



CELA B - 13



DIREÇÃO



RECEPÇÃO



**SETOR SOCIAL E
PSICOLÓGICO**



SETOR DISCIPLINAR



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



PÁTIO DE BANHO DE SOL



PÁTIO DE BANHO DE SOL



AUDITÓRIO E ÁREA DE
MÚSICA



ALMOXARIFADO



SETOR ALMOXARIFADO



PENITENCIÁRIA REGIONAL DE
BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES